

Papa João Paulo II



**Catequeses sobre
NOSSA SENHORA**

João Paulo II

CATEQUESES SOBRE NOSSA SENHORA

O Papa João Paulo II iniciou em 6 de Setembro de 1995, nas audiências gerais das quartas-feiras, um ciclo de catequeses dedicado a Nossa Senhora, que terminou em 12 de Novembro de 1997, perfazendo 71 catequeses.

Textos obtidos em
<https://www.vatican.va/>

1 - Presença de Maria na origem da Igreja

(Quarta-feira, 6 de Setembro de 1995)

(Leitura: Primeiro Capítulo do Livro dos Atos dos Apóstolos, versículos 13-14)

1. Depois de me ter dedicado na catequese anterior a aprofundar a identidade e a missão da Igreja, sinto agora a necessidade de dirigir o meu olhar para a Virgem Santíssima, que viveu perfeitamente a santidade e constitui o seu modelo.

É a mesma coisa que fizeram os Padres do Concílio Vaticano II: depois de terem exposto a doutrina sobre a realidade histórico-salvífica do povo de Deus, quiseram completá-la com a ilustração do papel de Maria na obra da salvação. Com efeito, o capítulo VIII da Constituição conciliar ([*Lumen gentium*](#)) visa não só sublinhar o valor eclesiológico da doutrina mariana, mas também iluminar a contribuição que a figura da Virgem Santíssima oferece para a compreensão do mistério da Igreja.

2. Antes de apresentar o itinerário mariano do Concílio, desejo dirigir um olhar contemplativo a Maria, como, na origem da Igreja, ela é descrita nos Atos dos Apóstolos. São Lucas, no início deste escrito do Novo Testamento que apresenta a vida da primeira comunidade cristã, depois de ter recordado os nomes dos Apóstolos um a um (*Act 1,13*), afirma: “Todos eles perseveraram na oração, com um mesmo espírito na companhia de algumas mulheres, de Maria, a mãe de Jesus, e dos seus irmãos” (*Act 1,14*).

Nesta pintura, destaca-se a pessoa de Maria, a única que é lembrada com o seu próprio nome, além dos Apóstolos. Ela representa uma face diferente e complementar da Igreja no que diz respeito à ministerial ou hierárquica.

3. Com efeito, a frase de Lucas refere-se à presença, no cenáculo, de algumas mulheres, manifestando assim a importância da contribuição feminina na vida da Igreja, desde os primeiros tempos. Esta presença está

diretamente relacionada com a perseverança da comunidade na oração e na harmonia. Estas características exprimem perfeitamente dois aspectos fundamentais da contribuição específica das mulheres para a vida eclesial. Os homens, mais propensos à atividade externa, precisam da ajuda das mulheres para retomar as relações pessoais e progredir na união de corações.

«Bem-aventurada és tu entre as mulheres» (*Lc 1,42*), Maria cumpre esta missão feminina de modo eminente. Quem melhor do que Maria encoraja a perseverança na oração em todos os crentes? Quem promove, melhor do que ela, harmonia e amor?

Reconhecendo a missão pastoral que Jesus confiou aos Onze, as mulheres do Cenáculo, com Maria no meio, unem-se à sua oração e, ao mesmo tempo, testemunham a presença na Igreja de pessoas que, embora não receberam uma missão, são também membros, com título pleno, da comunidade reunida na fé em Cristo.

4. A presença de Maria na comunidade, que rezando espera a efusão do Espírito (cf. *Act 1,14*), evoca o papel que desempenhou na encarnação do Filho de Deus por obra do Espírito Santo (cf. *Lc 1:35*). O papel da Virgem nesta fase inicial e o que ela desempenha agora, na manifestação da Igreja no Pentecostes, estão intimamente ligados.

4. A presença de Maria na comunidade, que rezando espera a efusão do Espírito (cf. *At 1,14*), evoca o papel que desempenhou na encarnação do Filho de Deus por obra do Espírito Santo (cf. *Lc 1:35*). O papel da Virgem nesta fase inicial e o que ela desempenha agora, na manifestação da Igreja no Pentecostes, estão intimamente ligados.

Ao contrário, na primeira comunidade o papel de Maria adquire uma importância notável. Depois da ascensão, e à espera do Pentecostes, a Mãe de Jesus está pessoalmente presente nos primeiros passos da obra iniciada pelo Filho.

5. Os Actos dos Apóstolos sublinham que Maria estava no cenáculo «com os irmãos de Jesus» (*Act 1,14*), isto é, com os seus familiares, como sempre interpretou a tradição eclesial. Não é uma reunião de família, mas o

fato de que, sob a orientação de Maria, a família natural de Jesus passou a fazer parte da família espiritual de Cristo: "Quem faz a vontade de Deus", disse Jesus, esse é meu irmão, minha irmã e minha mãe "(Mc 3:34).

Nesta mesma circunstância, Lucas define explicitamente Maria como "a mãe de Jesus" (Act 1,14), como se quisesse sugerir que algo da presença do seu Filho elevado ao céu permanece na presença da mãe. Ela recorda aos discípulos o rosto de Jesus e é, com a sua presença no seio da comunidade, o sinal da fidelidade da Igreja a Cristo Senhor.

O título Mãe, neste contexto, anuncia a atitude de proximidade diligente com a qual a Virgem seguirá a vida da Igreja. Maria abrirá o seu coração para mostrar-lhe as maravilhas que Deus todo-poderoso e misericordioso operou nela.

Maria, desde o início, desempenha o seu papel de Mãe da Igreja: a sua acção promove a compreensão entre os Apóstolos, que Lucas apresenta com o mesmo espírito e longe das contendas que por vezes surgiram entre eles.

Por fim, Maria exerce a sua maternidade em relação à comunidade dos fiéis, não só rezando para obter para a Igreja os dons do Espírito Santo, necessários para a sua formação e futuro, mas também educando os discípulos do Senhor em constante comunhão com Deus.

Assim, ela se torna educadora do povo cristão na oração e no encontro com Deus, elemento central e indispensável para que a obra dos pastores e dos fiéis tenha sempre o seu início e a sua motivação profunda no Senhor.

6. Estas breves considerações mostram claramente que a relação entre Maria e a Igreja constitui uma relação fascinante entre duas mães. Este fato nos revela claramente a missão materna de Maria e compromete a Igreja a buscar sempre a sua verdadeira identidade na contemplação do rosto da *Theotokos*.

2 - O rosto materno de Maria nos primeiros séculos

(Quarta-feira, 13 de Setembro de 1995)

(Leitura: Evangelho de São Lucas, capítulo 1, versículos 28-33)

1. Na constituição ([*Lumen gentium*](#), o Concílio afirma que «os fiéis, aderindo à cabeça que é Cristo, e em comunhão com todos os santos, devem também venerar a memória «em primeiro lugar da gloriosa sempre Virgem Maria Mãe do nosso Deus e Senhor»(n. 52). A constituição conciliar usa os termos do cânone romano da missa, destacando assim o fato de que a fé na maternidade divina de Maria está presente no pensamento cristão desde os primeiros séculos.

Na Igreja nascente, Maria é lembrada com o título de *Mãe de Jesus*. É o próprio Lucas que, nos *Atos dos Apóstolos*, lhe atribui este título, que, aliás, corresponde ao que se diz nos Evangelhos: "Não é este (...) o filho de Maria? "questionam-se os habitantes de Nazaré, segundo o relato do Evangelista São Marcos (6, 3). "Não se chama a sua mãe Maria?" É a pergunta que refere São Mateus (13, 55).

2. Aos olhos dos discípulos, reunidos depois da Ascensão, o título de *Mãe de Jesus* assume todo o seu significado. Maria é para eles uma pessoa única da sua espécie: ela recebeu a graça única de gerar o Salvador da humanidade, viveu com ele por muito tempo e, no Calvário, o Crucificado pediu-lhe para exercer uma *nova maternidade* em relação ao seu discípulo favorito e, por meio dele, em relação a toda a Igreja.

Para quem acredita e segue Jesus, *Mãe de Jesus* é um título de honra e veneração, e assim será sempre na vida e na fé da Igreja. De maneira particular, com este título, os cristãos querem afirmar que ninguém pode referir-se à origem de Jesus, sem reconhecer o papel da mulher que o gerou no Espírito segundo a natureza humana. O seu papel materno também afeta o nascimento e o desenvolvimento da Igreja. Os fiéis, lembrando-se do lugar que Maria ocupa na vida de Jesus, descobrem todos os dias a sua presença eficaz também no próprio caminho espiritual.

3. Desde o início, a Igreja reconheceu a maternidade virginal de Maria. Como os evangelhos da infância nos permitem intuir, as primeiras comunidades cristãs já recolhiam as memórias de Maria sobre as circunstâncias misteriosas da concepção e do nascimento do Salvador. Em particular, o relato da Anunciação responde ao desejo dos discípulos de aprender mais profundamente sobre os acontecimentos relacionados com os primórdios da vida terrena de Cristo ressuscitado. Em última análise, Maria está na origem da revelação sobre o mistério da concepção virginal pela obra do Espírito Santo.

Os primeiros cristãos compreenderam imediatamente a importância significativa dessa verdade, mostrando a origem divina de Jesus, e a incluíram entre as declarações básicas da sua fé. Na realidade, Jesus, filho de José segundo a lei, por uma intervenção extraordinária do Espírito Santo, na sua humanidade é só filho de Maria, tendo nascido sem intervenção de nenhum homem.

Assim, a virgindade de Maria adquire um valor singular, pois ilumina o nascimento e o mistério da filiação de Jesus, visto que a geração virginal é o sinal de que Jesus tem o próprio Deus como pai.

A maternidade virginal, reconhecida e proclamada pela fé dos Padres, nunca pode ser separada da identidade de Jesus, verdadeiro homem e verdadeiro Deus, visto que *nasceu de Maria, a Virgem*, como professamos no símbolo niceno-Constantinopolitano. Maria é a única virgem que também é mãe. A extraordinária presença simultânea desses dois dons na pessoa da jovem de Nazaré levou os cristãos a chamar a Maria simplesmente *a Virgem*, mesmo quando celebrando a sua maternidade.

Assim, a virgindade de Maria inaugura na comunidade cristã a difusão da vida virginal, abraçada por aqueles que a ela foram chamados pelo Senhor. Esta vocação especial, que atinge o seu ápice no exemplo de Cristo, constitui para a Igreja de todos os tempos, que encontra em Maria a sua inspiração e modelo, uma riqueza espiritual incomensurável.

4. A afirmação: «Jesus nasceu de Maria, a Virgem», implica que um mistério transcendente está presente neste acontecimento, que só pode encontrar a sua expressão mais plena na verdade da filiação divina de Jesus.

Intimamente ligada a esta formulação central da fé cristã está a verdade da maternidade divina de Maria. Com efeito, ela é a Mãe do Verbo encarnado, que é "Deus de Deus (...), verdadeiro Deus de verdadeiro Deus"

O título de Mãe de Deus, já testemunhado por Mateus na fórmula equivalente de Mãe de Emanuel, Deus connosco (cf. *Mt* 1, 23), só foi explicitamente atribuído a Maria depois de uma reflexão que durou cerca de dois séculos. São os cristãos do século III que, no Egito, começam a invocar Maria como *Theotokos*, Mãe de Deus.

Com este título, que encontra um amplo eco na devoção do povo cristão, Maria aparece na verdadeira dimensão da sua maternidade: é a mãe do Filho de Deus, que gerou virginalmente segundo a natureza humana e educou com o seu amor materno, contribuindo para o crescimento humano da pessoa divina, que veio para transformar o destino da humanidade.

5. De forma muito significativa, a oração mais antiga a Maria (*Sub tuum praesidium...*, "Sob a tua protecção...") contém a invocação: *Theotokos*, *Mãe de Deus*. Este título não é fruto de uma reflexão de teólogos, mas de uma intuição de fé do povo cristão. Aqueles que reconhecem Jesus como Deus voltam-se para Maria como a Mãe de Deus e esperam obter seu poderoso auxílio nas provações da vida.

O Concílio de Éfeso, em 431, define o dogma da maternidade divina, atribuindo oficialmente a Maria o título de *Theotokos*, com referência à única pessoa de Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem.

As três expressões com que a Igreja ilustrou a sua fé na maternidade de Maria ao longo dos séculos: *Mãe de Jesus*, *Virgem Mãe* e *Mãe de Deus*, mostram, portanto, que a maternidade de Maria pertence intimamente ao mistério da encarnação. São afirmações doutrinárias, também relacionadas à piedade popular, que ajudam a definir a própria identidade de Cristo.

3 - O rosto da Mãe do Redentor

(Quarta-feira, 25 de outubro de 1995)

(Leitura: capítulo 19 do Evangelho de João, versículos 25-27)

O Concílio, ao afirmar que a Virgem Maria «é reconhecida e venerada como a verdadeira Mãe de Deus e do Redentor» ([Lumen gentium](#), 53), aponta o vínculo que existe entre a maternidade de Maria e a redenção.

Depois de terem tomado consciência do papel materno de Maria, venerada na doutrina e no culto dos primeiros séculos como Mãe Virginal de Jesus Cristo e, conseqüentemente, Mãe de Deus, na Idade Média a piedade e a reflexão teológica da Igreja aprofunda a sua colaboração na obra do Salvador.

Esse atraso explica-se pelo fato de que o esforço dos Padres da Igreja e dos primeiros concílios ecumênicos, ao focar o mistério da identidade de Cristo, necessariamente deixou outros aspectos do dogma na sombra. Só progressivamente a verdade revelada pôde ser explicitada em toda a sua riqueza. No decorrer dos séculos, a mariologia será sempre orientada pela cristologia. A mesma maternidade divina de Maria é proclamada no Concílio de Éfeso, sobretudo para afirmar a unidade pessoal de Cristo. Da mesma forma acontece com o aprofundamento da presença de Maria na história da salvação.

2. Já no final do século II, Santo Irineu, discípulo de São Policarpo, destaca a contribuição de Maria para a obra da salvação. Compreendeu o valor do consentimento de Maria no momento da Anunciação, reconhecendo na obediência e na fé da Virgem de Nazaré na mensagem do anjo, a perfeita antítese à desobediência e incredulidade de Eva, com efeitos benéficos sobre o destino da humanidade. Com efeito, como Eva causou a morte, também Maria, com o seu sim, tornou-se a causa da salvação para ela e para todos os homens (cf. *Adv. Haer.* 3.22 4: SC 211, 441). Mas é uma afirmação de que os outros Padres da Igreja não desenvolveram de forma orgânica e habitual.

Essa doutrina, por outro lado, é sistematicamente elaborada pela primeira vez, no final do século X, na *Vida de Maria*, escrita por um monge bizantino, João o Geómetra. Aqui, Maria está unida a Cristo em toda a obra redentora, participando, segundo o desígnio divino, da cruz e sofrendo pela nossa salvação. Ela permaneceu unida ao Filho "em todas as ações, atitudes

e vontades" (*Vida de Maria*, Bull. 196 f. 122 v.). A associação de Maria com a obra salvífica de Jesus realiza-se através do seu amor maternal, um amor animado pela graça, que lhe confere uma força superior: a mais isenta de paixão é a mais compassiva (cf. *ib.* Bull. 196, f. 123 v. .).

3. No Ocidente, São Bernardo, falecido em 1153, dirigindo-se a Maria, comentava assim a apresentação de Jesus no templo: «Oferece o teu Filho, Santíssima Virgem, e apresenta ao Senhor o fruto do teu ventre. Para a nossa reconciliação com todos oferece a hóstia sagrada, agradável a Deus» (*Sermo 3 in Purif.*, 2: PL 183, 370).

Discípulo e amigo de São Bernardo, Arnaldo de Chartres, destaca em particular a oferta de Maria no sacrifício do Calvário. Ele distingue na cruz "dois altares: um no coração de Maria; o outro no corpo de Cristo. Cristo sacrificou a sua carne; Maria, a sua alma. Maria imola-se espiritualmente em profunda comunhão com Cristo e roga pela salvação do mundo: "O que a Mãe pede, o Filho aprova e o Pai concede" (*De septem verbis Domini in Cruce*, 3: PL 189, 1694).

Desde então, outros autores expõem a doutrina da cooperação especial de Maria no sacrifício redentor.

4. Ao mesmo tempo, no culto e na piedade cristã, desenvolve-se o olhar contemplativo sobre a *compaixão* de Maria, significativamente representado nas imagens da *Pietá*. A participação de Maria no drama da cruz torna este acontecimento profundamente humano e ajuda os fiéis a entrar no mistério: a compaixão da Mãe torna mais fácil descobrir a Paixão do Filho.

Com a participação na obra redentora de Cristo, a maternidade espiritual e universal de Maria também é reconhecida. No Oriente, João o Geómetra diz de Maria: "Tu és nossa mãe. "Agradecendo a Maria «pelas dores e sofrimentos por nós sofridos», sublinha o seu afecto maternal e a sua qualidade de mãe para com todos aqueles que recebem a salvação (cf. *Discurso de despedida sobre o sono da gloriosa Nossa Senhora Mãe de Deus*, em A. Wenger, *L'Assomption de Ia TS Vierge dans Ia tradição Bizantina*, 407).

Também no Ocidente se desenvolve a doutrina da maternidade espiritual com Santo Anselmo, que afirma: "Tu és a mãe (...) da reconciliação e dos reconciliados, a mãe da salvação e dos salvos" (cf. *Oratio* 52, 8: PL 158, 957 A).

Maria é sempre venerada como Mãe de Deus, mas o facto de ser nossa mãe dá um novo rosto à sua maternidade divina e abre-nos o caminho para uma comunhão mais íntima com ela.

5. A maternidade de Maria para connosco não consiste apenas num vínculo afetivo: com os seus méritos e com a sua intercessão, contribui eficazmente para o nosso nascimento espiritual e para o desenvolvimento da vida de graça em nós. Por isso Maria é frequentemente chamada *Mãe da graça, Mãe da vida*.

O título de *Mãe da Vida*, que já era utilizado por São Gregório de Nisa, foi assim explicado por Guerrico d'Igny, falecido no ano de 1157: "É a Mãe da Vida da qual vivem todos os homens: ao gerar em si mesma esta vida, de certa forma regenerou todos os que a quisessem viver. Apenas um foi gerado, mas todos nós fomos regenerados" (*In Assumpt* . I, 2: PL 185, 188).

Um texto do século XIII, a *Mariale*, usando uma imagem ousada, atribui esta regeneração ao "parto doloroso" do Calvário, com o qual "se tornou a mãe espiritual de todos os homens". Com efeito, «nas suas castas entranhas concebeu, por compaixão, os filhos da Igreja» (Q. 29, par. 3).

6. O Concílio Vaticano II, depois de ter afirmado que Maria "colaborou de maneira totalmente única na obra do Salvador", conclui assim: "Por isso ela é nossa Mãe na ordem da graça" (*Lumen gentium*, 61), confirmando assim o sentimento eclesial que considera Maria, ao lado do seu Filho, como a Mãe espiritual de toda a humanidade.

Maria é a nossa Mãe: esta verdade consoladora, que o amor e a fé da Igreja nos oferecem de forma cada vez mais clara e profunda, sustentou e sustenta a vida espiritual de todos nós e encoraja-nos, mesmo nos momentos de sofrimento, a ter confiança e esperança.

4 - A Virgem Maria na Sagrada Escritura e na reflexão teológica

(Quarta-feira, 8 de novembro de 1995)

(Leitura: Capítulo 4 da Carta do Apóstolo Paulo aos Gálatas, versículos 4-6)

1. Na catequese anterior vimos que a doutrina da maternidade de Maria, partindo da sua primeira formulação, *a Mãe de Jesus*, passou à mais completa e explícita de *Mãe de Deus*, até a afirmação do seu envolvimento materno na redenção da humanidade.

Também em relação a outros aspectos da doutrina mariana, muitos séculos foram necessários para chegar à definição explícita das verdades reveladas a respeito de Maria. Casos típicos deste caminho de fé para descobrir cada vez mais profundamente o papel de Maria na história da salvação são os dogmas da Imaculada Conceição e da Assunção, proclamados, como é bem sabido, por dois veneráveis predecessores meus, respectivamente pelo Servo de Deus Pio IX em 1854, e pelo Servo de Deus Pio XII durante o jubileu de 1950.

A mariologia é um campo particular da pesquisa teológica: nela o amor do povo cristão por Maria muitas vezes antecipou certos aspectos do mistério da Virgem, chamando a atenção de teólogos e pastores para eles.

2. Devemos reconhecer que, à primeira vista, os Evangelhos fornecem poucas informações sobre a pessoa e a vida de Maria. Naturalmente, teríamos gostado de indicações mais abundantes a este respeito, que nos permitissem conhecer melhor a Mãe de Jesus.

Nem os outros escritos do Novo Testamento, nos quais falta um desenvolvimento doutrinário explícito sobre Maria, não satisfazem esse desejo. Mesmo as cartas de São Paulo, que nos oferecem um rico pensamento sobre Cristo e sua obra, se limitam a dizer, em uma passagem muito significativa, que Deus enviou seu Filho, "nascido de mulher" (*Gálatas* 4, 4).

Muito pouco se fala sobre a família de Maria. Se excluirmos as histórias da infância, nos Evangelhos sinópticos encontramos apenas duas afirmações que lançam um pouco de luz sobre Maria: uma sobre a tentativa dos "irmãos" ou parentes, que queriam reconduzir Jesus a Nazaré (cf. *Mc* 3, 21; *Mt* 12,48): o outro, ao responder à exclamação de uma mulher sobre a bem-aventurança da Mãe de Jesus (cf. *Lc* 11,27).

No entanto, Lucas, no evangelho da infância, com os episódios da Anunciação, da Visitação, do nascimento de Jesus, da apresentação do Menino no templo e do seu encontro entre os doutores aos doze anos, não só fornece algumas importantes dados, mas apresenta uma espécie de *protomariologia* de interesse fundamental. São Mateus completa indiretamente esses dados no relato do anúncio a José (cf. *Mt* 1,18-25), mas apenas em relação à concepção virginal de Jesus.

O Evangelho de João, além disso, aprofunda o valor histórico-salvífico do papel desempenhado pela Mãe de Jesus, ao referir que ela esteve presente no início e no final da vida pública. Particularmente significativa é a intervenção de Maria aos pés da cruz, onde recebeu a missão do filho moribundo de ser a mãe do discípulo amado e, nele, de todos os cristãos (cf. *Jo* 2, 1-12 e *Jo* 19, 25 -27).

Por fim, os Atos dos Apóstolos recordam expressamente a Mãe de Jesus entre as mulheres da primeira comunidade, que esperavam o Pentecostes (cf. *Act* 1,14).

Pelo contrário, na ausência de outros testemunhos do Novo Testamento e notícias confiáveis de fontes históricas, não sabemos nada sobre a data ou as circunstâncias de sua morte. Só podemos supor que ela continuou a viver com o apóstolo João e que sempre acompanhou de perto o desenvolvimento da primeira comunidade cristã.

3. A escassez de dados sobre a vida terrena de Maria é compensada pela qualidade e riqueza teológica, que a exegese atual destaca atentamente.

De resto, devemos lembrar que a perspectiva dos evangelistas é totalmente cristológica e pretende interessar-se pela Mãe apenas em relação à boa nova do Filho. Como já observa Santo Ambrósio, o evangelista, ao

expor o mistério da Encarnação, «julgou oportuno não procurar mais testemunhos sobre a virgindade de Maria, para não dar a impressão de dedicar-se mais à defesa da Virgem do que a proclamar o mistério" (*Exp. In Lucam*, 2, 6: PL 15, 1555).

Podemos reconhecer neste facto uma intenção especial do Espírito Santo, que quis despertar na Igreja um esforço de investigação que, embora preservando o carácter central do mistério de Cristo, não se detivesse nos pormenores da existência de Maria, pelo contrário, começou a descobrir sobretudo o seu papel na obra da salvação, a sua santidade pessoal e a sua missão materna na vida cristã.

4. O Espírito Santo guia os esforços da Igreja, comprometendo-a a assumir as mesmas atitudes de Maria. No relato do nascimento de Jesus, Lucas afirma que sua mãe preservou todas as coisas "meditando nelas no coração" (*Lc* 2,19), isto é, esforçando-se por *ponderar* (*sympallousa*) com um olhar mais profundo todos os acontecimentos dos quais ela tinha sido uma testemunha privilegiada.

Do mesmo modo, o povo de Deus é também impelido pelo mesmo Espírito a compreender em profundidade tudo o que se disse de Maria, para progredir na compreensão da sua missão, intimamente ligada ao mistério de Cristo.

No desenvolvimento da Mariologia, o povo cristão desempenha um papel particular: afirmando e testemunhando a sua fé, contribui para o progresso da doutrina mariana, que normalmente não é apenas obra dos teólogos, embora a sua tarefa continue a ser indispensável para o aprofundamento e a exposição clara dos dados da fé e da própria experiência cristã.

A fé dos simples é admirada e louvada por Jesus, que nela reconhece uma manifestação maravilhosa da benevolência do Pai (cf. *Mt* 11 25; *Lc* 10, 21). Essa fé continua a proclamar, ao longo dos séculos, as maravilhas da história da salvação, escondidas dos sábios. Essa fé, em harmonia com a simplicidade da Virgem, promoveu o reconhecimento de sua santidade pessoal e o valor transcendente de sua maternidade.

O mistério de Maria compromete cada cristão, em comunhão com a Igreja, a *meditar no seu coração* o que a revelação evangélica afirma da Mãe de Cristo. Na lógica do *Magnificat*, cada um experimentará em si mesmo, como Maria, o amor de Deus e descobrirá nas maravilhas realizadas pela Santíssima Trindade no *Cheia de graça* um sinal da ternura de Deus pelo homem.

5 - Maria na experiência espiritual da Igreja

(Quarta-feira, 15 de Novembro de 1995)

(Leitura: Evangelho de Lucas, capítulo 1, versículos 46-48)

1. Depois de comentar na catequese anterior a consolidação da reflexão da comunidade cristã desde as origens sobre a figura e o papel da Virgem na história da salvação, detemo-nos hoje a meditar na *experiência mariana da Igreja*.

O desenvolvimento da reflexão mariológica e do culto à Virgem ao longo dos séculos contribuiu para evidenciar cada vez mais a dimensão mariana da Igreja. Certamente, a Santíssima Virgem está totalmente referida a Cristo, fundamento da fé e da experiência eclesial, e a ele conduz. Por isso, obedecendo a Jesus, que reservou para a sua Mãe um papel totalmente especial na economia da salvação, os cristãos veneraram, amaram e rezaram a Maria de maneira muito particular e intensa. Atribuíram-lhe uma posição de destaque na fé e na piedade, reconhecendo-a como caminho privilegiado para Cristo, o mediador supremo.

A dimensão mariana da Igreja constitui, portanto, um elemento inegável na experiência do povo cristão. Esta dimensão revela-se em numerosas manifestações de vida dos fiéis, testemunhando o lugar que Maria assumiu em seus corações. Não é um sentimento superficial, mas um vínculo afetivo profundo e consciente, enraizado na fé, que faz com que os cristãos de ontem e de hoje se voltem regularmente para Maria, para entrar numa comunhão mais íntima com Cristo.

2. Depois da oração mais antiga, formulada no Egito pelas comunidades cristãs do século III para implorar à *Mãe de Deus* a proteção contra o perigo, multiplicaram-se as invocações dirigidas a ela, que os batizados consideram muito poderosa na sua intercessão perante o Senhor.

Hoje a oração mais comum é a Ave Maria, cuja primeira parte é composta por palavras tiradas do Evangelho (cf. *Lc* 1, 28, 42). Os cristãos

aprendem a rezar em casa, desde a infância, recebendo-a como um presente precioso que deve ser preservado ao longo da vida. Esta mesma oração, repetida dezenas de vezes no rosário, ajuda muitos fiéis a entrar na contemplação orante dos mistérios evangélicos e a permanecer, por vezes, por muito tempo em contato íntimo com a Mãe de Jesus. Desde a Idade Média, a Ave Maria é a oração mais comum de todos os crentes, que pedem à Santa Mãe do Senhor que os acompanhe e proteja no caminho da sua existência quotidiana (cf. [*Marialis cultus*](#), 42-55).

O povo cristão, aliás, tem manifestado o seu amor a Maria multiplicando as expressões da sua devoção: hinos, orações e composições poéticas simples, às vezes de grande valor, impregnadas do mesmo amor. Àquela que o Crucificado deu aos homens como Mãe. Entre eles, alguns, como o hino *Akathistos* e a *Salve Regina*, marcaram profundamente a vida de fé dos fiéis.

A piedade mariana também deu origem a uma produção artística muito rica, tanto no Oriente como no Ocidente, que fez a beleza espiritual de Maria ser apreciada por gerações. Pintores, escultores, músicos e poetas deixaram obras-primas que, destacando os vários aspectos da grandeza da Virgem, ajudam a compreender melhor o sentido e o valor da sua elevada contribuição para a obra da redenção.

A arte cristã encontrou em Maria a realização de uma nova humanidade, que responde ao projeto de Deus e, portanto, constitui um sinal sublime de esperança para toda a humanidade.

3. Esta mensagem não poderia deixar de ser apreendida pelos cristãos chamados a uma vocação de consagração especial. Com efeito, nas ordens e congregações religiosas, nos institutos ou associações de vida consagrada, Maria é venerada de modo especial. Muitos institutos, especialmente - mas não apenas - para mulheres, levam o nome de Maria no seu título. Agora, para além das manifestações externas, a espiritualidade das famílias religiosas, como também de muitos movimentos eclesiais, alguns deles especificamente marianos, evidencia o seu vínculo especial com Maria, como garantia de um carisma vivido com autenticidade e plenitude.

Esta referência mariana na vida das pessoas particularmente favorecidas pelo Espírito Santo desenvolveu também a dimensão mística, que mostra como o povo cristão pode experimentar a intervenção de Maria no mais íntimo do seu ser.

A referência a Maria reúne não só os cristãos empenhados, mas também os crentes de fé simples e também os que estão longe, para os quais, muitas vezes, é talvez o único vínculo com a vida eclesial. Sinal desse sentimento comum do povo cristão pela Mãe do Senhor são as peregrinações aos santuários marianos, que atraem, ao longo do ano, grandes multidões de fiéis. Alguns desses bastiões da piedade mariana são bem conhecidos, como Lourdes, Fátima, Loreto, Pompeii, Guadalupe ou Czestochowa. Outros são conhecidos apenas em nível nacional ou local. Em todas elas, a memória dos acontecimentos ligados ao recurso a Maria transmite a mensagem da sua ternura materna, abrindo o coração à graça divina.

Estes lugares de oração mariana são um magnífico testemunho da misericórdia de Deus, que chega ao homem por intercessão de Maria. Milagres de cura corporal, de resgate espiritual e de conversão são o sinal evidente de que Maria continua, com Cristo e no Espírito, a sua obra de auxiliadora e de mãe.

4. Os santuários marianos muitas vezes transformam-se em centros de evangelização. Com efeito, também na Igreja de hoje, como na comunidade que esperava o Pentecostes, a oração na companhia de Maria impulsiona muitos cristãos ao apostolado e ao serviço aos irmãos. Desejo recordar aqui, de modo especial, a grande influência da piedade mariana no exercício da caridade e nas obras de misericórdia. Estimulados pela presença de Maria, os fiéis muitas vezes sentiram a necessidade de se dedicar aos pobres, aos deserdados e aos enfermos, para ser para os últimos da terra o sinal da proteção materna da Virgem, ícone vivo da misericórdia do Pai.

Tudo isso mostra claramente que a dimensão mariana permeia toda a vida da Igreja. O anúncio da Palavra, a liturgia, as várias expressões caritativas e cúlticas encontram na referência a Maria ocasião de enriquecimento e renovação.

O povo de Deus, sob a orientação dos seus pastores, é chamado a discernir neste facto a acção do Espírito Santo, que impulsionou a fé cristã no caminho da descoberta do rosto de Maria. É ele quem faz maravilhas nos lugares da piedade mariana. É ele quem, estimulando o conhecimento e o amor de Maria, conduz os fiéis à escola da Virgem do *Magnificat*, para aprender a ler os sinais de Deus na história e adquirir a sabedoria que converte todo o homem e toda a mulher em construtores de uma nova humanidade.

6 - Influência de Maria na vida da Igreja

(Quarta-feira, 22 de Novembro de 1995)

(Leitura: Evangelho de Lucas, capítulo 1, versículos 41-42. 46-48)

1. Depois de refletir sobre a dimensão mariana da vida eclesial, preparamo-nos agora para destacar a imensa riqueza espiritual que Maria comunica à Igreja com o seu exemplo e a sua intercessão.

Em primeiro lugar, queremos considerar brevemente alguns aspectos significativos da personalidade de Maria, que fornecem a cada um dos fiéis indicações valiosas para acolher e realizar plenamente a própria vocação.

Maria precedeu-nos no caminho da *fé*: crescendo na mensagem do anjo, ela é a primeira a acolher e de maneira perfeita o mistério da encarnação (cf. [*Redemptoris Mater*](#), 13). A sua jornada como crente começa antes mesmo do início de sua maternidade divina e desenvolve-se aprofunda-se ao longo de sua experiência terrena. A sua fé é uma fé ousada que, na Anunciação, acredita no humanamente impossível e, em Caná, leva Jesus a realizar o seu primeiro milagre, fazendo com que se manifestem os seus poderes messiânicos (cf. *Jo* 2, 1-5).

Maria educa os cristãos a viver a fé como um caminho que compromete e envolve, e que em todas as idades e situações de vida exige ousadia e perseverança constante.

2. À fé de Maria está unida a sua *docilidade* à vontade divina. Crendo na palavra de Deus, soube aceitá-la plenamente na sua existência e, mostrando-se disponível ao desígnio divino soberano, aceitou tudo o que lhe foi pedido do alto.

Assim, a presença de Nossa Senhora na Igreja encoraja os cristãos a ouvir cada dia a palavra do Senhor, a compreender o seu desígnio de amor nas várias situações quotidianas, colaborando fielmente na sua realização.

3. Maria educa assim a comunidade dos fiéis a olhar para o futuro com total abandono a Deus. Na experiência pessoal de Nossa Senhora, a *esperança* é enriquecida por motivações sempre novas. Desde a Anunciação, Maria concentrou as expectativas do antigo Israel no Filho de Deus encarnado em seu ventre virginal. A sua esperança é reforçada nas fases sucessivas da vida oculta em Nazaré e do ministério público de Jesus. A sua grande fé na palavra de Cristo, que anunciara a sua ressurreição ao terceiro dia, impediu-a de vacilar mesmo perante o drama da cruz: manteve a esperança no cumprimento da obra messiânica, esperando sem hesitar a manhã da ressurreição, após as trevas de Sexta-feira Santa.

No seu árduo caminho ao longo da história, entre a salvação já recebida e aquela *ainda não* plenamente realizada, a comunidade dos crentes sabe que pode contar com a ajuda da *Mãe da esperança*, que, tendo experimentado a vitória de Cristo sobre o poder da morte, comunica uma capacidade sempre nova de esperança no futuro de Deus e de abandono nas promessas do Senhor.

4. O exemplo de Maria permite à Igreja apreciar melhor o valor do silêncio. O silêncio de Maria não é só sobriedade no falar, mas sobretudo sabedoria capacidade de recordar e acolher com um olhar de fé o mistério do Verbo feito homem e os acontecimentos da sua existência terrena.

Maria transmite aos crentes este silêncio-aceitação da palavra, esta capacidade de meditar no mistério de Cristo. Num mundo repleto de ruídos e mensagens de todos os tipos, o seu testemunho permite-nos apreciar um silêncio espiritualmente rico e promove o espírito contemplativo.

Maria testemunha o valor de uma existência *humilde e oculta*. Todos normalmente exigem, e às vezes até fingem, ser capazes de valorizar plenamente a sua própria pessoa e as suas qualidades. Todos são sensíveis à estima e à honra. Os Evangelhos referem muitas vezes que os Apóstolos aspiravam aos primeiros lugares no Reino, que discutiam entre si sobre quem era o maior e que, a este propósito, Jesus teve de dar-lhes lições sobre a necessidade de humildade e de serviço (cf. *Mt* 18, 1-5; 20, 20-28; *Mc* 9, 33-37; 10, 35-45; *Lc* 9, 46-48; 22, 24-27). Pelo contrário, Maria nunca desejou as honras ou vantagens de uma posição privilegiada, mas sempre

procurou cumprir a vontade divina levando uma vida segundo o desígnio salvífico do Pai.

A quem muitas vezes sente o peso de uma existência aparentemente insignificante, Maria mostra como é valiosa a vida, se vivida por amor a Cristo e aos irmãos.

5. Além disso, Maria testemunha o valor de uma vida *pura* e cheia de *ternura* para com todos os homens. A beleza de sua alma, totalmente entregue ao Senhor, é objeto de admiração do povo cristão. Em Maria, a comunidade cristã sempre viu um ideal de mulher, cheia de amor e ternura, porque viveu a pureza do coração e da carne.

Diante do cinismo de uma certa cultura contemporânea que muitas vezes parece ignorar o valor da castidade e banalizar a sexualidade, separando-a da dignidade da pessoa e do projeto de Deus, a Virgem Maria propõe o testemunho de uma pureza que ilumina a consciência e leva a um amor maior pelas criaturas e pelo Senhor.

6. E ainda: Maria apresenta-se aos cristãos de todos os tempos, como uma viva *compaixão* pelos sofrimentos da humanidade. Essa compaixão não consiste apenas numa participação afetiva, mas se traduz numa ajuda efetiva e concreta diante das misérias materiais e morais da humanidade.

A Igreja, seguindo Maria, é chamada a ter a mesma atitude para com os pobres e para com todos os que sofrem nesta terra. O cuidado maternal da Mãe do Senhor pelas lágrimas, dores e dificuldades dos homens e mulheres de todos os tempos deve estimular os cristãos, de modo particular ao aproximar-se o terceiro milénio, a multiplicar os sinais concretos e visíveis de um amor que faça participar os humildes e os que sofrem nas promessas e esperanças do novo mundo que nasce da Páscoa.

7. O afeto e a devoção dos homens à Mãe de Jesus ultrapassam os limites visíveis da Igreja e movem os corações a ter sentimentos de reconciliação. Como uma mãe, Maria deseja a união de todos os seus filhos. A sua presença na Igreja constitui um convite a conservar a unidade de coração que reinava na primeira comunidade (cf. Act 1, 14) e, por

consequente, a procurar também os caminhos da unidade e da paz entre todos os homens e mulheres de boa vontade.

Maria, na sua intercessão perante o Filho, pede a graça da unidade do género humano, com vistas a construir a civilização do amor, superando as tendências às divisões, as tentações de vingança e de ódio e o fascínio perverso da violência.

8. O sorriso maternal da Virgem, reproduzido em tantas imagens da iconografia mariana, mostra uma plenitude de graça e de paz que ela deseja comunicar. Esta manifestação de serenidade de espírito contribui eficazmente para dar um rosto alegre à Igreja.

Maria, acolhendo na anunciação o convite do anjo à alegria (*chaire* = alegrar-se: *Lc* 1, 28), é a primeira a participar na alegria messiânica, já anunciada pelos profetas pela «filha de Sião» (cf. *Is* 12, 6; *So* 3, 14-15; *Za* 9, 8), e o transmite à humanidade de todos os tempos.

O povo cristão, que a invoca como *causa nostrae laetitiae*, descobre nela a capacidade de comunicar a alegria, mesmo no meio das provações da vida, e de guiar aqueles que a ela se confiam para uma alegria que nunca acaba.

7 -Maria e o valor da mulher

(Quarta-feira, 29 de Novembro de 1995)

1. A doutrina mariana, amplamente desenvolvida no nosso século do ponto de vista teológico e espiritual, ganhou recentemente uma nova importância do ponto de vista sociológico e pastoral, entre outras causas, graças à melhor compreensão do papel da mulher na comunidade cristã e na sociedade, como o demonstram as numerosas e significativas intervenções do Magistério.

São conhecidas as palavras da mensagem que, no final do Concílio Vaticano II, em 8 de dezembro de 1965, os Padres dirigiram às mulheres em todo o mundo: “Chega a hora, chegou a hora, em que a vocação feminina se cumpre em plenitude, a hora em que a mulher adquire no mundo uma influência, um alcance, um poder nunca antes alcançado” (*Ench. Vat.* 1, 307).

Alguns anos depois, na Carta apostólica [*Mulieris dignitatem*](#), corroborei estas afirmações: «A dignidade da mulher e a sua vocação, objeto constante de reflexão humana e cristã, assumiu nos últimos anos uma importância muito particular» (n. 1).

Neste século, o movimento feminista tem reivindicado particularmente o papel e a dignidade da mulher, procurando reagir, por vezes com energia, contra tudo o que, tanto no passado como no presente, impede a valorização e o pleno desenvolvimento da personalidade feminina, bem como a sua participação nas múltiplas manifestações da vida social e política.

São afirmações, em grande parte *legítimas*, que têm contribuído para uma visão mais equilibrada da questão feminina no mundo contemporâneo. A respeito dessas reivindicações, a Igreja, especialmente nos últimos tempos, tem demonstrado uma atenção singular, encorajada entre outras coisas pelo fato de que a figura de Maria, vista à luz do que os Evangelhos nos dizem sobre ela, constitui uma resposta válida ao desejo de

emancipação da mulher: Maria é a única pessoa humana que realiza eminentemente o projeto de amor divino pela humanidade.

2. Esse projeto já se manifesta no Antigo Testamento, por meio da narrativa da criação, que apresenta o primeiro casal criado à imagem de Deus: «Deus, portanto, criou o homem à sua imagem; à imagem de Deus ele o criou; homem e mulher os criou »(Gn 1:27). Por isso, a mulher, como o homem, traz em si a semelhança de Deus. Desde o seu aparecimento na terra por obra divina, esta consideração também se aplica a ela: «Deus viu o que fez, e tudo correu muito bem» (Gn 1, 31). Nessa perspectiva, a diversidade entre o homem e a mulher não significa inferioridade por parte desta, ou desigualdade, mas constitui um elemento de novidade que enriquece o desígnio divino, manifestando-se como algo muito bom.

No entanto, a intenção divina vai além do que o livro de Gênesis revela. De fato, em Maria, Deus despertou uma personalidade feminina que excede em muito a condição comum da mulher, conforme observado na criação de Eva. A excelência única de Maria no mundo da graça e a sua perfeição são fruto da particular benevolência divina, que quer elevar a todos, homens e mulheres, à perfeição moral e à santidade próprias dos filhos adotivos de Deus. Maria é a *bendita entre todas as mulheres*; No entanto, em certa medida, cada mulher compartilha de sua dignidade sublime no plano divino.

3. O dom único que Deus nos deu à Mãe do Senhor não só testemunha o que poderíamos chamar de respeito de Deus pelas mulheres; mostra também a profunda consideração que existe nos desígnios divinos para o seu papel insubstituível na história da humanidade.

As mulheres precisam de descobrir esta estima divina para se tornarem cada vez mais conscientes da sua elevada dignidade. A situação histórica e social que provocou a reação do feminismo caracterizou-se pela falta de valorização da mulher, muitas vezes obrigada a desempenhar um papel secundário ou mesmo marginal. Isso não permitiu que ela expressasse plenamente as riquezas de inteligência e sabedoria que a feminilidade contém. De fato, ao longo da história, as mulheres frequentemente sofreram de pouca valorização das suas capacidades e, às vezes, até mesmo de desprezo e preconceito injustos. É uma situação que, apesar de algumas

mudanças significativas, infelizmente persiste até hoje em muitas nações e em muitos ambientes do mundo.

4. A figura de Maria mostra tamanha estima de Deus pelas mulheres, que qualquer forma de discriminação carece de fundamento teórico.

A admirável obra que o Criador realizou em Maria oferece aos homens a possibilidade de descobrir dimensões da sua condição que antes não eram suficientemente percebidas. Contemplando a Mãe do Senhor, as mulheres poderão compreender melhor a sua dignidade e a grandeza da sua missão. Mas também os homens, à luz da Virgem Mãe, poderão ter uma visão mais completa e equilibrada da sua identidade, da família e da sociedade.

A consideração cuidadosa da figura de Maria, tal como nos é apresentada pela Sagrada Escritura lida na fé pela Igreja, é ainda mais necessária dada a desvalorização que algumas correntes feministas fizeram por vezes. Em alguns casos, a Virgem de Nazaré foi apresentada como o símbolo da personalidade feminina encerrada num horizonte doméstico restrito e estreito.

Pelo contrário, Maria constitui o modelo para o pleno desenvolvimento da vocação das mulheres, tendo exercido, apesar dos limites objetivos impostos pela sua condição social, uma imensa influência no destino da humanidade e na transformação da sociedade.

5. Além disso, a doutrina mariana pode iluminar as múltiplas maneiras pelas quais a vida da graça promove a beleza espiritual das mulheres.

Diante da exploração vergonhosa de quem às vezes transforma a mulher em objeto sem dignidade, destinado a saciar paixões desonestas, Maria reafirma o sentido sublime da beleza feminina, dom e reflexo da beleza de Deus.

É verdade que a perfeição da mulher, tal como foi plenamente realizada em Maria, pode parecer à primeira vista um caso excepcional, sem possibilidade de imitação, um modelo alto demais para ser imitado. Com efeito, a santidade única de quem gozou desde o primeiro momento o

privilégio da Imaculada Conceição foi por vezes considerada um sinal de uma distância intransponível.

Pelo contrário, a santidade exaltada de Maria, longe de ser um freio no caminho do seguimento do Senhor, no desígnio divino, está destinada a encorajar todos os cristãos a abrirem-se à força santificadora da graça de Deus, para quem nada é impossível. Por isso, todos nós somos chamados a ter total confiança no poder divino, que transforma os corações, guiando-nos para a plena disponibilidade ao seu desígnio providencial de amor.

8 - O papel da mulher à luz de Maria

(Quarta-feira, 6 de Dezembro de 1995)

1. Como já tive oportunidade de ilustrar na catequese anterior, o papel que Deus confiou a Maria no seu projeto de salvação ilumina a vocação das mulheres na vida da Igreja e da sociedade, definindo a sua diferença em relação aos homens. Na verdade, o modelo que Maria representa mostra claramente o que é específico da personalidade feminina.

Nos últimos tempos, algumas correntes do movimento feminista, com o propósito de favorecer a emancipação das mulheres, têm procurado assimilá-las em tudo aos homens. Mas a intenção divina, tal como se manifesta na criação, embora queira que a mulher seja igual ao homem pela sua dignidade e valor, ao mesmo tempo afirma claramente a sua diversidade e o seu carácter específico. A identidade da mulher não pode consistir em ser uma cópia do homem, pois ela é dotada de qualidades e prerrogativas próprias, que lhe conferem uma peculiaridade autónoma, que deve ser sempre promovida e incentivada.

Essas prerrogativas e essa peculiaridade da personalidade feminina alcançaram o seu pleno desenvolvimento em Maria. Com efeito, a plenitude da graça divina favoreceu nela todas as capacidades naturais próprias da mulher.

O papel de Maria na obra da salvação depende totalmente do papel de Cristo. É uma função única, exigida pela realização do mistério da Encarnação: a maternidade de Maria era necessária para dar ao mundo o Salvador, verdadeiro Filho de Deus, mas também perfeitamente homem.

A importância da cooperação das mulheres na vinda de Cristo manifesta-se na iniciativa de Deus que através do anjo comunica à Virgem de Nazaré o seu projeto de salvação, para que ela possa cooperar com ele de forma consciente e livre, dando-lhe o seu consentimento generoso.

Aqui se realiza o mais alto modelo de colaboração responsável da mulher na redenção do homem - do homem integral - que constitui a referência transcendente para qualquer afirmação sobre o papel e a função da mulher na história.

2. Maria, realizando esta forma sublime de cooperação, indica também o estilo pelo qual a mulher deve cumprir concretamente a sua missão.

Diante do anúncio do anjo, a Virgem não manifesta uma atitude de pretensão orgulhosa, nem procura satisfazer as ambições pessoais. São Lucas apresenta-a como uma pessoa que só quis prestar o seu serviço humilde com disponibilidade total e confiante no desígnio divino de salvação. Este é o sentido da resposta: «Aqui está a serva do Senhor; faça-se em mim segundo a tua palavra »(Lc 1, 38).

Com efeito, não se trata de uma recepção puramente passiva, pois só dá o seu consentimento depois de ter manifestado a dificuldade que surge da sua finalidade de virgindade, inspirada pela sua vontade de pertencer mais totalmente ao Senhor.

Depois de ter recebido a resposta do anjo, Maria imediatamente manifesta a sua disponibilidade, mantendo uma atitude de serviço humilde.

Trata-se do serviço humilde e valioso que tantas mulheres, a exemplo de Maria, prestaram e continuam a prestar na Igreja para o desenvolvimento do Reino de Cristo.

3. A figura de Maria recorda às mulheres de hoje o valor da maternidade. No mundo contemporâneo, este valor nem sempre recebe uma importância justa e equilibrada. Em alguns casos, a necessidade do trabalho feminino para atender às crescentes demandas da família, e uma concepção equivocada de liberdade, que vê o cuidado dos filhos como um entrave à autonomia e às possibilidades de afirmação da mulher, ofuscaram o sentido da maternidade para o desenvolvimento da personalidade feminina. Em outros, pelo contrário, a perspectiva da geração biológica assume tal importância que impede a valorização de outras significativas possibilidades que as mulheres têm de manifestar a sua vocação inata para a maternidade.

Em Maria podemos compreender o verdadeiro sentido da maternidade que atinge a sua dimensão máxima no desígnio divino da salvação. Graças a ela, o fato de ser mãe não só permite que a personalidade feminina, orientada fundamentalmente para o dom da vida, se desenvolva plenamente, mas também constitui uma resposta de fé à vocação da mulher, que só adquire o seu verdadeiro valor à luz da aliança com Deus (cf. [*Mulieris dignitatem*](#), 19).

4. Contemplando Maria com atenção, descobrimos também nela o modelo de virgindade vivido pelo Reino.

Virgem por excelência, no seu coração o desejo de viver nesse estado amadureceu para alcançar uma intimidade cada vez mais profunda com Deus.

Ao mostrar às mulheres chamadas à castidade virginal o alto significado desta especial vocação, Maria chama a atenção para a fecundidade espiritual que investe no desígnio divino: uma maternidade de ordem superior, uma maternidade segundo o Espírito (cf. [*Mulieris dignitatem*](#), 21).

O coração materno de Maria, aberto a todas as misérias humanas, lembra também às mulheres que o desenvolvimento da personalidade feminina exige um compromisso com a caridade. A mulher, mais sensível aos valores do coração, mostra grande capacidade de dedicação pessoal.

Aos que, no nosso tempo, propõem modelos egoístas de afirmação da personalidade feminina, a figura luminosa e sagrada da Mãe do Senhor mostra que só através da entrega e do esquecimento de si próprio pelos outros se pode atingir a realização autêntica do projeto divino sobre a própria vida .

Portanto, a presença de Maria estimula nas mulheres sentimentos de misericórdia e solidariedade em relação às dolorosas situações humanas e desperta o desejo de aliviar a dor de quem sofre: os pobres, os enfermos e todos os que precisam de ajuda.

Em virtude do seu vínculo particular com Maria, as mulheres, ao longo da história, muitas vezes representaram a proximidade de Deus às

expectativas de bondade e ternura da humanidade ferida pelo ódio e pelo pecado, semeando no mundo as sementes de uma civilização que sabe responder à violência com o amor.

9 - Presença de Maria no Concílio Vaticano II

(Quarta-feira, 13 de Dezembro de 1995)

(Leitura: Cântico de Isaías, capítulo 61, versículos 10 e 11)

1. Gostaria hoje de me deter para refletir sobre a presença especial da Mãe da Igreja num evento eclesial que é seguramente o mais importante do nosso século: o Concílio Ecuménico Vaticano II, que foi iniciado pelo Papa João XXIII, na manhã de 11 de Outubro de 1962, e foi concluído por Paulo VI em 8 de Dezembro de 1965.

Com efeito, a Assembleia conciliar caracterizou-se, desde a sua convocação, por uma dimensão mariana singular. Já na carta apostólica *Celebrandi concilii oecumenici*, o meu venerado predecessor, o Servo de Deus João XXIII, recomendava recorrer à poderosa intercessão de Maria "Mãe da graça e celeste padroeira do Concílio" (11 de abril de 1961: AAS 53 [1961] 242)

Posteriormente, em 1962, na festa da Purificação de Maria, o Papa João marcou a abertura do Concílio para 11 de outubro, explicando que havia escolhido aquela data em memória do grande Concílio de Éfeso, que justamente naquela data havia proclamado Maria *Theotokos*, Mãe de Deus (motu proprio *Concilium*: AAS 54 [1962] 67-68). Àquela que é "Auxílio dos Cristãos, Auxílio dos Bispos", o Papa no discurso de abertura confiou o próprio Concílio, implorando a sua ajuda materna para o bom desempenho da obra conciliar (AAS 54 [1962] 795).

Os Padres do Concílio também dirigem expressamente o seu pensamento para Maria que, na sua mensagem ao mundo, durante a abertura das sessões conciliares, afirmam: «Nós, sucessores dos Apóstolos, que formamos um só corpo apostólico, reunimo-nos aqui em oração unânime com Maria, Mãe de Jesus »(*Acta synodalia*, I, I, 254), ligando-se assim, em comunhão com Maria, à Igreja primitiva que esperava a vinda do Espírito Santo (cf. *Act* 1,14).

2. Na segunda sessão do Concílio, o tratado sobre a Bem-aventurada Virgem Maria foi introduzido na Constituição sobre a Igreja. Esta iniciativa, embora expressamente recomendada pela Comissão Teológica, suscitou diversas opiniões.

Alguns, considerando insuficiente para destacar a missão muito especial da Mãe de Jesus na Igreja, argumentaram que apenas um documento separado poderia expressar a dignidade, preeminência, santidade excepcional e papel único de Maria na redenção realizada por seu Filho. Além disso, considerando Maria, de certa forma, acima da Igreja, expressaram o temor de que a opção de inserir a doutrina mariana no tratado sobre a Igreja não destacasse suficientemente os privilégios de Maria, reduzindo o seu papel ao nível dos outros membros da Igreja (cf. *Acta synodalia* II, III, 338-342).

Outros, diferentemente, foram a favor da proposta da Comissão Teológica, que procurou incluir num único documento a exposição doutrinal sobre Maria e sobre a Igreja. Segundo este último, essas realidades não poderiam ser separadas num concílio que, com o objetivo de redescobrir a identidade e a missão do povo de Deus, deveria mostrar a sua íntima ligação com a mulher que é modelo e exemplo da Igreja na virgindade e na maternidade. Com efeito, a Santíssima Virgem, na sua qualidade de membro eminente da comunidade eclesial, ocupa um lugar especial na doutrina da Igreja. Além disso, ao enfatizar o vínculo entre Maria e a Igreja, a doutrina mariana proposta pelo Concílio tornou-se mais compreensível para os cristãos da Reforma (cf. *ibid.*, II, III, 343-345).

Os Padres conciliares, animados pelo mesmo amor a Maria, procuraram, assim, privilegiar diferentes facetas da sua figura, manifestando diferentes posições doutrinárias. Alguns contemplavam Maria principalmente no seu relacionamento com Cristo; outros consideravam-na antes enquanto membro da Igreja.

3. Depois de um denso confronto de doutrina e atento à dignidade da Mãe de Deus e à sua presença particular na vida da Igreja, decidiu-se inserir o tratado mariano no documento conciliar sobre a Igreja (cf. *ibid.*, II, III, 627).

O novo esquema sobre a Santíssima Virgem, elaborado para ser integrado na constituição dogmática da Igreja, mostra um verdadeiro progresso doutrinal. O acento colocado na fé de Maria e uma preocupação mais sistemática em fundar a doutrina mariana na Escritura constituem elementos significativos e úteis para enriquecer a piedade e a consideração do povo cristão para com a bem-aventurada Mãe de Deus.

Além disso, com o passar do tempo, os perigos do reducionismo, que alguns Padres tinham receado, tornaram-se infundados: a missão e os privilégios de Maria foram amplamente reafirmados; a sua cooperação no plano divino de salvação foi posta em relevo; e manifestou-se de forma mais evidente a harmonia dessa cooperação com a mediação única de Cristo.

Além disso, pela primeira vez o magistério conciliar propôs à Igreja uma exposição doutrinal sobre o papel de Maria na obra redentora de Cristo e na vida da Igreja.

Portanto, devemos considerar a opção dos Padres conciliares uma decisão verdadeiramente providencial, que se revelou muito fecunda para o trabalho doutrinal posterior.

4. Durante as sessões conciliares, muitos Padres expressaram o desejo de enriquecer ainda mais a doutrina mariana com outras declarações sobre o papel de Maria na obra da salvação. O contexto particular em que se deu o debate mariológico Vaticano II não permitiu que tais desejos fossem acolhidos, embora fossem consistentes e generalizados, mas, no seu conjunto, a elaboração conciliar sobre Maria é vigorosa e equilibrada, e os mesmos temas não estão totalmente definidos. Eles têm espaços significativos no tratado global.

Assim, as dúvidas de alguns Padres sobre o título de Medianeira não impediram o Consílio de usar esse título numa ocasião, e de afirmar noutros termos o papel mediador de Maria desde o consentimento ao anúncio do anjo à maternidade na ordem da graça. (cf. [*Lumen gentium*](#), 62). Além disso, o Concílio afirma a sua cooperação "de forma totalmente única" na obra que restaura a vida sobrenatural das almas (*ibid.* 61). Finalmente, embora evite usar o título de *Mãe da Igreja*, o texto da *Lumen gentium*

sublinha claramente a veneração da Igreja a Maria como a Mãe mais amorosa.

De toda a exposição do Capítulo VIII da Constituição Dogmática sobre a Igreja, fica claro que os cuidados terminológicos não impediram a exposição de uma doutrina de fundo muito rica e positiva, expressão de fé e de amor à mulher que a Igreja reconhece como Mãe e modelo da sua vida.

Por outro lado, os diferentes pontos de vista dos Padres, surgidos no decurso do debate conciliar, foram providenciais porque, fundindo-se numa composição harmoniosa, ofereceram à fé e à devoção do povo cristão uma apresentação mais completa e equilibrada da admirável identidade da Mãe do Senhor e do seu papel excepcional na obra da redenção.

10 - Objetivo e método de exposição da doutrina mariana

(Quarta-feira, 3 de Janeiro de 1996)

(Leitura: Saracida, capítulo 24, versículos 24-27 e 30-31)

1. Seguindo a constituição dogmática [*Lumen gentium*](#), que no Capítulo VIII quis "iluminar com cuidado a missão da Virgem Santíssima no mistério do Verbo Encarnado e do Corpo Místico, bem como os deveres dos remidos para com a Mãe de Deus", queria agora propor, nesta catequese, uma síntese essencial da fé da Igreja em Maria, embora reafirme, com o Concílio, que não pretendo "apresentar uma mariologia completa", nem "resolver as questões que os teólogos ainda não esclareceram plenamente" ([*Lumen gentium*](#), 54).

Desejo descrever, em primeiro lugar, "a missão da Virgem Maria no mistério do Verbo Encarnado e do Corpo Místico" (*ibid.*), recorrendo aos dados da Escritura e da Tradição Apostólica e tendo em conta o desenvolvimento doutrinal que a Igreja atingiu até aos nossos dias.

Além disso, dado que o papel de Maria na história da salvação está intimamente ligado ao mistério de Cristo e da Igreja, não perderei de vista aquelas referências essenciais que, dando à doutrina mariana o seu devido lugar, permitem descobrir a sua vasta e inesgotável riqueza.

A pesquisa sobre o mistério da Mãe do Senhor é verdadeiramente vasta e exigiu o esforço de numerosos pastores e teólogos ao longo dos séculos. Alguns, querendo destacar os aspectos centrais da mariologia, por vezes a trataram juntamente com a cristologia ou a eclesiologia. Mas, mesmo tendo em consideração a sua relação com todos os mistérios da fé, Maria merece um tratado específico que destaque a sua pessoa e a sua missão na história da salvação à luz da Bíblia e da tradição eclesial.

2. Além disso, seguindo as indicações conciliares, parece útil expor cuidadosamente "os deveres dos remidos para com a Mãe de Deus, Mãe de Cristo e Mãe dos homens, especialmente dos crentes" (*ibid.*).

Com efeito, o papel que o desígnio divino de salvação atribui a Maria exige dos cristãos não só acolhimento e atenção, mas também opções concretas que traduzam em vida as atitudes evangélicas daquela que precede a Igreja na fé e na santidade. Assim, a Mãe do Senhor está destinada a exercer uma influência especial na forma de orar dos fiéis. A própria liturgia da Igreja reconhece o seu lugar único na devoção e na vida de cada crente.

É preciso enfatizar que a doutrina e o culto marianos não são frutos de sentimentalismo. O mistério de Maria é uma verdade revelada que se impõe à inteligência dos fiéis e que requer um método de reflexão doutrinal não menos rigoroso do que o utilizado em toda a teologia.

De resto, o próprio Jesus convidou os seus contemporâneos a não se deixarem guiar pelo entusiasmo ao considerar a sua mãe, reconhecendo em Maria, antes de tudo, aquela que é bem-aventurada porque ouviu a palavra de Deus e a cumpre (cf. *Lc* 11, 28)

Não só o afeto, mas sobretudo a luz do Espírito deve guiar-nos a compreender a Mãe de Jesus e a sua contribuição para a obra da salvação.

3. Sobre a moderação e o equilíbrio que devem ser salvaguardados tanto na doutrina mariana como no culto, o Concílio exorta fortemente os teólogos e pregadores da palavra divina «que evitem com cuidado todo o falso exagero...» [*Lumen gentium*](#), 67).

Os exageros vêm de quem tem uma atitude maximalista, que procura estender sistematicamente a Maria as prerrogativas de Cristo e todos os carismas da Igreja.

Pelo contrário, na doutrina mariana é necessário manter sempre a diferença infinita entre a pessoa humana de Maria e a pessoa divina de Jesus. Atribuir o *máximo* a Maria não pode tornar-se uma norma da Mariologia, que deve respeitar constantemente o que a revelação testemunha sobre os dons que Deus concedeu à Virgem por causa da sua excelsa missão.

Da mesma forma, o Concílio exorta teólogos e pregadores a evitar "uma excessiva estreiteza de espírito" (*ibid.*), ou seja, o perigo do minimalismo, que pode manifestar-se em posições doutrinárias, em interpretações exegéticas e em atos de culto, que pretendam reduzir e até subestimar Maria na história da salvação, bem como a sua virgindade perpétua e a sua santidade.

Essas posições extremas devem sempre ser evitadas, em virtude de uma fidelidade consistente e sincera à verdade revelada como expressa nas Escrituras e na Tradição apostólica.

4. O próprio Concílio oferece-nos um critério que nos permite discernir a autêntica doutrina mariana: «Na santa Igreja [Maria] ocupa o lugar mais alto depois de Cristo e o mais próximo de nós» ([*Lumen gentium*](#), 54).

Lugar *mais alto*: devemos descobrir esta altura conferida a Maria no mistério da salvação. É, no entanto, uma vocação totalmente ligada a Cristo.

O lugar *mais próximo de nós*: a nossa vida é profundamente influenciada pelo exemplo e intercessão de Maria. Ainda assim, temos que nos perguntar sobre nosso esforço para estar perto dela. Toda a pedagogia da história da salvação convida-nos a dirigir o olhar para a Virgem. O ascetismo cristão de todas as épocas nos convida a pensá-lo como um modelo de perfeita adesão à vontade do Senhor. Maria, modelo eleito de santidade, guia os passos dos fiéis no caminho do paraíso.

Com a sua proximidade às vicissitudes da nossa história quotidiana, Maria apoia-nos nas provações e encoraja-nos nas dificuldades, apontando-nos sempre a meta da salvação eterna. Assim se manifesta cada vez mais o seu papel de Mãe: Mãe do seu filho Jesus e terna e vigilante Mãe de cada um de nós, a quem o Redentor, desde a cruz, nos confiou para que a acolhamos como filhos na fé.

(Quarta-feira, 10 de Janeiro de 1996)

(Leitura: Carta de São Paulo aos Gálatas, Capítulo 4, Versículos 4-7)

1. O capítulo VIII da Constituição [*Lumen gentium*](#) indica no *mistério de Cristo* a referência necessária e essencial à doutrina mariana. A este respeito, são significativas as primeiras palavras da introdução: “Deus, na sua grande bondade e sabedoria, querendo realizar a redenção do mundo, 'quando chegou a plenitude dos tempos, enviou o seu Filho, nascido de mulher, para que recebessemos a adoção de filhos' (*Gálatas* 4: 4-5)” (nº 52). Este Filho é o Messias, esperado pelo povo da antiga aliança e enviado pelo Pai num momento decisivo da história, «ao chegar a plenitude dos tempos» (*Gal* 4, 4), que coincide com o seu nascimento de uma mulher no nosso mundo. A mulher que introduziu o Filho eterno de Deus na humanidade nunca pode ser separada d'Aquele que está no centro do desígnio divino realizado na história.

O primado de Cristo manifesta-se na Igreja, seu Corpo místico. Com efeito, nela «os fiéis estão unidos a Cristo, sua Cabeça, em comunhão com todos os santos» (cf. [*Lumen gentium*](#), 52). É Cristo quem atrai todos os homens a si. Visto que, no seu papel materno, Maria está intimamente unida ao Filho, ela ajuda a dirigir para ele o olhar e o coração dos fiéis.

Ela é o caminho que leva a Cristo. Com efeito, aquele que "quando o anjo lhe proclamou a Palavra de Deus, ele a recebeu no seu coração e no seu corpo" (*ibid.*, 53), mostra-nos como acolher na nossa existência o Filho que desceu do céu, educando-nos para fazer de Jesus o centro e a *lei* suprema da nossa existência.

2. Além disso, Maria ajuda-nos a descobrir na origem de toda a obra de salvação a ação soberana do *Pai*, que convida os homens a serem filhos no Filho unigénito. Evocando as mais belas expressões da carta aos Efésios: "Deus, rico em misericórdia, pelo grande amor com que nos amou, estando mortos por causa dos nossos delitos, fez-nos viver juntamente com Cristo" (*Ef* 2, 4- 5), o Concílio atribui a Deus o título de *infinitamente*

misericordioso. Assim, o Filho "nascido de mulher" é apresentado como fruto da misericórdia do Pai, e faz-nos compreender melhor como esta mulher é a *Mãe da misericórdia*.

No mesmo contexto, o Concílio chama também a Deus *infinitamente sábio*, sugerindo uma atenção particular ao vínculo estreito que existe entre Maria e a sabedoria divina que, em seu arcano desígnio, desejava a maternidade da Virgem.

3. O texto conciliar recorda-nos também o vínculo único que une Maria ao *Espírito Santo*, com as palavras do Símbolo niceno-Constantinopolitano, que recitamos na liturgia eucarística: «Quem, [o Filho] por amor de nós, homens, e para nossa salvação, desceu dos céus e encarnou na Virgem Maria, por obra e graça do Espírito Santo» ([*Lumen gentium*](#), 52).

Expressando a fé imutável da Igreja, o Concílio lembra-nos que a prodigiosa encarnação do Filho aconteceu no seio da Virgem Maria sem a participação de homem, por obra do Espírito Santo.

Assim, a introdução ao capítulo VIII da *Lumen gentium* indica, na perspectiva trinitária, uma dimensão essencial da doutrina mariana. Com efeito, tudo provém da vontade do Pai, que enviou o Filho ao mundo, manifestando-o aos homens e fazendo-o cabeça da Igreja e centro da história. É um projeto que se realizou com a encarnação, obra do Espírito Santo, mas com a colaboração essencial de uma mulher, a Virgem Maria, que assim se tornou parte da economia de comunicação da Trindade ao género humano.

4. A tríplice relação de Maria com as Pessoas divinas afirma-se com palavras precisas também na ilustração da relação típica que une a Mãe do Senhor à Igreja: «Com este dom e dignidade ela se enriquece: é a Mãe do Filho de Deus. Portanto, ela é a filha predileta do Pai e templo do Espírito Santo »(*ibid.*, 53).

A dignidade fundamental de Maria é a de ser *Mãe do Filho*, que se exprime na doutrina cristã e no culto com o título de *Mãe de Deus*.

Qualificação surpreendente que mostra a humildade do Filho unigênito de Deus em sua encarnação e, em relação a ela, o maior privilégio concedido à criatura chamada a gerá-lo na carne.

Maria como Mãe do Filho é a *filha favorita do Pai* de uma forma única. A ela é concedida uma semelhança muito especial entre a sua maternidade e a paternidade divina.

Além disso, todo o cristão é um "templo do Espírito Santo", segundo a expressão do apóstolo Paulo (1 Cor 6,19). Mas esta afirmação tem um significado excepcional em Maria. Com efeito, nela a relação com o Espírito Santo é enriquecida pela dimensão sponsal. Recordei-o na encíclica [*Redemptoris Mater*](#) «O Espírito Santo já desceu sobre ela, que se tornou sua esposa fiel na Anunciação, acolhendo a Palavra do verdadeiro Deus...» (n. 26).

5. A relação privilegiada de Maria com a Trindade confere-lhe, portanto, uma dignidade que supera em muito a de todas as outras criaturas. O Concílio recorda expressamente isto: por causa desta "graça tão extraordinária", Maria "excede em muito todas as criaturas do céu e da terra" ([*Lumen gentium*](#), 53). No entanto, esta alta dignidade não impede Maria de mostrar solidariedade com cada um de nós. Com efeito, a constituição [*Lumen gentium*](#) prossegue: "Ela encontra-se unida aos descendentes de Adão, a todos os homens que precisam de ser salvos", e foi "redimida da maneira mais sublime em vista dos méritos do seu Filho" (*ib*)

Aqui se manifesta o sentido autêntico dos privilégios de Maria e das suas relações excepcionais com a Trindade: têm o propósito de torná-la apta a cooperar na salvação do género humano. Portanto, a grandeza incomensurável da Mãe do Senhor continua a ser um dom do amor de Deus a todos os homens. Ao proclamá-la "bem-aventurada" (Lc 1,48), as gerações exaltam as "maravilhas" (Lc 1,49) que o Todo-Poderoso nela fez pela humanidade, "lembrando-se da sua misericórdia" (Lc 1,44).

12 - Maria no protoevangelho

(Quarta-feira, 24 de Janeiro de 1996)

1. “Os livros do Antigo Testamento descrevem a história da salvação na qual se prepara passo a passo a vinda de Cristo ao mundo. Estes primeiros documentos, à medida que são lidos na Igreja e interpretados à luz dos revelação, iluminam gradualmente com mais clareza a figura da mulher, Mãe do Redentor ”([*Lumen gentium*](#), 55).

Com estas afirmações, o Concílio Vaticano II lembra-nos como a figura de Maria foi delineada desde o início da história da salvação. Já é vislumbrado nos textos do Antigo Testamento, mas só é totalmente compreendido quando esses textos *são lidos na Igreja* e compreendidos à luz do Novo Testamento.

Com efeito, o Espírito Santo, inspirando os vários autores humanos, dirigiu a Revelação do Antigo Testamento a Cristo, que se encarnaria no seio da Virgem Maria.

2. Entre as palavras bíblicas que anunciam a Mãe do Redentor, o Concílio cita, sobretudo, aquelas com as quais Deus, depois da queda de Adão e Eva, revela o seu desígnio de salvação. O Senhor diz à serpente, figura do espírito do mal: "Porei inimizade entre ti e a mulher, entre a tua descendência e a sua descendência: ela esmagará a tua cabeça e tu a ferirás no calcanhar" (*Gn 3: 15*).

Essas expressões, chamadas pela tradição cristã, desde o século XVI, de *Protoevangelium*, ou seja, a primeira boa nova, dão um vislumbre da vontade salvífica de Deus desde os primórdios da humanidade. Com efeito, diante do pecado, segundo o relato do sagrado autor, a primeira reação do Senhor não consistiu em punir os culpados, mas em abrir-lhes uma perspectiva de salvação e comprometê-los ativamente na obra redentora, mostrando a sua grande generosidade também para com aqueles que o tinham ofendido.

As palavras do Protoevangelho revelam também o destino único da mulher que, apesar de ter precedido o homem ao ceder à tentação da serpente, tornou-se mais tarde, em virtude do desígnio divino, a primeira aliada de Deus. Eva foi a aliada da serpente para arrastar o homem ao pecado. Deus anuncia que, ao reverter essa situação, fará da mulher inimiga da serpente.

3. Os exegetas concordam que o texto do Génesis, segundo o hebraico original, não atribui diretamente a ação contra a serpente à mulher, mas à sua linhagem. Em todo caso, o texto destaca o papel que ela terá na luta contra o tentador: a sua linhagem será a vencedora da serpente.

Quem é esta mulher? O texto bíblico não se refere ao seu nome pessoal, mas permite vislumbrar uma nova mulher, desejada por Deus para reparar a queda de Eva: ela é chamada a restaurar o papel e a dignidade da mulher, e a contribuir para a mudança do destino da humanidade, colaborando com a sua missão materna para a vitória divina sobre Satanás.

4. À luz do Novo Testamento e da tradição da Igreja, sabemos que a nova mulher anunciada pelo Protoevangelho é Maria, e reconhecemos na "sua linhagem" (Gn 3, 15), o seu filho, Jesus, triunfante no mistério da Páscoa no poder de Satanás.

Observemos também que a inimizade colocada por Deus entre a serpente e a mulher se realiza em Maria de duas maneiras. Ela, perfeita aliada de Deus e inimiga do diabo, foi completamente libertada do domínio de Satanás na sua imaculada concepção, quando foi modelada na graça pelo Espírito Santo e preservada de toda a mancha de pecado. Além disso, Maria, associada à obra salvífica do seu Filho, estava totalmente comprometida na luta contra o espírito do mal.

Assim, os títulos de Imaculada Conceição e Cooperadora do Redentor, que a fé da Igreja atribuiu a Maria para proclamar a sua beleza espiritual e a sua íntima participação na admirável obra da Redenção, manifestam a irreduzível oposição entre a serpente e a nova Eva.

5. Exegetas e teólogos consideram que a luz da nova Eva, Maria, se projeta das páginas do Génesis sobre toda a economia da salvação, e já vêm nesse texto o vínculo que existe entre Maria e a Igreja. Notemos com alegria que o termo *mulher*, usado genericamente no texto do Génesis, nos encoraja a associar-nos à Virgem de Nazaré e à sua tarefa na obra de salvação, especialmente as mulheres, chamadas, segundo o desígnio divino, a comprometer-se na luta contra o espírito do mal.

Mulheres que, como Eva, puderam ceder à sedução de Satanás, pela solidariedade com Maria, recebem forças superiores para combater o inimigo, tornando-se as primeiras aliadas de Deus no caminho da salvação.

Esta misteriosa aliança de Deus com as mulheres manifesta-se de muitas maneiras também em nossos dias: na assiduidade das mulheres na oração pessoal e no culto litúrgico, no serviço da catequese e no testemunho da caridade, nas numerosas vocações femininas à vida consagrada, na educação religiosa familiar.

Todos estes sinais constituem uma realização muito concreta do oráculo do Protoevangelho, que, sugerindo uma extensão universal da palavra *mulher*, dentro e fora dos confins visíveis da Igreja, mostra que a vocação única de Maria é inseparável da vocação da humanidade e, em particular, a de toda a mulher iluminada pela missão de Maria, proclamada a primeira aliada de Deus contra Satanás e o mal.

13 - Anúncio da maternidade messiânica

(Quarta-feira, 31 de janeiro de 1996)

1. Ao tratar da figura de Maria no Antigo Testamento, o Concílio (cf. [*Lumen gentium*](#), 55) refere-se ao conhecido texto de Isaías, que chamou de modo particular a atenção dos primeiros cristãos: «Eis que uma donzela está grávida e vai dar à luz um filho, e pôr-lhe-á o nome de Emanuel" (*Is 7,14*).

No contexto do anúncio do anjo, que convida José a levar consigo Maria, sua esposa, "porque o que nela é gerado provém do Espírito Santo", Mateus atribui ao oráculo um significado cristológico e mariano. Com efeito, ele acrescenta: "Tudo isso aconteceu para cumprir o oráculo do Senhor por meio do profeta: Vede que a virgem conceberá e dará à luz um filho, e lhe chamarão Emanuel, que significa: 'Deus conosco'" (*Mt 1, 22-23*).

2. Esta profecia, no texto hebraico, não anuncia explicitamente o nascimento virginal de Emanuel. Na verdade, a palavra usada (*almah*) significa simplesmente *uma jovem*, não necessariamente uma virgem. Além disso, sabe-se que a tradição judaica não propôs o ideal da virgindade perpétua, nem jamais expressou a ideia de uma maternidade virginal.

Ao contrário, na tradução grega, a palavra hebraica foi traduzida com o termo *parthenos*, virgem. Neste fato, que poderia parecer simplesmente uma peculiaridade da tradução, devemos reconhecer uma orientação misteriosa dada pelo Espírito Santo às palavras de Isaías, para preparar a compreensão do extraordinário nascimento do Messias. A tradução com o termo *virgem* explica-se a partir do fato de que o texto de Isaías prepara com grande solenidade o anúncio da concepção e o apresenta como sinal divino (cf. *Is.* 7, 10-14), suscitando a expectativa de uma concepção extraordinária. No entanto, para uma jovem conceber um filho depois de ter se juntado ao marido, não é um acontecimento extraordinário. Por outro lado, o oráculo não se refere de forma alguma ao marido. Esta formulação, portanto, sugeriu a interpretação que foi dada mais tarde na versão grega.

3. No contexto original, o oráculo de *Isaías* 7, 14 constituiu a resposta divina à falta de fé do rei Acaz, que, diante da ameaça de invasão dos exércitos de reis vizinhos, procurou a sua salvação e a do seu reino na proteção da Assíria. Aconselhando-o a confiar apenas em Deus e a renunciar à temível intervenção assíria, o profeta Isaías convida-o, em nome do Senhor, a um ato de fé no poder divino: “Pede para ti um sinal do Senhor teu Deus...” Diante da rejeição do rei, que prefere buscar a salvação na ajuda humana, o profeta pronuncia o famoso oráculo: “Ouve, então, casa de David: Não vos basta cansar a paciência dos homens, porque quereis cansar a do meu Deus? O próprio Senhor vai dar-vos um sinal: eis que uma donzela está grávida e vai dar à luz um filho e lhe porá o nome de Emanuel.”

O anúncio do sinal do Emanuel, *Deus conosco*, implica a promessa da presença divina na história, que encontrará todo o seu sentido no mistério da encarnação do Verbo.

4. No anúncio do nascimento prodigioso de Emanuel, a indicação da mulher que concebe e dá à luz mostra uma certa intenção de unir a mãe ao destino do filho - um príncipe destinado a estabelecer um reino ideal, o reino *messiânico*, e permite vislumbrar um desígnio divino particular, que destaca o papel das mulheres.

Com efeito, o sinal não é apenas o filho, mas também a concepção extraordinária, revelada posteriormente no parto, acontecimento cheio de

esperança que sublinha o papel central da mãe.

Além disso, o oráculo de Emanuel deve ser entendido na perspectiva de que abriu a promessa feita a David, promessa que se lê no segundo livro de Samuel. Aqui, o profeta Natã promete ao rei o favor divino para o seu descendente: "Ele edificará uma casa para o meu Nome e eu consolidarei o trono da sua realeza para sempre. Eu serei seu pai e ele será meu filho" (2S 7, 13-14)

Diante da linhagem davídica, Deus quer desempenhar um papel paternal, que manifestará o seu sentido pleno e autêntico no Novo Testamento, com a encarnação do Filho de Deus na família de David (cf. *Rm* 1,3).

5. O próprio profeta Isaías, em outro texto conhecido, reafirma o caráter excepcional do nascimento de Emanuel. Estas são as suas palavras: "Uma criança nasceu para nós, um filho nos foi dado. A soberania estará sobre os seus ombros, e o seu nome é "Conselheiro Maravilhoso", "Deus Forte" , "Pai Perpétuo" "Príncipe da paz" (*Is* 9,5) Assim, na série de nomes dados ao menino, o profeta expressa as qualidades de sua missão real: sabedoria, força, benevolência paterna e ação pacificadora.

A mãe não é mais referida, mas é exaltado o filho, que dá ao povo tudo o que se pode esperar no reino messiânico, é compartilhada também pela mulher que o concebeu e deu à luz.

6. Da mesma forma, um famoso oráculo de Miquéias alude ao nascimento de Emanuel. Diz o profeta: "Mas tu, Belém de Efrata, embora sejas a menor entre as cidades de Judá, de ti virá aquele que governará em Israel; a sua origem é antiga, desde tempos remotos. Por isso Deus vos abandonará até que dê à luz a que vai dar à luz...» (*Mi* 5 1-2). Nestas palavras ressoa a expectativa de um parto transbordante de esperança messiânica, em que se destaca uma vez mais o papel da mãe, lembrado e explicitamente exaltado pelo admirável acontecimento que traz alegria e salvação.

7. A graça que Deus concedeu aos humildes e aos pobres (cf. [*Lumen gentium*](#), 55) preparou de modo mais geral a maternidade virginal de Maria.

Os pobres, pondo toda a sua confiança no Senhor, antecipam com a sua atitude o sentido profundo da virgindade de Maria que, renunciando à riqueza da maternidade humana, espera de Deus toda a fecundidade da própria vida.

Assim, o Antigo Testamento não contém um anúncio formal da maternidade virginal, que foi plenamente revelada apenas no Novo Testamento. No entanto, o oráculo de Isaías (*Is 7:14*) prepara a revelação deste mistério, e, neste sentido, foi especificado na tradução grega do Antigo Testamento. O Evangelho de Mateus, citando o oráculo assim traduzido, proclama o seu cumprimento perfeito através da concepção de Jesus no seio virginal de Maria.

14 - A maternidade vem de Deus

(Quarta-feira, 6 de Março de 1996)

(Leitura: primeiro livro de Samuel, capítulo 1, versículos, 9-11)

1. A maternidade é um presente de Deus. “Gerei um varão com a graça do Senhor” (*Gn 4, 1*) exclama Eva depois de dar à luz Caim, seu primogénito. Com estas palavras, o livro do Génesis apresenta a primeira maternidade da história da humanidade como graça e alegria que brotam da bondade do Criador.

2. O nascimento de Isaac é ilustrado da mesma forma, na origem do povo eleito.

A Abraão, privado de descendência e já em idade avançada, Deus promete uma posteridade tão numerosa quanto as estrelas do céu (cf. *Gn 15, 5*). O patriarca acolhe a promessa com a fé que revela ao homem o desígnio de Deus: «E creu no Senhor, que o considerou justo» (*Gn 15,6*).

As palavras que o Senhor proferiu por ocasião da aliança estabelecida com Abraão confirmam esta promessa: «Da minha parte, esta é a minha aliança contigo: serás pai de uma multidão de povos» (*Gn 17, 4*).

Acontecimentos extraordinários e misteriosos evidenciam como a maternidade de Sara é, antes de tudo, fruto da misericórdia de Deus, que dá vida além de toda a previsão humana: “Eu a abençoarei, e dela também te darei um filho. Eu a abençoarei; dela nascerão nações e reis de povos” (Gn 17, 16).

A maternidade é apresentada como um dom decisivo do Senhor: o patriarca e a sua mulher receberão um novo nome para significar a inesperada e maravilhosa transformação que Deus realizará nas suas vidas.

3. A visita de três personagens misteriosos, nos quais os Padres da Igreja viram um prenúncio da Trindade, anuncia de forma mais concreta a Abraão o cumprimento da promessa: «O Senhor apareceu-lhe no carvalho de Mambré enquanto estava sentado na porta da sua loja no mais quente do dia. Ele ergueu os olhos e eis que três pessoas estavam ao seu lado” (Gn 18,1-2). Abraão objeta: “Um homem de cem anos vai ter um filho? E Sara, aos noventa anos, vai dar à luz?” (Gn 17, 17; cf. 18, 11-13). O convidado divino responde: «Será que algo é impossível para o Senhor? Voltarei dentro do tempo determinado, no final da gravidez, e Sara terá um filho» (Gn 18,14 ; cf. Lc 1,37).

A história evidencia o efeito da visita divina, que torna fecunda a união conjugal, até então estéril. Ao crer na promessa, Abraão chega a ser pai contra toda a esperança, e um *pai na fé* porque da sua fé *descende* a do povo escolhido.

4. A Bíblia oferece outros relatos de mulheres que o Senhor libertou da esterilidade e as fez felizes com o dom da maternidade. São muitas vezes situações angustiantes que a intervenção de Deus transforma em experiências alegres, acolhendo a oração comovente de quem humanamente está sem esperança. Raquel, por exemplo, “vendo que não dava filhos a Jacob e, com ciúmes da irmã Lia, disse a Jacob: “Dá-me filhos, senão eu morro. Jacob zangou-se com Raquel e disse: “Estou eu no lugar de Deus, que te negou o fruto do ventre?” (Gn 30 : 1-2).

Mas o texto bíblico imediatamente acrescenta que “então Deus lembrou-se de Raquel. Deus ouviu-a e tornou-a fecunda, e ela concebeu e deu à luz um

filho» (*Gn 30, 22-23*). Esse filho, José, terá um papel muito importante para Israel na época da emigração para o Egito.

Nesta, como noutras histórias, sublinhando a condição inicial de esterilidade das mulheres, a Bíblia quer evidenciar o carácter maravilhoso da intervenção divina nestes casos particulares mas, ao mesmo tempo, sugere a dimensão da gratuidade inerente a toda a maternidade.

5. Encontramos um procedimento semelhante no relato do nascimento de Sansão. A mulher de Manóaj, que não tinha podido gerar filhos, recebe o anúncio do anjo do Senhor: "Bem sabes que és estéril e que não tiveste filhos, mas vais conceber e dar à luz um filho" (*Jc 13, 3-4*). A concepção inesperada e maravilhosa anuncia as façanhas que o Senhor realizará por meio de Sansão.

No caso de Ana, a mãe de Samuel, é destacado o papel particular da oração. Ana vive a humilhação da esterilidade, mas é animada por uma grande confiança em Deus, a quem se dirige com insistência para ajudá-la a superar esta prova. Um dia, no templo, ela fez uma promessa: "Ó Senhor dos Exércitos! (...), se não te esqueceres da tua serva e lhe deres um filho varão, eu o entregarei ao Senhor por todos os dias da sua vida..." (*1 Sam 1,11*).

A sua oração é acolhida: "O Senhor lembrou-se dela", que "concebeu (...) e deu à luz um menino a quem chamou Samuel" (*1 Sam 1, 19-20*).

Cumprindo o seu voto, Ana entregou o seu filho ao Senhor: «Eu pedia este menino e o Senhor concedeu-me o pedido que lhe fiz. Agora eu entrego-o ao Senhor por todos os dias da sua vida» (*1 Sam 1, 27-28*). Concedido por Deus a Ana, e depois por Ana a Deus, o filho Samuel torna-se um vínculo vivo de comunhão entre Ana e Deus.

O nascimento de Samuel é, portanto, uma experiência de alegria e uma ocasião de ação de graças. O primeiro livro de Samuel refere-se a um hino, denominado *Magnificat* de Ana, que parece antecipar o de Maria: "O meu coração exulta no Senhor, o meu poder é exaltado por Deus..." (*1 Sam 2, 1*).

A graça da maternidade, que Deus concede a Ana pela sua oração incessante, desperta nela uma nova generosidade. A consagração de Samuel é a resposta de gratidão de uma mãe que, vendo no filho fruto da misericórdia divina, devolve o dom, confiando aquele filho tão desejado ao Senhor.

6. No relato das extraordinárias maternidades que recordamos, é fácil descobrir o lugar importante que a Bíblia atribui às mães na missão dos filhos. No caso de Samuel, Ana desempenha um papel importante na sua decisão de entregá-lo ao Senhor. Um papel igualmente decisivo é desempenhado por outra mãe, Rebeca, que obtém a herança para Jacob (cf. Gn 27). Nesta intervenção materna, que a Bíblia descreve, pode-se ler o sinal da eleição como instrumento do plano soberano de Deus. É ele quem escolhe o filho mais novo, Jacob, como destinatário da bênção e da herança paterna e, portanto, como pastor e guia do seu povo. É ele quem, com decisão gratuita e sábia, estabelece e governa o destino de cada homem (cf. Sb 10,10-12).

A mensagem da Bíblia sobre a maternidade mostra aspectos importantes e sempre atuais. Com efeito, destaca a sua dimensão de gratuidade, que se manifesta, sobretudo, no caso das mulheres estéreis; a aliança particular de Deus com as mulheres; e o vínculo especial entre o destino da mãe e o da criança.

Ao mesmo tempo, a intervenção de Deus que, em momentos importantes da história do seu povo, torna fecundas algumas mulheres estéreis, prepara a fé na intervenção de Deus que, na plenitude dos tempos, tornará fecunda uma Virgem para a encarnação do seu filho.

15 - Mulheres comprometidas com a salvação do povo

(Quarta-feira, 27 de março de 1996)

(Leitura: Judite, capítulo 15, versículos 8-10)

1. O Antigo Testamento faz-nos admirar algumas mulheres extraordinárias que, sob o impulso do Espírito de Deus, participam nas lutas e triunfos de Israel ou contribuem para a sua salvação. A sua presença nas vicissitudes do

povo não é marginal nem passiva: apresentam-se como autênticos protagonistas da história da salvação. Aqui estão os exemplos mais significativos.

Depois da passagem do Mar Vermelho, o texto sagrado destaca a iniciativa de uma mulher inspirada para celebrar com alegria este acontecimento decisivo: «Maria, a profetisa, irmã de Aarão tomou nas mãos um tímpano e todas as mulheres a seguiram com tímpanos e dançando em coro. E Maria cantou-lhes o refrão: «Cantai ao Senhor, porque se cobriu de glória, atirando ao mar cavalos e carros» (*Ex* 15, 20-21).

Esta menção à iniciativa feminina num ambiente de celebração destaca não só a importância do papel da mulher, mas também a sua aptidão particular para louvar e dar graças a Deus.

2. Uma ação ainda mais importante realiza, no tempo dos Juízes, a profetisa Débora. Após ter ordenado ao chefe do exército que reunisse os seus homens e de travar batalha, ela, com a sua presença, garante o sucesso do exército de Israel, anunciando que outra mulher, Yael, matará o chefe dos inimigos.

Além disso, para comemorar a grande vitória, Débora canta uma longa canção com a qual elogia a ação de Yael: Abençoada entre as mulheres Yael (...). Bem-aventurada é ela entre as mulheres que vivem em tendas” (*Jc* 5,24). As palavras que Isabel dirige a Maria no dia da Visitação: «Bem-aventurada és tu entre as mulheres...» (*Lc* 1,42), ecoam desse louvor no Novo Testamento.

O significativo papel das mulheres na salvação do povo, revelado pelas figuras de Débora e Yael, é reencontrado no caso de outra profetisa, chamada Julda, que viveu na época do rei Josias.

Questionada pelo sacerdote Hilquias, ela pronuncia oráculos que anunciam uma manifestação de perdão para o rei, que temia a ira divina. Julda torna-se assim mensageira de misericórdia e paz (cf. *2 Rs* 22,14-20).

3. Os livros de Judite e Ester, cujo propósito é exaltar, de forma ideal, a contribuição positiva das mulheres na história do povo eleito, apresentam -

num quadro cultural de violência- duas figuras de mulheres que contribuem para a vitória e para a salvação dos israelitas.

O livro de Judite, em particular, refere-se ao rei Nabucodonosor enviando um exército temível para conquistar Israel. Guiado por Holofernes, o exército inimigo está prestes a tomar a cidade de Bethulia, no meio do desespero dos seus habitantes que, considerando inútil qualquer resistência, pedem aos chefes que se rendam. Mas aos anciãos da cidade, que, por não terem ajuda imediata, se declaram dispostos a entregar Betúlia ao inimigo, Judite reprova-os pela sua falta de fé, mostrando plena confiança na salvação que vem do Senhor.

Depois de ter invocado a Deus por muito tempo, Judite, símbolo da fidelidade ao Senhor da oração humilde e da vontade de permanecer casta, vai a Holofernes, o general, orgulhoso, idólatra e dissoluto.

Depois de ter ficado a sós com ele, antes de matá-lo, ela dirige-se ao Senhor dizendo: "Dá-me forças, Deus de Israel, neste momento!" (*Jdt* 13, 7). Então, com a cimitarra de Holofernes, corta-lhe a cabeça.

Aqui também, como no caso de David contra Golias, o Senhor usa a fraqueza para triunfar sobre a força. Porém, nesta circunstância, quem alcança a vitória é uma mulher: Judite, sem se deixar vencer pela covardia e incredulidade dos chefes do povo, consegue chegar a Holofernes e matá-lo, merecendo a gratidão e o elogio de o sumo sacerdote e dos anciãos de Jerusalém. Estes, dirigindo-se à mulher que derrotou o inimigo, exclamam: «Tu és a exaltação de Jerusalém, tu és o grande orgulho de Israel, tu és a glória suprema da nossa raça. Ao fazer tudo isso pelas tuas mãos, procuraste a felicidade de Israel e Deus ficou satisfeito com o que fizeste. Abençoada sejas para sempre pelo Senhor Todo-Poderoso» (*Jdt* 15,9-10).

4. Noutra situação de grave dificuldade para os judeus, ocorre a história narrada no livro de Ester. No reino da Pérsia, Haman, intendente do rei, decreta o extermínio dos judeus. Para evitar o perigo, Mardoqueu, um judeu que vivia na cidadela de Susa, recorre a sua sobrinha Ester, que vive no palácio do rei, onde alcançou o nível de rainha. Esta, contra a lei em vigor, apresenta-se ao rei sem ter sido chamada, e, correndo o risco de ser condenado à morte, obtém a revogação do decreto de extermínio. Hamã é

executado, Mardoqueo chega ao poder e os judeus, livres da ameaça, vencem assim os seus inimigos.

Judite e Ester colocaram as suas vidas em perigo para conseguir a salvação do seu povo. Ora, essas duas intervenções são muito diferentes: Ester não mata o inimigo, mas, desempenhando o papel de mediadora, intercede em nome dos judeus ameaçados de extermínio.

5. O primeiro livro de Samuel posteriormente atribui esse papel de intercessão a outra figura feminina, Abigail, esposa de Nabal. Também aqui, graças à sua intervenção, é realizado outro caso de salvação.

Abigail sai ao encontro de David, que tinha decidido aniquilar a família de Nabal, pedindo-lhe perdão pelas faltas do seu marido, livrando assim a sua casa de uma desgraça certa (cf. *1 Sam 25*).

Como se pode ver facilmente, a tradição do Antigo Testamento mostra em numerosas ocasiões, especialmente nos escritos mais próximos da vinda de Cristo, a ação decisiva das mulheres para a salvação de Israel. Desta forma, o Espírito Santo, através das vicissitudes das mulheres do Antigo Testamento, delineou cada vez mais as características da missão de Maria na obra de salvação para toda a humanidade.

16 - A nobreza moral das mulheres

(Quarta-feira, 10 de Abril de 1996)

(Leitura: Provérbios, capítulo 31, versículos 10-12 e 30)

1. O Antigo Testamento e a tradição judaica frequentemente reconhecem a nobreza moral das mulheres, que se manifesta sobretudo na sua atitude de confiança no Senhor, na sua oração pelo dom da maternidade e na sua súplica a Deus pela salvação de Israel dos ataques dos inimigos. Às vezes, como no caso de Judite, toda a comunidade celebra essas qualidades que se tornam objeto de admiração de todos.

Junto com os exemplos luminosos de heroínas bíblicas, não faltam testemunhos negativos de algumas mulheres, como Dalila, a sedutora que

arruína a atividade profética de Sansão (*Jc* 16,4-21); mulheres estrangeiras que, na velhice de Salomão, desviam o coração do rei do Senhor e o induzem a venerar outros deuses (*1 R* 11, 1-8); Jezabel, que extermina "todos os profetas do Senhor" (*1 R* 18, 13) e assassina Nabote para dar a sua vinha a Acabe (*1 R* 21); e a esposa de Job que o insulta no seu infortúnio, levando-o à rebelião (*Job* 2, 9).

Nesses casos, a atitude da mulher lembra a de Eva. No entanto, a perspectiva predominante na Bíblia é geralmente aquela inspirada no protoevangelho, que vê a mulher como aliada de Deus.

2. De fato, embora as mulheres estrangeiras sejam acusadas de ter alienado Salomão do culto ao Deus verdadeiro, no livro de Rute é-nos proposta uma figura muito nobre de uma mulher estrangeira: Rute, a moabita, um exemplo de piedade para com os seus parentes e de humildade sincera e generosa. Compartilhando a vida e a fé de Israel, ela tornar-se-á a bisavó de David e ancestral do Messias. *Mateus*, incluindo-o na genealogia de Jesus (1, 5), torna-a um sinal de universalismo e um anúncio da misericórdia de Deus, que se estende a todos os homens.

Entre os antepassados de Jesus, o primeiro evangelista também se lembra de Tamar, Racab e a esposa de Urias, três mulheres pecadoras, mas não desleais, mencionadas entre os progenitores do Messias para proclamar a bondade divina, maior que o pecado. Deus, pela sua graça, faz com que a sua situação conjugal irregular contribua para os seus planos de salvação, preparando assim também o futuro.

Outro modelo de dedicação humilde, diferente do de Rute, é o da filha de Jefté, que se compromete a pagar com a vida a vitória do pai contra os amonitas (*Jc* 11,34-40). Chorando pelo seu destino cruel, ele não se revolta, mas entrega-se à morte para cumprir o voto temerário que seu pai havia feito no quadro de costumes ainda primitivos (cf. *Jr* 7,31 ; *Mi* 6,6-8).

3. A literatura sapiencial, embora muitas vezes faça alusão aos defeitos das mulheres, reconhece nela um tesouro escondido: «Quem encontrou uma mulher, achou uma coisa boa e alcançou a graça do Senhor» (*Pr* 18,22), diz o livro dos Provérbios, expressando uma estima convicta pela figura feminina, um dom precioso do Senhor.

No final do mesmo livro, traça-se o retrato da mulher ideal que, longe de representar um modelo inatingível, constitui uma proposta concreta, nascida da experiência de mulheres de grande valor: «Uma mulher perfeita, quem a encontrará? É muito mais valiosa do que as pérolas...» (*Pr* 31, 10).

Na fidelidade da mulher à aliança divina, a literatura sapiencial indica o auge de suas possibilidades e a maior fonte de admiração. Com efeito, embora às vezes possa decepcionar, a mulher supera todas as expectativas quando o seu coração é fiel a Deus: «A graça engana, a beleza é vã; a mulher que teme o Senhor será louvada »(*Pv* 31:30).

4. Neste contexto, o livro dos Macabeus, na história da mãe dos sete irmãos martirizados durante a perseguição de Antíoco Epifânio, apresenta-nos o exemplo mais admirável de nobreza em julgamento.

Depois de ter descrito a morte dos sete irmãos, o sagrado autor acrescenta: «Admirável em todos os sentidos e digna de gloriosa recordação foi aquela mãe que, vendo morrer os seus sete filhos no espaço de um dia, sofreu com coragem porque tinha a esperança posta no Senhor. Ela encorajou cada um deles na sua língua nativa e, cheia de sentimentos generosos e estimulando as suas reflexões femininas com ardor varonil, «expressava assim a sua esperança numa futura ressurreição»: «Assim, o Criador do mundo, aquele que formou o homem no seu nascimento e projectou a origem de todas as coisas, vos restituirá de novo o espírito e a vida com misericórdia, porque agora não vos procurais a vós mesmos apesar das suas leis» (*2 Mac* 7, 20-23).

A mãe, exortando o sétimo filho a aceitar a morte em vez de transgredir a lei divina, expressa a sua fé na obra de Deus, que cria todas as coisas do nada: "Eu te imploro, filho, que olhes para o céu e para a terra e, quando vires que tudo o que neles está, saibas que Deus o fez a partir do nada e que também o género humano chegou assim à existência. Não temas este verdugo; Antes, mostra-te digno dos teus irmãos, aceita a morte, para que eu volte a encontrar-te com os teus irmãos no dia da misericórdia" (*2 Mac* 7,28-29).

Finalmente, também ela caminha para a morte cruel, depois de ter sofrido o martírio do coração sete vezes, testemunhando uma fé inabalável, esperança

sem limites e coragem heróica.

Nestas figuras de mulheres, nas quais se manifestam as maravilhas da graça divina, se vislumbra aquela que será a maior mulher: Maria, a Mãe do Senhor.

17 - Filha de Sião

(Quarta-feira, 24 de Abril de 1996)

1. A Bíblia frequentemente usa a expressão *filha de Sião* para se referir aos habitantes da cidade de Jerusalém, cuja parte histórica e religiosamente mais significativa é o Monte Sião (cf. *Mi* 4, 1013; *So* 3, 1418; *Ze* 2, 14; 9, 910).

Essa personalização feminina torna mais fácil a interpretação esponsal das relações de amor entre Deus e Israel, muitas vezes referidas com os termos noiva ou esposa.

A história da salvação é a história do amor de Deus, mas às vezes também da infidelidade do ser humano. A palavra do Senhor muitas vezes censura a esposa-povo por ter violado a aliança nupcial estabelecida com Deus: "Como uma mulher engana o seu companheiro, assim a casa de Israel me enganou" (*Jr* 3:20) e convida os filhos de Israel a acusar a sua mãe: "Acusai a vossa mãe, acusai-a, porque ela não é mais minha mulher e eu não sou seu marido!" (*Os* 2, 4).

Qual é o pecado de infidelidade com que Israel, a *esposa* de Javé, está manchada ? Consiste, antes de tudo, na idolatria: segundo o texto sagrado, para o Senhor, quando o povo eleito recorre aos ídolos, comete adultério.

2. O profeta Oséias é quem desenvolve, com imagens fortes e dramáticas, o tema da aliança esponsal entre Deus e o seu povo, e o da sua traição: a história pessoal de Oséias torna-se um símbolo eloquente dessa traição. Na verdade, quando a sua filha nasce, ele recebe a seguinte ordem: "Põe-lhe o nome de 'Não-amada', porque não a amarei mais nem mais terei compaixão da casa de Israel" (*Os* 1, 6) e um pouco depois: "Dá-lhe o nome de 'Não-meu-povo', porque não sois o meu povo e eu não existo para vós" (*Os* 1, 9).

O opróbrio do Senhor e o fracasso da experiência da idolatria fazem reconsiderar a esposa infiel que, arrependida, diz: "Vou voltar para o meu primeiro marido, porque era mais feliz do que agora" (Os 2, 9). Mas o próprio Deus deseja restabelecer a aliança, e então a sua palavra torna-se memória, misericórdia e ternura: "Por isso vou atraí-la a mim; vou levá-la ao deserto e falar ao seu coração" (Os 2,16). Com efeito, o deserto é o lugar onde Deus, depois da libertação da escravidão, estabeleceu a aliança definitiva com o seu povo.

Por meio dessas imagens de amor, que repropõem a difícil relação entre Deus e Israel, o profeta ilustra o grande drama do pecado, a infelicidade do caminho da infidelidade e os esforços do amor divino para falar ao coração dos homens e conduzi-los de novo à aliança.

3. Apesar das dificuldades do presente, Deus anuncia, pela boca do profeta, uma aliança mais perfeita para o futuro: "E acontecerá naquele dia —oráculo do Senhor— que ela me chamará: "Meu marido", e não me chamará mais: "Meu Baal" (...). Eu te desposarei comigo para sempre; Eu te desposarei comigo na justiça e no direito, no amor e na compaixão; eu te desposarei comigo na fidelidade, e tu conhecerás o Senhor» (Os 2, 18. 21-22).

O Senhor não desanima diante das debilidades humanas, mas responde às infidelidades dos homens propondo uma união mais estável e mais íntima: «Vou semeá-la para mim nesta terra, terei dó da "Não-amada", e direi ao "Não-meu-povo": Tu és o "meu povo", e ele dirá: "Meu Deus!"» (Os 2, 25).

A mesma perspectiva de uma nova aliança é proposta, mais uma vez, por Jeremias ao povo exilado: "Naquele tempo", oráculo do Senhor, serei o Deus de todas as famílias de Israel, e elas serão o meu povo". Assim diz o Senhor: "O povo que foi libertado da espada encontrou graça no deserto: Israel vai descansar". O Senhor aparece-lhe de longe: "Com amor eterno te amei; portanto, reservei a graça para ti. Eu te reedificarei e serás reconstruída, virgem de Israel" (Jr 31,14).

Apesar das infidelidades do povo, o amor eterno de Deus está sempre pronto para restabelecer a aliança de amor e dar uma salvação que supera todas as expectativas.

4. Ezequiel e Isaías também usam a imagem da mulher infiel perdoada.

Por meio de Ezequiel, o Senhor diz à esposa: "Mas eu me lembrarei do meu pacto contigo nos dias da tua mocidade, e estabelecerei contigo uma aliança eterna" (*Ez 16, 60*).

O livro de Isaías recolhe um oráculo cheio de ternura: "O teu esposo é o teu Criador (...). Por um breve momento te abandonei, mas com grande compaixão te recoílherei. Num acesso de ira escondi o meu rosto de ti por um instante, mas com amor eterno tive pena de ti, diz o Senhor, o teu redentor» (*Is 54, 5,88*).

O amor prometido à filha de Sião é um amor novo e fiel, uma esperança magnífica que supera o abandono da esposa infiel: «Diz à filha de Sião: Eis que vem o teu salvador; traz com ele as suas mercês, a sua recompensa precede-o. Serás chamada 'Povo Santo', 'Resgatados pelo Senhor'; e tu serás chamada 'Procurada', 'Cidade não abandonada'» (*Is 62,1112*).

O profeta especifica: "Nunca se dirá de ti 'Abandonada', nem a tua terra jamais será chamada 'Desolada', mas serás chamada 'Minha Complacência', e a tua terra 'Desposada'. Porque o Senhor se comprazera em ti, e a tua terra será desposada. Pois como o jovem se casa com a donzela, se casará contigo o teu criador, e com a alegria do esposo pela sua noiva, o teu Deus se alegrará em ti" (*Is 62,4-5*).

O Cântico dos Cânticos sintetiza essas imagens e atitudes de amor na expressão: "Eu sou para o meu amado e o meu amado é para mim" (*Ct 6,3*). Assim, a relação entre Javé e o seu povo é proposta novamente em termos ideais.

5. Ao ouvir a leitura dos oráculos proféticos, Maria deve ter pensado nesta perspectiva, nutrindo assim no seu coração a esperança messiânica.

As censuras dirigidas ao povo infiel devem suscitar nela um compromisso mais ardente de fidelidade à aliança, abrindo o seu espírito à proposta de uma comunhão sponsal definitiva com o Senhor na graça e no amor. Dessa nova aliança viria a salvação do mundo inteiro.

(Quarta-feira, 1 de Maio de 1996)

(Leitura: Sofonias, capítulo 3, versículos 14-18)

1. No momento da Anunciação, Maria, "excelsa Filha de Sião" ([*Lumen gentium*](#), 55), recebe a saudação do anjo como representante da humanidade, chamada a consentir a encarnação do Filho de Deus.

A primeira palavra que o anjo lhe dirige é um convite à alegria: *chaire*, isto é, *alegra-te*. O termo grego foi traduzido para o latim como *Ave*, uma expressão simples de saudação, que não parece corresponder totalmente às intenções do mensageiro divino e ao contexto em que o encontro ocorre.

Certamente, *chaire* era também uma fórmula de saudação, muitas vezes usada pelos gregos, mas as circunstâncias extraordinárias em que é pronunciada não pertencem ao ambiente de um encontro habitual. Com efeito, não se deve esquecer que o anjo tem consciência de que traz um anúncio único na história da humanidade; portanto, uma saudação simples e usual seria inadequada. Pelo contrário, a referência ao significado original da expressão *chaire*, que é *alegra-te*, parece mais adequada a esta circunstância excepcional.

Como os Padres gregos notaram constantemente, citando vários oráculos proféticos, o convite à alegria é especialmente adequado para o anúncio da vinda do Messias.

2. O pensamento dirige-se, em primeiro lugar, para o profeta Sofonias. O texto da Anunciação apresenta um paralelo notável com o seu oráculo: "Alegra-te, filha de Sião, diz palavras alegres, Israel; alegra-te de todo o coração, filha de Jerusalém!" (So, 3, 14). Esse oráculo inclui um convite à alegria: "Alegrai-vos com todo o vosso coração" (v. 14); uma alusão à presença do Senhor: "O rei de Israel, o Senhor, está no meio de vós" (v. 15); a exortação de não ter medo: "Não temas, Sião. Não desmaiem as tuas mãos" (v. 16); e a promessa da intervenção salvífica de Deus: "No meio de vós está o Senhor, poderoso salvador" (v. 17). As semelhanças são tão numerosas e exatas que nos levam a reconhecer em Maria a nova *filha de*

Sião, que tem todos os motivos para se alegrar porque Deus decidiu realizar o seu plano de salvação.

Um convite análogo à alegria, embora em outro contexto, vem da profecia de *Joel* : “Não temas, terra; alegra-te e alegra-te, porque o Senhor faz grandes coisas (...). Saberás que estou no meio de Israel" (*Jl* 2, 21, 27).

3. Também é significativo o oráculo de *Zacarias*, citado no contexto da entrada de Jesus em Jerusalém (cf. *Mt* 21,5 ; *Jo* 12,15). Nele o motivo da alegria é a vinda do rei messiânico: “Alegra-te imensamente, filha de Sião; grita de alegria, filha de Jerusalém! Eis que o teu rei vem a ti, justo e vitorioso, humilde (...) Ele vai proclamar a paz às nações” (*Zc* 9,9-10).

Por fim, da numerosa posteridade, sinal da bênção divina, o livro de *Isaiás* traz o anúncio de alegria para a nova Sião: “Alegra-te, estéril, que não dás à luz; rompe em gritos de júbilo e alegria aquela que não teve dores, porque os filhos da mulher abandonada são mais numerosos do que os da casada, diz o Senhor» (*Is* 54,1).

Os três motivos do convite à alegria -a presença salvífica de Deus no seio do seu povo, a vinda do rei messiânico e a fecundidade gratuita e superabundante - encontram em Maria a sua plena realização e legitimam o rico sentido que a tradição atribui à saudação do anjo. Ao convidá-la a dar seu assentimento ao cumprimento da promessa messiânica e anunciar-lhe a mais alta dignidade de Mãe do Senhor, ele não poderia deixar de exortá-la à alegria. Com efeito, como nos recorda o Concílio: «Com ela, exaltada Filha de Sião, depois de longa espera pela promessa, o prazo se cumpre e se inaugura o novo plano de salvação. É o momento em que o Filho de Deus tomou de Maria a natureza humana para libertar o homem do pecado através dos mistérios vividos na sua carne" ([*Lumen gentium*](#),55).

4. O relato da Anunciação permite-nos reconhecer em Maria a nova *filha de Sião*, convidada por Deus a uma grande alegria. Ela expressa o seu papel extraordinário como mãe do Messias; mais ainda, da mãe do Filho de Deus. A Virgem acolhe a mensagem em nome do povo de David, mas podemos dizer que ela acolhe em nome de toda a humanidade porque o Antigo Testamento estendeu a todas as nações o papel do Messias davídico (cf. *Sl*

2, 8; 72, 8). Na intenção divina, o anúncio dirigido a ela visa a salvação universal.

Como confirmação desta perspectiva universal do desígnio de Deus, podemos recordar alguns textos do Antigo e do Novo Testamento que comparam a salvação a um grande banquete para todos os povos no monte Sião (cf. *Is* 25,6ss) e que anunciam o banquete final do reino de Deus (cf. *Mt* 22,10).

Como *filha de Sião*, Maria é a Virgem da aliança que Deus estabelece com toda a humanidade. O papel representativo de Maria nesse evento é claro. E é significativo que seja uma mulher quem cumpre essa missão.

5. Com efeito, como a nova *filha de Sião*, Maria é particularmente adequada para fazer a aliança sponsal com Deus. Ela pode oferecer ao Senhor, mais e melhor do que qualquer membro do povo eleito, um verdadeiro coração de Noiva.

5. Com efeito, como a nova *filha de Sião*, Maria é particularmente adequada para fazer a aliança sponsal com Deus. Ela pode oferecer ao Senhor mais e melhor do que qualquer membro do povo eleito, um verdadeiro coração de Esposa.

Com Maria, a *filha de Sião* não é mais simplesmente um sujeito coletivo, mas uma pessoa que representa a humanidade e, no momento da Anunciação, responde à proposta do amor divino com o seu amor sponsal. Acolhe assim, de modo muito particular, a alegria anunciada pelos oráculos proféticos, alegria que aqui, no cumprimento do desígnio divino, atinge o seu auge.

19 - Maria, a "cheia de graça"

(Quarta-feira, 8 de maio de 1996)

(Leitura: capítulo 1 do Evangelho de São Lucas, versículos, 26-31)

1. No relato da Anunciação, a primeira palavra da saudação do anjo - *Alegra-te* - constitui um convite à alegria que remete para os oráculos do

Antigo Testamento dirigidos à *filha de Sião*. Já o evidenciamos na catequese anterior, explicando também as razões que fundamentam este convite: a presença de Deus no meio do seu povo, a vinda do rei messiânico e a fecundidade materna. Esses motivos encontram o seu pleno cumprimento em Maria.

O anjo Gabriel, dirigindo-se à Virgem de Nazaré, após a saudação "*alegra-te*", chama-a "*cheia de graça*". As palavras do texto grego: «alegra-te» e «cheia de graça» têm entre si uma profunda conexão: Maria é convidada a alegrar-se sobretudo porque Deus a ama e a encheu de graça tendo em vista a maternidade divina.

A fé da Igreja e a experiência dos santos ensinam que a graça é a fonte da alegria e que a verdadeira alegria vem de Deus. Em Maria, como nos cristãos, o dom divino é causa de profunda alegria.

2. «*Cheia de graça*»: esta palavra dirigida a Maria apresenta-se como uma qualificação própria da mulher destinada a tornar-se mãe de Jesus. É bem recordado pela Constituição [*Lumen gentium*](#), quando afirma: "A Virgem de Nazaré é saudada pelo Anjo da Anunciação, por ordem de Deus, como 'cheia de graça'" (n. 56).

O facto de o mensageiro celeste a chamar assim dá à saudação angélica um valor mais elevado: é uma manifestação do misterioso desígnio salvífico de Deus em relação a Maria. Como escrevi na encíclica [*Redemptoris Mater*](#): «A plenitude da graça indica a dádiva sobrenatural, da qual Maria se beneficia por ter sido escolhida e destinada a ser Mãe de Cristo» (n. 9).

Cheia de graça é o nome que Maria tem aos olhos de Deus. Com efeito, o anjo, segundo a narração do evangelista Lucas, usa-o antes mesmo de pronunciar o nome de *Maria*, destacando assim o aspecto principal que o Senhor vê na personalidade da Virgem de Nazaré.

A expressão "cheia de graça" traduz a palavra grega "*kexaritomene*", que é um particípio passivo. Assim, para expressar com mais precisão a nuance do termo grego, não deveria ser dito simplesmente *cheia de graça*, mas "*feita cheia de graça*" ou "*repleta de graça*", o que indicaria claramente que é um dom feito por Deus para a Virgem. O termo, na forma de particípio

perfeito, expressa a imagem de uma graça perfeita e duradoura que implica plenitude. O mesmo verbo, no sentido de "encher de graça", é usado na carta aos Efésios para indicar a abundância de graça que o Pai nos concede em seu Filho amado (cf. *Ef* 1, 6). [*Redemptoris Mater*](#), 10).

3. No caso da Virgem, a ação de Deus é certamente surpreendente. Maria não possui nenhum título humano para receber o anúncio da vinda do Messias. Ela não é o sumo sacerdote, representante oficial da religião judaica, nem mesmo um homem, mas uma jovem sem influência na sociedade do seu tempo. Além disso, ela é natural de Nazaré, aldeia que nunca é citada no Antigo Testamento e que não deveria ter gozado de boa reputação, como dizem as palavras de Natanael a que se refere o Evangelho de São João: "Pode vir alguma coisa boa de Nazaré?" (*Jo* 1,46).

O caráter extraordinário e gratuito da intervenção de Deus é ainda mais evidente quando comparado com o texto do Evangelho de São Lucas que se refere ao episódio de Zacarias. Esta passagem destaca a condição sacerdotal de Zacarias, bem como a sua vida exemplar, que faz dele e da sua esposa Isabel modelos dos justos do Antigo Testamento: "Eles caminhavam irrepreensivelmente em todos os mandamentos e preceitos do Senhor" (*Lc* 1, 6).

Por outro lado, a origem de Maria nem sequer é mencionada. Na verdade, a expressão "da casa de David" (*Lc* 1,27) refere-se apenas a José. Nada é dito sobre a atitude de Maria. Com esta escolha literária, São Lucas destaca que tudo nela deriva de uma graça soberana. O que lhe foi concedido não provém de nenhum título de mérito, mas apenas da livre e gratuita predileção divina.

4. Ao fazê-lo, o evangelista certamente não deseja questionar o exaltado valor pessoal da Santíssima Virgem. Em vez disso, ele quer apresentar Maria como o puro fruto da benevolência de Deus, que se apossou dela de tal maneira que a tornou, como diz o anjo, cheia de graça. Precisamente a abundância da graça funda a riqueza espiritual escondida em Maria.

No Antigo Testamento, Javé manifesta a superabundância do seu amor de muitas maneiras e em inúmeras circunstâncias. Em Maria, no alvorecer do Novo Testamento, a gratuidade da misericórdia divina atinge o seu grau

máximo. Nela a predileção de Deus, manifestada ao povo eleito e em particular aos humildes e aos pobres, atinge o seu ápice.

A Igreja, alimentada pela palavra do Senhor e pela experiência dos santos, exorta os fiéis a dirigir o olhar para a Mãe do Redentor e a sentir-se amada por Deus. Ele os convida a imitar a sua humildade e pobreza, para que, seguindo o seu exemplo e graças à sua intercessão, possam perseverar na graça divina que santifica e transforma os corações.

20 - A santidade perfeita de Maria

(Quarta-feira, 15 de Maio de 1996)

(Leitura: Capítulo 1 da Carta do Apóstolo Paulo aos Efésios, versículos 3-5)

1. Em Maria, *cheia de graça*, a Igreja reconheceu "toda santa, imune de toda a mancha de pecado, (...) enriquecida, desde o primeiro instante da sua concepção, com os esplendores duma santidade singular" ([*Lumen gentium*](#), 56).

Este reconhecimento exigiu um longo caminho de reflexão doutrinal, que conduziu à proclamação solene do dogma da Imaculada Conceição.

O termo "*feita* cheia de graça" que o anjo aplica a Maria na Anunciação refere-se ao excepcional favor divino concedido à jovem de Nazaré com vista à anunciada maternidade, mas indica mais diretamente o efeito da graça divina em Maria, pois foi repleta, de forma íntima e estável, pela graça divina e, portanto, santificada. O adjetivo "*cheia de graça*" tem um significado muito denso, que o Espírito Santo sempre inspirou a Igreja a aprofundar.

2. Na catequese anterior, sublinhei que na saudação do anjo a expressão *cheia de graça* equivale praticamente a um nome: é o nome de Maria aos olhos de Deus. Segundo o costume semítico, o nome expressa a realidade das pessoas e das coisas a que se refere. Portanto, o título *cheio de graça* manifesta a dimensão mais profunda da personalidade da jovem de Nazaré: de tal forma ela era cheia de graça e objeto do favor divino, que podia ser definida por esta predileção especial.

O Concílio recorda que a essa verdade aludiram os Padres da Igreja quando chamavam a Maria *a toda santa*, afirmando ao mesmo tempo que ela era "uma nova criatura, criada e formada pelo Espírito Santo" ([*Lumen gentium*](#), 56).

A graça, entendida no sentido de graça *santificadora*, que realiza a santidade pessoal, fez surgir a nova criação em Maria, tornando-a plenamente conforme ao desígnio de Deus.

3. Assim, a reflexão doutrinal pôde atribuir a Maria uma perfeição de santidade que, para ser completa, deve necessariamente abranger a origem da sua vida.

Esta pureza original parece ter sido referida por um bispo da Palestina, que viveu entre 550 e 650, Teoteknos de Lívia. Apresentando Maria como "santa e toda bela", "pura e sem mancha", ele alude ao seu nascimento com estas palavras: "Ela nasce como os querubins que são formados por um barro puro e imaculado" (*Panegírico para a festa do Suposição*, 5-6).

Esta última expressão, que lembra a criação do primeiro homem, formada por um barro não manchado pelo pecado, atribui as mesmas características ao nascimento de Maria: a origem da Virgem também era *pura e imaculada*, isto é, sem pecado. Além disso, a comparação com os querubins reafirma a excelência da santidade que caracterizou a vida de Maria desde o início de sua existência.

A afirmação de Theoteknos marca uma etapa significativa na reflexão teológica sobre o mistério da Mãe do Senhor. Os Padres Gregos e Orientais admitiram uma purificação realizada pela graça em Maria tanto antes da Encarnação (São Gregório Nazianzus, *Oratio* 38, 16) e no momento da Encarnação (Santo Efrén, Xaveriano de Gabala e Santiago de Sarug). Theoteknos de Lívias parece exigir de Maria uma pureza absoluta desde o início de sua vida. Na verdade, a mulher que estava destinada a ser Mãe do Salvador não poderia deixar de ter uma origem perfeitamente santa, sem qualquer mancha.

4. No século VIII, André de Creta foi o primeiro teólogo a ver uma nova criação no nascimento de Maria. Ele argumenta assim: "Hoje a

humanidade, receba sua anterior beleza em todo o esplendor da sua nobreza imaculada. A vergonha do pecado havia obscurecido o esplendor e o fascínio da natureza humana; mas quando nasce a Mãe do Formoso por excelência, esta natureza recupera, na sua pessoa, os seus antigos privilégios, e é plasmada segundo um modelo perfeito e verdadeiramente digno de Deus. (...) Hoje começa a reforma da nossa natureza, e o mundo envelhecido, que passa por uma transformação totalmente divina, recebe as primícias da segunda criação" (*Sermão I, sobre o nascimento de Maria*).

Posteriormente, usando a imagem do barro primitivo, afirma: "O corpo da Virgem é uma terra que Deus trabalhou, os primeiros frutos do barro adâmico divinizada em Cristo, a imagem realmente semelhante à beleza primitiva, o barro moldado pelo mãos do divino Artista "(*Sermão I, sobre a Dormição de Maria*)

A pura e imaculada Conceição de Maria surge também como o início da nova criação. É um privilégio pessoal concedido à mulher escolhida para ser a Mãe de Cristo, que inaugura o tempo da graça abundante, desejada por Deus para toda a humanidade.

Esta doutrina, recolhida no mesmo século VIII por São Germano de Constantinopla e por São João Damasceno, ilumina o valor da santidade original de Maria, apresentada como o início da redenção do mundo.

Deste modo, a reflexão eclesial recebeu e tornou explícito o sentido autêntico do título *cheia de graça*, que o anjo atribui à Santíssima Virgem. Maria é cheia de graça santificadora, desde o primeiro momento de sua existência. Esta graça, de acordo com a carta aos Efésios (*Ef 1, 6*), é concedida em Cristo a todos os crentes. A santidade originária de Maria constitui o modelo insuperável do dom e da difusão da graça de Cristo no mundo.

(Quarta-feira, 29 de Maio de 1996)

1. Na reflexão doutrinal da Igreja oriental, a expressão *cheia de graça*, como vimos na catequese anterior, foi interpretada, desde o século VI, no sentido de uma santidade singular que reina em Maria ao longo de toda a sua existência. Ela, assim, inaugura a nova criação.

Além do relato lucano da Anunciação, a Tradição e o Magistério consideraram o chamado Protoevangelho (*Gn 3,15*) como uma fonte escriturística da verdade da Imaculada Conceição de Maria. Este texto, baseado na antiga versão latina: "Ela esmagará a sua cabeça", inspirou muitas representações da Imaculada esmagando a serpente sob seus pés.

Já lembrámos anteriormente que esta tradução não corresponde ao texto hebraico, no qual quem pisa a cabeça da serpente não é a mulher, mas a sua linhagem, a sua descendência. Este texto, portanto, não atribui a Maria, mas a seu Filho, a vitória sobre Satanás. No entanto, uma vez que a concepção bíblica estabelece uma profunda solidariedade entre o pai e a prole, a representação da Imaculada Conceição esmagando a serpente é consistente com o significado original da passagem, não em virtude dela mesma, mas pela graça do Filho.

2. No mesmo texto bíblico, aliás, a inimizade é proclamada entre a mulher e a sua linhagem, por um lado, e a serpente e a sua descendência, por outro. Trata-se de uma hostilidade expressamente estabelecida por Deus, que assume uma importância singular se considerarmos a questão da santidade pessoal da Virgem. Para ser o inimigo irreconciliável da serpente e sua linhagem, Maria teve que ser isenta de todo domínio do pecado. E isso desde o primeiro momento de sua existência.

A este respeito, a encíclica *Fulgens Corona*, publicada pelo Papa Pio XII em 1953 para comemorar o centenário da definição do dogma da Imaculada Conceição, argumenta assim: "Se em determinado momento a Bem-Aventurada Virgem Maria tivesse sido privada da graça divina, por ter sido contaminada na sua concepção pela mancha hereditária do pecado, entre ela

e a serpente já não haveria - pelo menos naquele período de tempo, por mais breve que fosse -a inimizade eterna de que se fala desde a primitiva tradição até à solene definição da Imaculada Conceição, mas antes uma certa servidão" (AAS 45 [1953], 579).

A inimizade absoluta colocada por Deus entre a mulher e o demónio exige em Maria, portanto, a Imaculada Conceição, ou seja, uma ausência total de pecado, desde o início de sua vida. O Filho de Maria obteve a vitória definitiva sobre Satanás e fez de antemão a sua Mãe beneficiária, preservando-a do pecado. Como consequência, o Filho concedeu-lhe o poder de resistir ao diabo, realizando assim no mistério da Imaculada Conceição o efeito mais notável da sua obra redentora.

3. A denominação *cheia de graça* e o protoevangelho, chamando a nossa atenção para a santidade especial de Maria e para o fato de que ela foi completamente libertada da influência de Satanás, faz-nos intuir no privilégio único concedido a Maria pelo Senhor no início de uma nova ordem, que é fruto da amizade com Deus e que, conseqüentemente, implica uma profunda inimizade entre a serpente e os homens.

Como testemunho bíblico a favor da Imaculada Conceição de Maria, cita-se também o capítulo 12 do Apocalipse, no qual fala da "mulher vestida de sol" (Ap 12,1). A exegese atual concorda em ver nesta mulher a comunidade do povo de Deus, que dá à luz com dor o Messias ressuscitado. Mas, além da interpretação coletiva, o texto sugere também uma individual, ao afirmar: "A mulher deu à luz um filho homem, aquele que deve governar todas as nações com cetro de ferro" (Ap 12,5). Assim, no que se refere ao parto, admite-se certa identificação da mulher vestida de sol com Maria, a mulher que deu à luz o Messias. A mulher-comunidade é descrita com as características da mulher-Mãe de Jesus.

Caracterizada pela maternidade, a mulher "está grávida e chora com as dores do parto e com o tormento de dar à luz" (Ap 12, 2). Esta observação refere-se à Mãe de Jesus ao pé da cruz (cf. Jo 19,25), onde participa, com a alma trespassada pela espada (cf. Lc 2,35), das dores de parto da comunidade dos discípulos. Apesar dos seus sofrimentos, ela está vestida de sol, ou seja, carrega o reflexo do esplendor divino, e aparece como *um grande sinal* da relação sponsal de Deus com seu povo.

Estas imagens, embora não indiquem diretamente o privilégio da Imaculada Conceição, podem ser interpretadas como expressão da solicitude amorosa do Pai que envolve Maria com a graça de Cristo e o esplendor do Espírito.

Por fim, o Apocalipse convida-nos a reconhecer mais particularmente a dimensão eclesial da personalidade de Maria: a mulher vestida de sol representa a santidade da Igreja, que se realiza plenamente na Virgem Santíssima, em virtude de uma graça singular.

4. A estas afirmações escriturísticas, nas quais se baseiam a Tradição e o Magistério para fundamentar a doutrina da Imaculada Conceição, parecem opor-se os textos bíblicos que afirmam a universalidade do pecado.

O Antigo Testamento fala de um contágio do pecado que atinge "todos os nascidos de mulher" (*Sl* 50,7 ; *Jb* 14,2). No Novo Testamento, São Paulo declara que, em consequência da culpa de Adão, "todos pecaram" e que "o crime de um só trouxe a condenação a todos os homens" (*Rm* 5,12,18). Portanto, como lembra o [*Catecismo da Igreja Católica*](#), o pecado original "afeta a natureza humana", que está, portanto, "num estado decaído". Por isso, o pecado é transmitido «por propagação a toda a humanidade, isto é, pela transmissão de uma natureza humana privada da santidade e da justiça originárias» (n. 404). São Paulo admite uma exceção a esta lei universal: Cristo, que "não conheceu pecado" (*2 Cor* 5, 21) e, portanto, pôde fazer abundar a graça "onde abundou o pecado" (*Rm* 5, 20).

Essas declarações não levam necessariamente à conclusão de que Maria faz parte da humanidade pecadora. O paralelismo que São Paulo estabelece entre Adão e Cristo completa-se com o que ele estabelece entre Eva e Maria: o papel da mulher, notável no drama do pecado, é também notável na redenção da humanidade.

Santo Irineu apresenta Maria como a nova Eva que, com a sua fé e obediência, neutraliza a descrença e desobediência de Eva. Esse papel na economia da salvação exige a ausência de pecado. Era conveniente que, como Cristo, o novo Adão, também Maria, a nova Eva, não conhecesse o pecado e estivesse, portanto, mais apta a cooperar na redenção.

O pecado, que arrasta a humanidade como uma torrente, pára diante do Redentor e da seu fiel colaboradora. Com uma diferença substancial: Cristo é totalmente santo em virtude da graça que brota da pessoa divina na sua humanidade; e Maria é totalmente santa em virtude da graça recebida pelos méritos do Salvador.

22 - Maria Imaculada, redimida por preservação

(Quarta-feira, 5 de Junho de 1996)

(Leitura: capítulo 5 da carta do Apóstolo S. Paulo aos Romanos, versículos 15 e 17)

1. A doutrina da santidade perfeita de Maria desde o primeiro momento de sua concepção encontrou algumas resistências no Ocidente, e isso deveu-se à consideração das afirmações de São Paulo sobre o pecado original e sobre a universalidade do pecado, recolhidas e expostas com especial vigor por Santo Agostinho.

O grande doutor da Igreja percebia, sem dúvida, que a condição de Maria, mãe de um Filho totalmente santo, exigia uma pureza total e uma santidade extraordinária. Por isso, na controvérsia com Pelágio, declarava que a santidade de Maria constitui um dom excepcional de graça, e afirmava a este propósito: “Excetuando a Santa Virgem Maria, sobre quem, pela honra devida a Nosso Senhor, quando se trata de pecados, não quero pôr absolutamente nenhuma questão, porque sabemos que ela recebeu mais graça para vencer o pecado por todos os lados, já que ela mereceu conceber e dar à luz Aquele que manifestamente não tinha nenhum pecado”. (*De natura et gratia*, 42).

Santo Agostinho reafirmou a santidade perfeita de Maria e a ausência nela de todo o pecado pessoal por causa da excelsa dignidade da Mãe do Senhor. No entanto, não chegou a entender como a alegação de uma ausência total de pecado no momento da concepção poderia ser reconciliada com a doutrina da universalidade do pecado original e a necessidade de redenção para todos os descendentes de Adão. Depois veio a compreensão cada vez mais penetrante da fé da Igreja, esclarecendo como Maria se beneficiou da graça redentora de Cristo desde sua concepção.

2. No século IX, a festa da Conceição de Maria também foi introduzida no Ocidente, primeiro no sul da Itália, em Nápoles, e depois na Inglaterra.

Por volta do ano 1128, um monge de Canterbury, Eadmero, escrevendo o primeiro tratado sobre a Imaculada Conceição, lamentava que a competente celebração litúrgica agradável sobretudo àqueles "em quem havia uma pura simplicidade e uma devoção mais humilde a Deus." (*Tract. De conc. BMV.*, 1-2), tinha sido esquecida ou suprimida. Desejando promover a restauração da festa, o piedoso monge rejeita a objeção de Santo Agostinho contra o privilégio da Imaculada Conceição, fundada na doutrina da transmissão do pecado original na geração humana. Ele recorre oportunamente à imagem da castanha "que é criada, alimentada e formada sob os espinhos, mas que apesar disso permanece a salvo das suas picadas" (*ibid.*)..., 10). Mesmo sob os espinhos de uma geração que por si mesma deveria transmitir o pecado original, argumenta Eadmero, Maria permaneceu livre de toda a mancha, pela vontade explícita de Deus que "evidentemente o poderia fazer e fê-lo. Assim, pois, se o quis, o fez" (*ib.*).

Apesar de Eadmero, os grandes teólogos do século XIII tornaram suas as dificuldades de Santo Agostinho, argumentando assim: a redenção operada por Cristo não seria universal se a condição de pecado não fosse comum a todos os seres humanos. E se Maria não tivesse contraído a culpa original, ela não poderia ter sido resgatada. Com efeito, a redenção consiste em libertar alguém que está em estado de pecado.

3. Duns Escoto, seguindo alguns teólogos do século XII, forneceu a chave para superar essas objeções contra a doutrina da Imaculada Conceição de Maria. Afirmou que Cristo, o mediador perfeito, realizou precisamente em Maria o mais excelso ato de mediação, preservando-a do pecado original.

Desse modo, ele introduziu na teologia o conceito de redenção preservadora, segundo o qual Maria foi redimida de uma forma ainda mais admirável: não pela libertação do pecado, mas pela preservação do pecado.

A intuição do beato Juan Duns Escoto, mais tarde denominado "doutor da Imaculada Conceição", obteve, desde o início do século XIV, boa acolhida por parte dos teólogos, em especial dos franciscanos. Depois que o Papa

Sisto IV aprovou a Missa da Conceição em 1477, esta doutrina foi cada vez mais aceita nas escolas teológicas.

Este desenvolvimento providencial da liturgia e da doutrina preparou a definição do privilégio mariano pelo Supremo Magistério. Isso só aconteceu depois de muitos séculos, sob o impulso de uma intuição fundamental da fé: a Mãe de Cristo deve ser perfeitamente santa desde o início da sua vida.

4. A afirmação do privilégio excepcional concedido a Maria deixa claro que a ação redentora de Cristo não só liberta, mas também preserva do pecado. Essa dimensão da preservação, que é total em Maria, está presente na intervenção redentora por meio da qual Cristo, libertando do pecado, dá também ao homem a graça e a força para superar a sua influência na sua existência.

Desta forma, o dogma da Imaculada Conceição de Maria não obscurece, mas antes contribui admiravelmente para realçar melhor os efeitos da graça redentora de Cristo na natureza humana.

A Maria, primeira redimida por Cristo, que teve o privilégio de não ser submetida nem por um momento ao poder do mal e do pecado, olham os cristãos como perfeito modelo e imagem da santidade (cf. [*Lumen gentium*](#), 65) que são chamados a alcançar, com a ajuda da graça do Senhor, na sua vida.

23 - A definição dogmática do privilégio da Imaculada Conceição

(Quarta-feira, 12 de Junho de 1996)

(Leitura: capítulo 1 do Evangelho de São Lucas, versículos 46-19)

1. A convicção de que Maria foi preservada de toda a mancha de pecado desde a sua concepção, a ponto de ser chamada *toda santa*, foi-se impondo progressivamente na liturgia e na teologia. Este desenvolvimento desencadeou, no início do século XIX, um movimento de petições a favor de uma definição dogmática do privilégio da Imaculada Conceição.

O Papa Pio IX, em meados daquele século, com o desejo de aceitar esta exigência, depois de consultar os teólogos, pediu aos bispos a sua opinião sobre a oportunidade e a possibilidade desta definição, convocando quase um *concílio por escrito*. O resultado foi significativo: a grande maioria dos 604 bispos respondeu positivamente à pergunta.

Depois de uma consulta tão ampla, que evidencia a preocupação do meu venerado predecessor em expressar, na definição do dogma, a fé da Igreja, a redação do documento foi iniciada com o mesmo cuidado.

A comissão especial de teólogos, criada por Pio IX para a certificação da doutrina revelada, atribuiu um papel essencial à prática eclesial. E este critério influenciou a formulação do dogma, que deu mais importância às expressões do vivido na Igreja, à fé e ao culto do povo cristão, do que às determinações escolásticas.

Finalmente, no ano de 1854, Pio IX, com a bula *Ineffabilis*, proclamou solenemente o dogma da Imaculada Conceição: "... Declaramos, proclamamos e definimos que a doutrina que sustenta que a Bem-Aventurada Virgem Maria foi preservada imune a qualquer mancha da culpa original no primeiro instante de sua concepção pela graça singular e privilégio de Deus Todo-Poderoso, em atenção aos méritos de Cristo Jesus, Salvador da raça humana, é revelado por Deus e deve, portanto, ser firme e constantemente crido por todos os fiéis" (*DS*, 2,803).

2. A proclamação do dogma da Imaculada Conceição exprime o fato essencial de fé. O Papa Alexandre VII, na bula *Sollicitudo* de 1661, falou da preservação da alma de Maria "no primeiro instante de sua criação e infusão no corpo" (*DS*, 2.017). A definição de Pio IX, diferentemente, dispensa todas as explicações sobre a forma como a alma se infunde no corpo e atribui à pessoa de Maria, no primeiro instante de sua concepção, a preservação de toda a mancha da culpa original.

A imunidade "de toda a mancha da culpa original" implica como consequência positiva a completa imunidade de todo o pecado e a proclamação da perfeita santidade de Maria, doutrina a que a definição dogmática dá uma contribuição fundamental. Com efeito, a formulação negativa do privilégio mariano, condicionada pelas anteriores controvérsias

que se desenvolveram no Ocidente sobre a culpa original, deve completar-se sempre com a enunciação positiva da santidade de Maria, evidenciada de forma mais explícita na tradição oriental.

A definição de Pio IX refere-se apenas à imunidade do pecado original e não implica explicitamente imunidade da concupiscência. Porém, a preservação total de Maria de toda a mancha de pecado tem como consequência nela, também, a imunidade da concupiscência, tendência desordenada que, segundo o Concílio de Trento, provém do pecado e se inclina para o pecado (*DS*, 1515).

3. Esta preservação do pecado original, concedida "por singular graça e privilégio de Deus onipotente", constitui um favor divino totalmente gratuito, que Maria obteve desde o primeiro momento de sua existência.

A definição dogmática não afirma que este privilégio singular seja único, mas dá-o a entender. A afirmação dessa unicidade encontra-se, porém, explicitamente declarada na encíclica *Fulgens Corona*, do ano 1953, na qual o Papa Pio XII fala de "um privilégio muito singular que nunca foi concedido a outra pessoa" (AAS 45 [1953] 580), excluindo assim a possibilidade, sustentada por alguns, mas com poucos fundamentos, de atribuí-la também a São José.

A Virgem Mãe recebeu a graça singular da Imaculada Conceição "em atenção aos méritos de Cristo Jesus, Salvador do gênero humano", isto é, à sua ação redentora universal

O texto da definição dogmática não afirma expressamente que Maria foi resgatada, mas a bula *Ineffabilis* afirma em outro lugar que "ela foi resgatada da maneira mais sublime". Esta é a verdade extraordinária: Cristo foi o redentor de sua Mãe e nela exerceu a sua ação redentora "da maneira mais perfeita" (*Fulgens corona*, AAS 45 [1953] 581), já desde o primeiro momento de sua existência. O Vaticano II proclamou que a Igreja "admira e exalta em Maria o fruto mais esplêndido da redenção" ([*Sacrosanctum Concilium*](#), 103).

4. Esta doutrina, proclamada solenemente, é expressamente qualificada como "doutrina revelada por Deus". O Papa Pio IX acrescenta que deve ser

"firme e constantemente acreditado por todos os fiéis. "Consequentemente, quem não a torna sua, ou mantém uma opinião contrária a ela, "naufraga na fé" e "separa-se da unidade católica".

Ao proclamar a verdade deste dogma da Imaculada Conceição, o meu venerado predecessor estava consciente de que exercia o seu poder de ensino infalível como Pastor universal da Igreja, que anos mais tarde seria solenemente definido no Concílio Vaticano I. Assim realizava o seu ministério infalível como serviço à fé do povo de Deus; e é significativo que isso tenha acontecido ao definir o privilégio de Maria.

24 - A Virgem Maria santa durante toda a vida

(Quarta-feira, 19 de Junho de 1996)

(Leitura: capítulo 11 do Evangelho de São Lucas, versículos 27-28)

1. A definição do dogma da Imaculada Conceição refere-se diretamente apenas ao primeiro instante da existência de Maria, após o qual ela foi "preservada imune de toda a mancha da culpa original". O Pontifício Magistério quis definir desta forma apenas a verdade que foi objeto de controvérsia ao longo dos séculos: a preservação do pecado original, sem se preocupar em definir a santidade permanente da Virgem Mãe do Senhor.

Esta verdade já pertence ao sentimento comum do povo cristão, que afirma que Maria, livre do pecado original, também foi preservada de todos os pecados atuais e a santidade inicial foi-lhe concedida para preencher toda a sua existência.

2. A Igreja tem consistentemente reconhecido que Maria era santa e imune de todo pecado ou imperfeição moral. O Concílio de Trento exprime esta convicção afirmando que ninguém «pode em toda a sua vida evitar todos os pecados, mesmo os veniais, se não for por privilégio especial de Deus, como a Igreja ensina sobre a Santíssima Virgem» (DS 1573). Também o cristão transformado e renovado pela graça tem a possibilidade de pecar. Na verdade, a graça não preserva de todos os pecados durante todo o curso da vida, a menos que, como afirma o Concílio de Trento, um privilégio

especial garantia essa imunidade do pecado. E foi isso que aconteceu em Maria.

O concílio tridentino não quis definir este privilégio, mas declarou que a Igreja o afirma com vigor: *Tenet*, isto é, mantém-no com firmeza. É uma opção que, longe de incluir essa verdade entre crenças piedosas ou opiniões de devoção, confirma o seu caráter de doutrina sólida, bem presente na fé do povo de Deus. Além disso, esta convicção está baseada na graça que o anjo atribui a Maria no momento da Anunciação. Ao chamá-la "*cheia de graça*", o anjo reconhece nela a mulher dotada de uma perfeição permanente e uma plenitude de santidade, sem sombra de culpa ou imperfeição moral ou espiritual.

3. Alguns Padres da Igreja dos primeiros séculos, ainda não convencidos de sua perfeita santidade, atribuíram a Maria imperfeições ou defeitos morais. Alguns autores recentes também defenderam essa posição. Mas os textos evangélicos citados para justificar essas opiniões não permitem em nenhum caso estabelecer a atribuição de um pecado, ou mesmo de uma imperfeição moral, à Mãe do Redentor.

A resposta de Jesus à sua mãe, aos doze anos: "Porque me procuraste? Não sabias que devo cuidar das coisas de meu Pai?" (*Lc 2, 49*) foi, às vezes, interpretado como uma reprovação disfarçada. Agora, uma leitura atenta desse episódio nos leva a entender que Jesus não censurou sua mãe e José pelo fato de o estarem procurando, já que tinham a responsabilidade de zelar por ele.

Ao encontrar Jesus depois de uma busca árdua, Maria limitou-se a perguntar-lhe apenas o motivo do seu comportamento: "Filho, porque procedeste assim connosco?" (*Lc 2, 48*). E Jesus responde com outro porquê, sem a censurar e referindo-se ao mistério da sua filiação divina.

Nem mesmo as palavras que proferiu em Caná: «Mulher, que nos importa isso a mim e a ti? Ainda não chegou a minha hora» (*Jo 2,4*) podem ser interpretadas como um opróbrio. Diante do provável desconforto que a falta de vinho teria causado nos noivos, Maria dirige-se a Jesus com simplicidade, confidenciando-lhe o problema. Jesus, apesar de saber que, como Messias, só era obrigado a cumprir a vontade do Pai, acede ao pedido

da mãe. Acima de tudo, responde à fé da Virgem e assim começa os seus milagres, manifestando a sua glória.

4. Alguns interpretaram em sentido negativo a afirmação de Jesus quando, no início de sua vida pública, Maria e os seus familiares desejam vê-lo. Referindo-se à resposta de Jesus a quem disse: «A tua mãe e os teus irmãos estão aí e querem ver-te» (Lc 8,20), o evangelista São Lucas dá-nos a chave de leitura da história, que deve ser entendida a partir das disposições íntimas de Maria, muito diferentes das dos «irmãos» (cf. Jo 7, 5). Jesus respondeu: "Minha mãe e meus irmãos são aqueles que ouvem a palavra de Deus e a põem em prática" (Lc.8, 21). Com efeito, no relato da Anunciação, São Lucas mostrou como Maria foi modelo de escuta da palavra de Deus e de docilidade generosa. Interpretado sob esta perspectiva, o episódio é um grande elogio a Maria, que realizou com perfeição o desígnio divino na sua vida. As palavras de Jesus, ao mesmo tempo que se opõem às tentativas dos irmãos, exaltam a fidelidade de Maria à vontade de Deus e a grandeza da sua maternidade, que viveu não só fisicamente, mas também espiritualmente.

Ao fazer este elogio indireto, Jesus usa um método particular: destaca a nobreza da conduta de Maria, à luz de afirmações de âmbito mais geral, e mostra melhor a solidariedade e a proximidade da Virgem à humanidade no caminho difícil da santidade.

Por fim, as palavras «Bem-aventurados antes os que ouvem a palavra de Deus e a põem em prática (Lc 11,28), que Jesus pronuncia para responder à mulher que declarava bem-aventurada a sua mãe, longe de duvidar da perfeição pessoal de Maria sublinham o seu fiel cumprimento da palavra de Deus: assim o entendeu a Igreja, inclusive aquela expressão nas celebrações litúrgicas em honra de Maria.

Com efeito, o texto do Evangelho sugere que com esta afirmação Jesus quis revelar que o motivo maior da felicidade de Maria consiste precisamente na sua união íntima com Deus e na sua adesão perfeita à palavra divina.

5. O privilégio especial que Deus concedeu à *toda santa* leva-nos a admirar as maravilhas realizadas pela graça na sua vida. E também nos lembra que

Maria sempre foi totalmente do Senhor, e que nenhuma imperfeição diminuiu a perfeita harmonia entre ela e Deus.

A sua vida terrena, portanto, foi caracterizada pelo constante e sublime desenvolvimento da fé, da esperança e da caridade. Por isso, Maria é para os fiéis um sinal luminoso da misericórdia divina e um guia seguro para as altas metas da perfeição e da santidade evangélicas.

25 - A fé da Virgem Maria

(Quarta-feira, 3 de Julho de 1996)

(Leitura: capítulo 1 do Evangelho de São Lucas, versículos 41-45)

1. Na narração evangélica da Visitação, Isabel, "cheia do Espírito Santo", acolhendo Maria em sua casa, exclama: "Feliz aquela que acreditou que se cumpririam as coisas que lhe foram ditas da parte do Senhor!" (*Lc* 1,45). Esta bem-aventurança, a primeira referida no Evangelho de São Lucas, apresenta Maria como a mulher que com a sua fé precede a Igreja na realização do espírito das bem-aventuranças.

O elogio de Isabel à fé de Maria é reforçado pela comparação com o anúncio do anjo a Zacarias. Uma leitura superficial das duas anunciações poderia considerar semelhantes as respostas de Zacarias e Maria ao mensageiro divino: "Como o conhecerei? Porque estou velho e minha mulher já avançada", diz Zacarias; e Maria: "Como vai ser assim, já que não conheço homem?" (*Lc* 1, 18,34). Mas a profunda diferença entre as disposições íntimas dos protagonistas das duas histórias manifesta-se nas palavras do anjo, que censura Zacarias por sua incredulidade, ao mesmo tempo que responde imediatamente à pergunta de Maria. Ao contrário do marido de Isabel, Maria adere plenamente ao projeto divino, sem subordinar o seu consentimento à concessão de um sinal visível.

Ao anjo que lhe propõe ser mãe, Maria torna presente o seu propósito de virgindade. Ela, acreditando na possibilidade do cumprimento do anúncio, questiona o mensageiro divino apenas sobre a modalidade da sua realização, para melhor corresponder à vontade de Deus, à qual quer aderir

e doar-se com total disponibilidade. “Procurou um caminho; não duvidou da onipotência de Deus”, comenta Santo Agostinho (*Sermo* 291).

2. O contexto em que se realizam as duas anunciações contribui também para exaltar a excelência da fé de Maria. Na narrativa de São Lucas apreendemos a situação mais favorável de Zacarias e a inadequação da sua resposta. Acolhe o anúncio do anjo no templo de Jerusalém, no altar diante do "Santo dos Santos" (cf. *Ex* 30,6-8); o anjo dirige-se a ele enquanto oferece o incenso; portanto, durante o cumprimento de sua função sacerdotal, num momento importante da sua vida; a decisão divina é-lhe comunicada durante uma visão. Estas circunstâncias particulares favorecem uma compreensão mais fácil da autenticidade divina da mensagem e são um motivo de encorajamento para aceitá-la prontamente.

Pelo contrário, o anúncio a Maria realiza-se num contexto mais simples e comum, sem os elementos externos de carácter sagrado que estão presentes no anúncio a Zacarias. São Lucas não indica o lugar preciso onde ocorre o anúncio do nascimento do Senhor; Refere apenas que Maria estava em Nazaré, aldeia pouco importante, que não parece predestinada para esse acontecimento. Além disso, o evangelista não atribui especial importância ao momento em que o anjo aparece, pois não especifica as circunstâncias históricas. No contato com o mensageiro celeste, o foco está no conteúdo das suas palavras, que exigem a Maria uma escuta atenta e uma fé pura.

Esta última consideração permite-nos apreciar a grandeza da fé de Maria, especialmente se a compararmos com a tendência de pedir com insistência, ontem e hoje, sinais sensíveis para acreditar. Pelo contrário, a aceitação da vontade divina pela Virgem é motivada apenas pelo seu amor a Deus.

3. Maria é proposta a aceitar uma verdade muito mais elevada do que a anunciada a Zacarias. Ele foi convidado a acreditar em um nascimento maravilhoso que aconteceria dentro de uma união matrimonial estéril, que Deus queria engravidar. É uma intervenção divina análoga a outras que algumas mulheres do Antigo Testamento receberam: Sara (*Gn* 17,15-21; 18,10-14), Raquel (*Gn* 30,22), a mãe de Sansão (*Jc* 13,1-7) e Ana, a mãe de Samuel (*1Sam* 1, 11-20). Esses episódios enfatizam, antes de tudo, a gratuidade do dom de Deus.

Maria é convidada a acreditar numa maternidade virginal, da qual o Antigo Testamento não lembra nenhum precedente. Na verdade, o conhecido oráculo de Isaías: "Eis que uma donzela está grávida e vai dar à luz um filho, e o chamará de Emanuel" (7, 14), embora não exclua essa perspectiva, tem sido explicitamente interpretado neste sentido somente após a vinda de Cristo, e à luz da revelação evangélica.

Maria é convidada a aceitar uma verdade nunca declarada antes. Ela a acolhe com simplicidade e audácia. Com a pergunta: "Como se fará isso?", Ela expressa a sua fé no poder divino de conciliar a virgindade com a sua maternidade única e excepcional.

Respondendo: «O Espírito Santo descerá sobre ti e a virtude do Altíssimo te cobrirá com a sua sombra» (Lc 1, 35), o anjo dá a solução inefável de Deus à pergunta feita por Maria. A virgindade, que parecia um obstáculo, acaba por ser o contexto concreto em que o Espírito Santo realizará nela a concepção do Filho de Deus encarnado. A resposta do anjo abre o caminho para a cooperação da Virgem com o Espírito Santo na geração de Jesus.

4. Na realização do desígnio divino existe a livre colaboração da pessoa humana. Maria, crendo na palavra do Senhor, colabora no cumprimento da anunciada maternidade.

Os Padres da Igreja frequentemente destacam este aspecto da concepção virginal de Jesus. Especialmente Santo Agostinho, comentando o Evangelho da Anunciação, afirma: "O anjo anuncia, a Virgem escuta, crê e concebe" (*Sermo 13 in Nat. Dom.*). E acrescenta: «A Virgem acredita no Cristo que se lhe anunciad, e a fé leva-o ao seu seio; a fé desce ao seu coração virginal antes da fecundidade materna ao seu seio» (*Sermo 293*).

O ato de fé de Maria recorda-nos a fé de Abraão, que no início da antiga aliança acreditava em Deus e, assim, se tornou pai de uma descendência numerosa (cf. Gn 15,6 ; [*Redemptoris Mater*](#), 14). No início da nova aliança, também Maria, com a sua fé, exerce uma influência decisiva na realização do mistério da Encarnação, início e síntese de toda a missão redentora de Jesus.

A estreita relação entre fé e salvação, que Jesus destacou durante a sua vida pública (cf. *Mc* 5, 34; 10, 52; etc.), também nos ajuda a compreender o papel fundamental que a fé de Maria desempenhou e continua a desempenhar na salvação do gênero humano .

26 - A virgindade de Maria, verdade da fé

(Quarta-feira, 10 de Julho de 1996)

(Leitura: capítulo 1 do Evangelho de São Mateus, versículos 20-23)

1. A Igreja sempre considerou a virgindade de Maria uma verdade de fé, acolhendo e aprofundando o testemunho dos Evangelhos de São Lucas, de São Marcos e, provavelmente, também de São João.

No episódio da Anunciação, o Evangelista São Lucas chama a Maria "virgem", referindo-se tanto à sua intenção de perseverar na virgindade como ao desígnio divino, que concilia esse propósito com a sua maternidade prodigiosa. A afirmação da concepção virginal, devido à ação do Espírito Santo, exclui qualquer hipótese de partenogénese natural e rejeita tentativas de explicar a narrativa lucana como uma explicitação de um tema judaico ou como uma derivação de uma lenda mitológica pagã.

A estrutura do texto lucano (cf. *Lc* 1,26-38; 2,19,51) não admite qualquer interpretação redutora. A sua coerência não permite a mutilação válida dos termos ou expressões que afirmam a concepção virginal pela obra do Espírito Santo.

2. São Mateus Evangelista, narrando o anúncio do anjo a José, afirma, como São Lucas, a concepção do "Espírito Santo" (*Mt* 1,20), excluindo as relações conjugais.

Além disso, José é informado da geração virginal de Jesus em um segundo momento: não é um convite para ele dar o seu consentimento antes da concepção do Filho de Maria, fruto da intervenção sobrenatural do Espírito Santo e da cooperação exclusiva da mãe. Só é convidado a aceitar livremente o seu papel de esposo da Virgem e a sua missão paternal em relação ao menino.

São Mateus apresenta a origem virginal de Jesus como cumprimento da profecia de Isaías: "Vede que a virgem conceberá e dará à luz um filho, e lhe chamarão Emanuel, que traduzido significa: 'Deus conosco'" (*Mt* 1, 23; cf. *Is* 7.14). Desta forma, São Mateus leva-nos a concluir que a concepção virginal foi objeto de reflexão na primeira comunidade cristã, que entendeu a sua conformidade com o desígnio divino de salvação e a sua conexão com a identidade de Jesus, "Deus conosco".

3. Ao contrário de São Lucas e de São Mateus, o Evangelho de São Marcos não fala da concepção e do nascimento de Jesus; no entanto, é importante notar que São Marcos nunca menciona José, marido de Maria. O povo de Nazaré chama a Jesus "filho de Maria" ou, noutro contexto, muitas vezes "Filho de Deus" (*Mc* 3, 11; 5, 7; cf. 1,11,11; 9, 7; 14, 61-62; 15, 39). Esses dados estão de acordo com a fé no mistério de sua geração virginal. Esta verdade, de acordo com uma recente redescoberta exegética, também estaria explicitamente contida no versículo 13 do Prólogo do Evangelho de São João, que algumas vozes antigas com autoridade (por exemplo, Irineu e Tertuliano) não apresentam na forma plural usual, mas no singular: "Aquele que não nasceu do sangue, nem do desejo da carne, nem do desejo do homem, mas nasceu de Deus. "Esta tradução singular faria do Prólogo do Evangelho de São João um dos maiores testemunhos da geração virginal de Jesus, inserido no contexto do mistério da Encarnação.

A paradoxal afirmação de Paulo: «Ao chegar a plenitude dos tempos, Deus enviou o seu Filho, nascido de mulher (...), para que recebêssemos a filiação adoptiva» (*Gál* 4, 4-5), abre caminho à interrogação sobre a personalidade desse Filho e, portanto, sobre o seu nascimento virginal.

Este testemunho uniforme dos Evangelhos confirma que a fé na concepção virginal de Jesus estava firmemente enraizada em vários ambientes da Igreja primitiva. Por isso, carecem de fundamento algumas interpretações recentes, que não consideram a concepção virginal em sentido físico ou biológico, mas apenas simbólica ou metafórica: designaria Jesus como um dom de Deus à humanidade. O mesmo deve ser dito da opinião de outros, segundo os quais o relato da concepção virginal seria, pelo contrário, um *teologoumenon*, isto é, uma forma de expressar uma doutrina teológica,

neste caso a filiação divina de Jesus, ou seria a sua representação mitológica.

Como vimos, os Evangelhos contêm a afirmação explícita de uma concepção virginal de ordem biológica, por obra do Espírito Santo, e a Igreja fez sua esta verdade desde as primeiras formulações da fé (cf. [*Catecismo da Igreja Católica*](#), n. 496).

4. A fé expressa nos Evangelhos é confirmada, sem interrupção, na tradição posterior. As fórmulas de fé dos primeiros autores cristãos postulam a afirmação do nascimento virginal: Aristides, Justino, Irineu e Tertuliano concordam com Santo Inácio de Antioquia, que proclama Jesus "verdadeiramente nascido de uma virgem" (*Smirn.* 1, 2). Esses autores falam explicitamente de uma geração virginal real e histórica de Jesus, e de forma alguma afirmam uma virgindade puramente moral ou um vago dom da graça, que se manifestou no nascimento da criança.

As solenes definições de fé dos concílios ecumênicos e do Magistério Pontifício, que seguem as primeiras fórmulas de fé, estão em perfeita sintonia com esta verdade. O Concílio de Calcedônia (451), na sua profissão de fé, cuidadosamente redigida e com conteúdo infalivelmente definido, afirma que Cristo "nos últimos dias, para nós e para nossa salvação, (foi) gerado quanto à humanidade pela Virgem Maria, Mãe de Deus." (*DS* 301). Da mesma forma, o terceiro concílio de Constantinopla (681) proclama que Jesus Cristo é gerado (...) segundo a humanidade, nos últimos dias, do Espírito Santo e da Virgem Maria, que é própria e verdadeiramente Mãe de Deus, segundo a humanidade" (*DS* 555). Outros concílios ecumênicos (Constantinopolitano II, Latrão IV e Lugdunense II) declaram Maria "sempre virgem", sublinhando a sua virgindade perpétua (cf. *DS* 423, 801 e 852). O Concílio Vaticano II retomou estas afirmações, destacando o fato de que Maria, "pela sua fé e sua obediência, gerou na terra o próprio Filho do Pai, sem conhecer varão, mas coberta pela sombra do Espírito Santo" ([*Lumen gentium*](#), 63).

Às definições conciliares devem ser acrescentadas as do Magistério Pontifício, relativas à Imaculada Conceição da "Santíssima Virgem Maria" (*DS* 2.803) e à Assunção da "Imaculada Mãe de Deus, sempre Virgem Maria" (*DS* 3.903).

5. Embora as definições do Magistério, com exceção do Concílio de Latrão do ano 649, convocado pelo Papa Martinho I, não especifiquem o significado da denominação "virgem", é visto claramente que este termo é usado no seu sentido usual: abstenção de atos sexuais voluntários e preservação da integridade corporal. Em todo o caso, a integridade física é considerada essencial para a verdade da fé da concepção virginal de Jesus (cf. [*Catecismo da Igreja Católica*](#), n. 496).

A designação de Maria como "Santa, sempre Virgem e Imaculada" chama a atenção para o vínculo entre santidade e virgindade. Maria desejava uma vida virginal, porque era animada pelo desejo de entregar todo o seu coração a Deus.

A expressão usada na definição da Assunção, "a Imaculada Mãe de Deus, sempre Virgem", sugere também a ligação entre a virgindade e a maternidade de Maria: duas prerrogativas milagrosamente unidas na geração de Jesus, verdadeiro Deus e verdadeiro homem. Assim, a virgindade de Maria está intimamente ligada à sua maternidade divina e à sua perfeita santidade.

27 - O propósito da virgindade

(Quarta-feira, 24 de Julho de 1996)

(Leitura: capítulo 7 do livro de Isaías, versículos 13-15)

1. Ao anjo, que anuncia a concepção e o nascimento de Jesus, Maria faz uma pergunta: "Como se fará isso, pois eu não conheço homem?" (*Lc* 1,34). Essa pergunta é, pelo menos, surpreendente se nos lembrarmos dos relatos bíblicos que se referem ao anúncio de um nascimento extraordinário a uma mulher estéril. Nestes casos, são mulheres casadas, naturalmente estéreis, às quais Deus oferece o dom do seu filho através da vida conjugal normal (cf. *1 S* 1,19-20), em resposta a orações comoventes (cf. *Gn* 15, 2; 30, 22-23; *1 S* 1,10 ; *Lc* 1,13).

A situação em que Maria recebe o anúncio do anjo é diversa. Ela não é uma mulher casada que tem problemas de infertilidade; por escolha voluntária, ela deseja permanecer virgem. Consequentemente, o seu propósito de

virgindade, fruto de amor ao Senhor, parece constituir um obstáculo à anunciada maternidade.

À primeira vista, as palavras de Maria parecem expressar apenas o seu estado atual de virgindade: Maria diria que não "conhece" homem, isto é, que ela é virgem. No entanto, o contexto em que se levanta a questão "como será isso?" e a seguinte declaração "Eu não conheço homem" destaca tanto a virgindade atual de Maria quanto o seu propósito de permanecer virgem. A expressão que usa, com a forma verbal no presente, revela a permanência e continuidade do seu estado.

2. Maria, ao apresentar esta dificuldade, longe de se opor ao projeto divino, exprime a intenção de aceitá-lo totalmente. De resto, a jovem de Nazaré viveu sempre em plena harmonia com a vontade divina e escolheu a vida virginal com o desejo de agradar ao Senhor. Na realidade, o seu propósito de virgindade dispunha-a a aceitar a vontade divina "com todo o seu "eu", humano, feminino, e nesta resposta de fé estava contida uma cooperação perfeita com a graça de Deus que a impele e ajuda a uma disponibilidade perfeita com a ação do Espírito Santo" ([*Redemptoris Mater*](#), 13).

Para alguns, as palavras e intenções de Maria parecem implausíveis, tendo em vista que no ambiente judaico a virgindade não era considerada um valor real ou ideal. Os mesmos escritos do Antigo Testamento confirmam isso em vários episódios e expressões bem conhecidos. O livro dos Juízes refere, por exemplo, que a filha de Jefté, tendo de enfrentar a morte ainda jovem e núbil, chora pela sua virgindade, isto é, lamenta não ter podido casar (cf. Jo 11,38). Além disso, em virtude do mandato divino "Frutificar e multiplicar" (*Gn* 1, 28), o matrimônio é considerado a vocação natural da mulher, que traz as alegrias e os sofrimentos da maternidade.

3. Para compreender melhor o contexto em que amadurece a decisão de Maria, é necessário ter em mente que, na época imediatamente anterior ao início da era cristã, em alguns ambientes judaicos começou a manifestar-se uma orientação positiva para a virgindade. Por exemplo, os essênios, dos quais numerosos e importantes testemunhos históricos foram encontrados em Qumran, viviam no celibato ou limitavam o uso do casamento, por causa da vida em comum e para procurar maior intimidade com Deus.

Além disso, no Egito havia uma comunidade de mulheres que, seguindo a espiritualidade essénia, viviam em continência. Essas mulheres, as terapeutas, pertencentes a uma seita descrita por Filo de Alexandria (cf. *De vita contemplativa*, 21-90), dedicavam-se à contemplação e procuravam a sabedoria.

Talvez Maria não conhecesse esses grupos religiosos judeus que seguiam o ideal do celibato e da virgindade. Mas o fato de que João Batista provavelmente viveu uma vida celibatária, e que a comunidade dos seus discípulos o tinha em alta estima, poderia sugerir que o propósito de virgindade de Maria também entrou neste novo contexto cultural e religioso.

4. A extraordinária história da Virgem de Nazaré não deve, no entanto, fazer-nos cair no erro de associar totalmente as suas disposições íntimas à mentalidade do meio, subestimando a singularidade do mistério que nela aconteceu. Em particular, não devemos esquecer que Maria havia recebido, desde o início de sua vida, uma graça surpreendente, que o anjo a reconheceu no momento da Anunciação. Maria, «cheia de graça» (*Lc* 1, 28), enriqueceu-se com uma perfeição de santidade que, segundo a interpretação da Igreja, remonta ao primeiro momento da sua existência: o privilégio único da sua Imaculada Conceição influenciou todo o desenvolvimento da vida espiritual da jovem de Nazaré.

Assim, deve-se afirmar que o que guiou Maria no ideal da virgindade foi uma inspiração excepcional do mesmo Espírito Santo que, no decorrer da história da Igreja, impeliu tantas mulheres a seguir o caminho da consagração virginal.

A presença única da graça na vida de Maria leva à conclusão de que a jovem tinha o penhor da virgindade. Repleto de dons excepcionais do Senhor desde o início da sua existência, está orientada para uma entrega total a Deus, em alma e corpo, no oferecimento da sua virgindade.

Além disso, a aspiração à vida virginal estava em harmonia com aquela "pobreza" diante de Deus, à qual o Antigo Testamento atribui grande valor. Maria, ao comprometer-se totalmente neste caminho, renuncia também à maternidade, riqueza pessoal de uma mulher, tão valorizada em Israel.

Deste modo, «ela mesma se destaca entre os humildes e os pobres do Senhor, que esperam d'Ele com confiança a salvação e a acolhem» ([Lumen gentium](#), 55). Mas, apresentando-se como pobre diante de Deus, e buscando uma fecundidade puramente espiritual, fruto do amor divino, no momento da Anunciação Maria descobre que o Senhor transformou a sua pobreza em riqueza: ela será a Mãe Virgem do Filho do Altíssimo. Mais tarde descobrirá também que a sua maternidade está destinada a estender-se a todos os homens a quem o Filho veio salvar (cf. [Catecismo da Igreja Católica](#), 501).

28 - A concepção virginal de Jesus

(Quarta-feira, 31 de Julho de 1996)

(Leitura: capítulo 1 do Evangelho de São Lucas, versículos 34-37)

1. Deus quis, no seu desígnio salvífico, que o Filho unigénito nascesse de uma Virgem. Esta decisão divina implica uma relação profunda entre a virgindade de Maria e a encarnação do Verbo. «O olhar da fé, juntamente com o conjunto da revelação, podem descobrir as razões misteriosas pelas quais Deus, no seu desígnio salvífico, quis que o seu Filho nascesse virgem. Estas razões referem-se tanto à pessoa como à missão redentora de Cristo como a aceitação por Maria desta missão para com os homens» ([Catecismo da Igreja Católica](#), n. 502).

A concepção virginal, excluindo a paternidade humana, afirma que o único pai de Jesus é o Pai celeste, e que na geração temporal do Filho se reflete a geração eterna: o Pai, que gerou o Filho na eternidade, também o gerou no tempo como um homem.

2. O relato da Anunciação destaca o status do *Filho de Deus*, consistente com a intervenção divina na concepção. «O Espírito Santo virá sobre ti e o poder do Altíssimo te cobrirá com a sua sombra; por isso aquele que há de nascer será santo e será chamado Filho de Deus» (Lc 1,35).

Aquele que nasceu de Maria já é, em virtude da geração eterna, o Filho de Deus; a sua geração virginal, produzida pela intervenção do Altíssimo, mostra que, também na sua humanidade, ele é o Filho de Deus.

A revelação da geração eterna na geração virginal também nos é sugerida pelas expressões contidas no Prólogo do Evangelho de São João, que relatam a manifestação do Deus invisível, por obra do “Filho único, que está no seio do Pai ”(*Jo 1,18*), com a sua vinda na carne: “ E o Verbo se fez carne, e habitou entre nós, e vimos a sua glória, glória que ele recebe do Pai como Filho único, cheio de graça e de verdade ”(*Jo 1,14*).

São Lucas e São Mateus, ao narrar a geração de Jesus, também afirmam o papel do Espírito Santo. Este não é o pai do filho: Jesus é filho unicamente do Pai eterno (cf. *Lc 1, 32. 35*) que, pelo Espírito, age no mundo e gera o Verbo na natureza humana. Com efeito, na Anunciação o anjo chama o Espírito de "força do Altíssimo" (*Lc 1, 35*), em sintonia com o Antigo Testamento, que o apresenta como a energia divina que atua na existência humana, habilitando-a a realizar ações maravilhosas.. Esta força, que na vida trinitária de Deus é Amor, manifestando-se em grau mais elevado no mistério da Encarnação, tem a missão de dar à humanidade o Verbo encarnado

3. O Espírito Santo, em particular, é aquele que comunica aos homens as riquezas divinas e os faz participar da vida de Deus. Ele, que no mistério trinitário é a unidade do Pai e do Filho, operando a geração virginal de Jesus, une a humanidade a Deus.

O mistério da Encarnação mostra também a grandeza incomparável da maternidade virginal de Maria: a concepção de Jesus é fruto da sua cooperação generosa na ação do Espírito de amor, fonte de toda a fecundidade.

No plano divino de salvação, a concepção virginal é, portanto, o anúncio da nova criação: por obra do Espírito Santo, aquele que será o novo homem é gerado em Maria. Como afirma o [Catecismo da Igreja Católica](#): «Jesus foi concebido por obra do Espírito Santo no seio da Virgem Maria, porque é o novo Adão que inaugura a nova criação» (n. 504).

No mistério desta nova criação brilha o papel da maternidade virginal de Maria. Santo Irineu, chamando Cristo "o primogénito da Virgem" (*Adv. Haer.* 3, 16, 4), lembra que, depois de Jesus, muitos outros nascem da Virgem, no sentido de que recebem a nova vida de Cristo. «Jesus é o único

Filho de Maria. Mas a maternidade espiritual de Maria estende-se a todos os homens a quem ele veio salvar: «Ela deu à luz o Filho, a quem Deus fez "o primogénito de muitos irmãos» (*Rm* 8,29), isto é, dos fiéis, para cujo nascimento e formação ela coopera com amor de mãe» ([*Catecismo da Igreja Católica*](#), n. 501).

4. A comunicação da nova vida é a transmissão da filiação divina. Podemos recordar aqui a perspectiva aberta por São João no Prólogo do seu Evangelho: aquele que Deus gerou, dá aos crentes o poder de se tornarem filhos de Deus (cf. *Jo* 1, 12-13). A geração virginal permite a extensão da paternidade divina: os homens são feitos filhos adotivos de Deus naquele que é o Filho da Virgem e do Pai.

Assim, a contemplação do mistério da geração virginal permite-nos intuir que Deus escolheu uma Virgem Mãe para o seu Filho, para dar mais amplamente à humanidade o seu amor de Pai.

29 - Maria, modelo de virgindade

(Quarta-feira, 7 de Agosto de 1996)

(Leitura: 1ª carta de São Paulo aos Coríntios, capítulo 7, versículos 32-35)

1. O propósito de virgindade, que transparece nas palavras de Maria no momento da Anunciação, tem sido tradicionalmente considerado como o início e o evento inspirador da virgindade cristã na Igreja.

Santo Agostinho não reconhece neste propósito o cumprimento de um preceito divino, mas antes um voto expresso livremente. Desta forma, foi possível apresentar Maria como exemplo às *santas virgens* ao longo da história da Igreja. Maria “consagrou a sua virgindade a Deus, quando ainda não sabia que ia conceber, para que a imitação da vida celeste no corpo terreno e mortal se faça por voto, não por preceito, mas por escolha de amor, não por necessidade de serviço” (*De Sancta Virg.*, IV, 4; *PL* 40, 398).

O anjo não pede a Maria que permaneça virgem; é Maria quem livremente revela o seu propósito de virgindade. A sua escolha de amor está situada

neste compromisso, que a leva a consagrar-se totalmente ao Senhor através de uma vida virginal.

Ao sublinhar a espontaneidade da decisão de Maria, não devemos esquecer que na origem de toda vocação está a iniciativa de Deus. A donzela de Nazaré, ao voltar-se para a vida virginal, respondeu a uma vocação interior, isto é, a uma inspiração do Espírito Santo que a iluminou sobre o sentido e o valor da entrega virginal. Ninguém pode aceitar este dom sem se sentir chamado e sem receber a luz e a força necessárias do Espírito Santo.

2. Embora Santo Agostinho use a palavra voto para indicar àquelas a quem chama *santas virgens* o primeiro modelo do seu estado de vida, o Evangelho não testemunha que Maria formulou expressamente um voto, que é a forma de consagração e de dedicação da própria vida a Deus, em uso desde os primeiros séculos da Igreja. O Evangelho dá-nos a entender que Maria tomou a decisão pessoal de permanecer virgem, oferecendo o seu coração ao Senhor. Ela deseja ser sua esposa fiel, cumprindo a vocação de "filha de Sião". No entanto, com a sua decisão, ela converte-se no arquétipo de todos os que na Igreja escolheram servir o Senhor com um coração indiviso na virgindade.

Nem os Evangelhos, nem outros escritos do Novo Testamento nos informam sobre o momento em que Maria tomou a decisão de permanecer virgem. No entanto, pela pergunta que ele faz ao anjo, fica claro que, no momento da Anunciação, esse propósito já era muito firme. Maria não hesita em exprimir o seu desejo de preservar a sua virgindade também na perspectiva da maternidade que lhe é proposta, mostrando que o seu propósito está há muito amadurecido.

Com efeito, Maria não escolheu a virgindade na perspectiva imprevisível de tornar-se Mãe de Deus, mas a sua escolha amadureceu na sua consciência antes do momento da Anunciação. Podemos supor que esta orientação esteve sempre presente no seu coração: a graça que a preparou para a maternidade virginal influenciou certamente todo o desenvolvimento da sua personalidade, enquanto o Espírito Santo não cessou de lhe inspirar, desde os primeiros anos, o desejo da mais completa união com Deus.

3. As maravilhas que Deus faz, ainda hoje, no coração e na vida de tantos jovens, realizou-as, em primeiro lugar, na alma de Maria. Também no nosso mundo, embora tão distraído pelo fascínio de uma cultura muitas vezes superficial e consumista, muitos adolescentes acolhem o convite que vem do exemplo de Maria e consagram a sua juventude ao Senhor e ao serviço dos irmãos.

Esta decisão, mais do que renunciar aos valores humanos, é a escolha de maiores valores. A este propósito, o meu venerado predecessor Paulo VI, na exortação apostólica [*Marialis cultus*](#), sublinha como quem olha para o testemunho do Evangelho com espírito aberto «compreenderá que a escolha de Maria pela virgindade (...) não foi uma decisão de se fechar a alguns dos valores do estado matrimonial, mas antes uma escolha corajosa, realizada para consagrar-se totalmente ao amor de Deus »(n. 37).

Em última análise, a escolha do estado virginal é motivada pela adesão total a Cristo. Isso é particularmente evidente em Maria. Embora antes da Anunciação não o soubesse, o Espírito Santo inspira a sua consagração virginal tendo em vista Cristo: ela permanece virgem para acolher com todo o seu ser o Messias Salvador. A virgindade iniciada em Maria mostra assim a sua própria dimensão cristocêntrica, essencial também para a virgindade vivida na Igreja, que encontra o seu modelo sublime na Mãe de Cristo. Embora a sua virgindade pessoal, ligada à maternidade divina, seja um facto excepcional, ilumina e dá sentido a cada dom virginal.

4. Quantas jovens, na história da Igreja, contemplando a nobreza e a beleza do coração virginal da Mãe do Senhor, se sentiram encorajadas a responder com generosidade à chamada de Deus, abraçando o ideal da virgindade! «Precisamente esta virgindade -como recordei na encíclica [*Redemptoris Mater*](#)-, a exemplo da Virgem de Nazaré, é fonte de uma fecundidade espiritual especial: é fonte da maternidade no Espírito Santo» (n. 43).

A vida virginal de Maria desperta em todos os cristãos a estima pelo dom da virgindade e o desejo de que se multiplique na Igreja como sinal do primado de Deus sobre toda a realidade e como antecipação profética da vida futura. Agradeçamos juntos ao Senhor por aqueles que, ainda hoje, generosamente consagram a sua vida por meio da virgindade, ao serviço do Reino de Deus.

Ao mesmo tempo, enquanto em vários âmbitos da evangelização milenar o hedonismo e o consumismo parecem dissuadir os jovens de abraçar a vida consagrada, é necessário pedir incessantemente a Deus, por intercessão de Maria, um novo florescimento das vocações religiosas. Assim, o rosto da Mãe de Cristo, refletido em muitas virgens que se empenham em seguir o divino Mestre, continuará a ser para a humanidade o sinal da divina misericórdia e ternura.

30 - A união virginal de Maria e José

(Quarta-feira, 21 de Agosto de 1996)

(Leitura: capítulo 1 do Evangelho de São Mateus, versículos 18-20)

1. O Evangelho de Lucas, ao apresentar Maria como *virgem*, acrescenta que ela estava «desposada com um homem chamado José, da casa de David» (Lc 1, 27). Esta informação parece, à primeira vista, contraditória.

Deve-se notar que o termo grego usado nesta passagem não indica a situação de uma mulher que contraiu casamento e, portanto, vive no estado de casada, mas sim o de noivado. Mas, ao contrário do que acontece nas culturas modernas, no antigo costume judaico a instituição do noivado previa um contrato e normalmente tinha um valor definitivo: na verdade, introduzia os noivos no estado matrimonial, embora o casamento se cumprisse plenamente quando o jovem conduzia a prometida esposa para a sua casa.

No momento da Anunciação, Maria encontra-se, portanto, na situação de prometida esposa. Podemos perguntar-nos por que ela aceitou o noivado, a partir do momento em que pretendia permanecer virgem para sempre. Lucas sabe dessa dificuldade, mas limita-se a registar a situação sem dar explicações. O fato de que o evangelista, ao mesmo tempo que destaca o propósito de virgindade de Maria, também a apresenta como a esposa de José é um sinal de que ambas as histórias são historicamente verosímeis.

2. Pode-se supor que entre José e Maria, no momento do compromisso, havia um entendimento sobre o projeto de vida virginal. De resto, o Espírito Santo, que inspirou em Maria a escolha da virgindade em vista do mistério

da Encarnação e queria que se realizasse num contexto familiar adequado ao crescimento do Menino, poderia muito bem despertar em José o ideal de virgindade.

O anjo do Senhor, aparecendo-lhe em sonho, diz-lhe: «José, filho de David, não temas levar contigo Maria, tua esposa, porque o que nela se procriou é obra do Espírito Santo» (Mt 1, 20). Recebe assim a confirmação de ter sido chamado a viver o caminho do casamento de uma forma totalmente especial. Mediante a comunhão virginal com a mulher predestinada a dar à luz Jesus, Deus chama-o a cooperar na realização do seu desígnio de salvação.

O tipo de casamento para o qual o Espírito Santo guia Maria e José só é compreensível no contexto do projeto salvífico e no âmbito de uma espiritualidade elevada. A realização concreta do mistério da Encarnação exigia um nascimento virginal que destacasse a filiação divina e, ao mesmo tempo, uma família que assegurasse o desenvolvimento normal da personalidade do Menino.

José e Maria, precisamente pela sua contribuição no mistério da Encarnação do Verbo, receberam a graça de viver juntos o carisma da virgindade e o dom do casamento. A comunhão de amor virginal entre Maria e José, embora constituindo um caso muito especial, ligado à realização concreta do mistério da Encarnação, foi, no entanto, um verdadeiro casamento (cf. Exortação apostólica [*Redemptoris custos*](#), 7).

A dificuldade de abordar o mistério sublime da sua comunhão esponsal levou alguns, já no segundo século, a atribuir uma idade avançada a José e a considerá-lo o guardião, mais que o esposo de Maria. É de supor, contrariamente, que ele não era então um homem idoso, mas que a sua perfeição interior, fruto da graça, o levou a viver com afeto virginal a sua relação esponsal com Maria.

3. A cooperação de José no mistério da Encarnação inclui também o exercício do papel paternal em relação a Jesus. Esta função é reconhecida pelo anjo que, aparecendo-lhe em sonhos, o convida a dar o nome ao Menino: "Ela dará à luz um filho, ao qual porás o nome de Jesus, porque ele salvará o seu povo dos seus pecados" (Mt 1, 21).

Mesmo excluindo a geração física, a paternidade de José era real, não aparente. Fazendo a distinção entre pai e progenitor, uma antiga monografia sobre a virgindade de Maria - *De Margarita* (século IV) - afirma que "os compromissos adquiridos pela Virgem e por José como esposos possibilitaram que ele fosse chamado com este nome (pai) ; um pai, no entanto, que não gerou". José, portanto, exerceu a função de pai em relação a Jesus, gozando de uma autoridade à qual o Redentor se "submeteu" livremente (*Lc 2, 51*), contribuindo para a sua educação e transmitindo-lhe o ofício de carpinteiro.

Os cristãos sempre reconheceram em José aquele que viveu uma íntima comunhão com Maria e Jesus, deduzindo que também na morte ele gozou de sua presença consoladora e afetuosa. Desta constante tradição cristã, desenvolveu-se em muitos lugares uma especial devoção à Sagrada Família e nela a São José, Custódio do Redentor. O Papa Leão XIII, como se sabe, confiou-lhe o patrocínio de toda a Igreja.

(Quarta-feira, 28 de Agosto de 1996)

(Leitura: capítulo 2 do Evangelho de São Lucas, versículos 4-7)

1. A Igreja sempre manifestou a sua fé na virgindade perpétua de Maria. Os textos mais antigos, quando se referem à concepção de Jesus, chamam a Maria simplesmente *Virgem*, mas dando a entender que consideravam essa qualidade como uma situação permanente, referindo-se a toda a sua vida.

Os cristãos dos primeiros séculos exprimiram esta convicção de fé através do termo grego *ἀεί - πάρθενος* "sempre virgem", criado para qualificar única e eficazmente a pessoa de Maria e para exprimir numa só palavra a fé da Igreja na sua vida de virgindade. Já o encontramos no segundo símbolo da fé de Santo Epifânio, no ano 374, em relação à Encarnação: o Filho de Deus "encarnou-se, isto é, foi gerado de maneira perfeita por Santa Maria, a sempre virgem, por obra do Espírito Santo" (*Ancoratus*, 119, 5: DS 44)

A expressão *sempre virgem* foi retomada pelo segundo concílio de Constantinopla, que afirmou: o Verbo de Deus «encarnou-se da Santa e gloriosa Mãe de Deus e *sempre Virgem* Maria, e dela nasceu» (DS 422). Esta doutrina foi confirmada por dois outros concílios ecuménicos, o de Latrão, no ano de 1215 (DS 801), e o II Concílio de Leão, em 1274 (DS 852), e pelo texto da definição do dogma da Assunção, no ano de 1950 (DS 3.903), em que a virgindade perpétua de Maria é citada entre as razões da sua elevação em corpo e alma à glória celestial.

2. Com uma fórmula sintética, a tradição da Igreja apresentou Maria como "virgem *antes do parto, durante o parto e depois do parto*", afirmando, ao referir estes três momentos, que nunca deixou de ser virgem.

Das três, a afirmação da virgindade *antes do parto* é sem dúvida a mais importante, pois se refere à concepção de Jesus e toca diretamente o próprio mistério da Encarnação. Esta verdade está presente desde o início e de forma constante na fé da Igreja.

A virgindade *durante o parto e após o parto*, embora esteja implicitamente contida no título de virgem atribuído a Maria já nas origens da Igreja, torna-se objeto de aprofundamento doutrinário quando alguns explicitamente começam a questioná-la. O Papa Hormisdas precisa que «o Filho de Deus tornou-se Filho do homem e nasceu no tempo como homem, abrindo ao nascer o ventre da sua mãe (cf. *Lc* 2, 23) e, pelo poder de Deus, sem quebrar a virgindade da sua mãe" (*DS* 368). Esta doutrina foi confirmada pelo Concílio Vaticano II, que afirmou que o Filho primogénito de Maria "não diminuiu a sua integridade virginal, mas santificou-a" ([*Lumen gentium*](#), 57). No que se refere à virgindade após o parto, deve-se notar antes de tudo que não há razão para pensar que a vontade de permanecer virgem, manifestada por Maria no momento da Anunciação (cf. *Lc* 1,34), tenha mudado posteriormente. Além disso, o sentido imediato das palavras: "Mulher, aí tens o teu filho", "aí tens a tua mãe" (*Jo* 19,26-27), que Jesus dirige desde a cruz a Maria e ao discípulo preferido, faz supor uma situação que exclui a presença de outros filhos nascidos de Maria.

Os que negam a virgindade depois do parto pensaram encontrar um argumento probatório no termo "primogénito", que o Evangelho atribui a Jesus (cf. *Lc* 2, 7), como se essa expressão implicasse que Maria gerou outros filhos depois de Jesus. Mas a palavra "primogénito" significa literalmente "filho não precedido de outro" e, por si só, dispensa a existência de outros filhos. Além disso, o evangelista destaca essa característica do Menino, pois algumas prescrições da lei judaica estavam vinculadas ao nascimento do primogénito, independentemente do fato de a mãe ter dado à luz outros filhos. Consequentemente, estas prescrições eram aplicadas a cada filho único porque era "o primogénito" (cf. *Lc* 2, 23).

3. Segundo alguns, contra a virgindade de Maria depois do parto estariam aqueles textos evangélicos que recordam a existência de quatro "irmãos de Jesus": Tiago, José, Simão e Judas (cf. *Mt* 13,55-56; *Mc* 6, 3), e várias irmãs.

Deve-se lembrar que, tanto no idioma hebraico quanto no aramaico, não existe um termo específico para expressar a palavra *primo* e que, portanto, os termos *irmão* e *irmã* tinham um significado muito amplo, abrangendo vários graus de parentesco. Na realidade, o termo *irmãos de Jesus* indica os

filhos de Maria discípula de Cristo (cf. *Mt* 27,56), que é designada de maneira significativa como "a outra Maria" (*Mt* 28,1). São parentes próximos de Jesus, segundo uma expressão frequente do Antigo Testamento (cf. [*Catecismo da Igreja Católica*](#), 500).

Assim, a Santíssima Maria é a *sempre Virgem*. Esta sua prerrogativa é consequência da maternidade divina, que a consagrou totalmente à missão redentora de Cristo.

32 - A serva obediente do Senhor

(Quarta-feira, 4 de Setembro de 1996)

(Leitura: capítulo 1 do Evangelho de São Lucas, versículos 39-42)

1. As palavras de Maria na Anunciação: "Eu sou a escrava do Senhor; faça-se em mim segundo a tua palavra" (*Lc* 1,38) revelam uma atitude característica da religiosidade hebraica. Moisés, no início da antiga aliança, em resposta ao chamado do Senhor, declarou-se seu servo (cf. *Ex* 4, 10; 14, 31). Quando chega a nova aliança, Maria também responde a Deus com um ato de submissão livre e abandono consciente à sua vontade, mostrando a sua plena disponibilidade para ser "escrava do Senhor".

A expressão "servo" de Deus aplica-se no Antigo Testamento a todos quantos são chamados a exercer uma missão a favor do povo eleito: Abraão (*Gn* 26,24), Isac (*Gn* 24,14), Jacob (*Ex* 32, 13; *Esd* 37, 25), Josué (*Js* 24, 29), David (2 *Sm* 7, 8), etc. Os profetas e os sacerdotes são também servos aos quais foi confiada a missão de formar o povo para o serviço fiel do Senhor. O livro do profeta Isaías exalta na docilidade do "Servo sofredor" um modelo de fidelidade a Deus com esperança de resgate pelos pecados do povo (cf. *Is* 42-53). Algumas mulheres também dão exemplos de fidelidade, como a Rainha Ester, que, antes de interceder pela salvação dos hebreus, dirige uma oração a Deus, chamando-se várias vezes «sua serva» (*Est* 4, 17).

2. Maria, a «cheia de graça», autoproclamando-se «serva do Senhor», deseja comprometer-se a realizar pessoalmente de modo perfeito o serviço que Deus espera de todo o seu povo. As palavras: «Eis a escrava do

Senhor» anunciam Aquele que dirá de si mesmo: «O Filho do homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate de muitos» (*Mc* 10, 45; cf. *Mt* 20, 28). Assim, o Espírito Santo realiza uma harmonia de disposições íntimas entre a Mãe e o Filho, o que permitirá a Maria assumir plenamente o seu papel materno em relação a Jesus, acompanhando-o na sua missão de Servo.

Na vida de Jesus, a vontade de servir é constante e surpreendente. Na verdade, como Filho de Deus, ele poderia muito bem ter feito com que o servissem. Ao atribuir o título de "Filho do homem", a respeito do qual o livro de Daniel afirma: "Todos os povos, nações e línguas o servirão" (*Dn* 7,14), ele poderia ter exigido domínio sobre os outros. Pelo contrário, rejeitando a mentalidade do seu tempo manifestada pela aspiração dos discípulos a ocupar os primeiros lugares (cf. *Mc* 9,34) e pelo protesto de Pedro durante o lava-pés (cf. *Jo* 13,6), Jesus não quer ser servido, mas quer servir a ponto de dar a vida totalmente na obra da redenção.

3. Também Maria, estando consciente da mais alta dignidade que lhe foi concedida, ao anúncio do anjo declara-se espontaneamente «escrava do Senhor». Neste compromisso de serviço ela inclui também o propósito de servir ao próximo, como evidenciado pela relação entre os episódios da Anunciação e da Visitação: quando o anjo a informa que Isabel espera o nascimento de um filho, Maria põe-se a caminho e "à pressa" (*Lc* 1,39) vai à Galiléia para ajudar a prima nos preparativos do nascimento do menino, com total disponibilidade. Oferece assim aos cristãos de todos os tempos um sublime modelo de serviço.

As palavras "Faça-se em mim segundo a tua palavra" (*Lc* 1,38), manifestam em Maria, que se declara escrava do Senhor, total obediência à vontade de Deus. O opcional "faça-se" (*genoíte*), usado por São Lucas, expressa não só aceitação, mas também aceitação convicta do projeto divino, feito próprio com empenho de todos os seus recursos pessoais.

4. Maria, acolhendo plenamente a vontade divina, antecipa e faz sua a atitude de Cristo que, segundo a carta aos Hebreus, ao entrar no mundo, diz: «Sacrifício e oblação não quiseste, mas formaste um corpo para mim (...). Aí eu disse: Venho (...) fazer, ó Deus, a tua vontade! » (*Hb* 10, 5-7; *Sal* 40, 7-9).

Além disso, a docilidade de Maria anuncia e prefigura aquilo que Jesus manifestará durante a sua vida pública até ao Calvário. Cristo dirá: «A minha comida é fazer a vontade daquele que me enviou e fazer a sua obra» (Jo 4, 34). Na mesma linha, Maria faz da vontade do Pai o princípio inspirador de toda a sua vida, procurando nela a força necessária para cumprir a missão que lhe foi confiada.

Embora no momento da Anunciação Maria ainda não conhecesse o sacrifício que caracterizará a missão de Cristo, a profecia de Simeão a fará vislumbrar o destino trágico do seu Filho (cf. Lc 2,34-35). A Virgem vai associar-se a ele com íntima participação. Com a sua total obediência à vontade de Deus, Maria está pronta para viver tudo o que o amor divino planeou para a sua vida, até mesmo a "espada" que trespassará a sua alma.

33 - Maria, nova Eva

(Quarta-feira, 18 de Setembro de 1996)

(Leitura: capítulo 1 do Evangelho de Lucas, versículos 35-38)

1. O Concílio Vaticano II, comentando o episódio da Anunciação, sublinha de modo especial o valor do consentimento de Maria às palavras do mensageiro divino. Ao contrário do que acontece em outras narrativas bíblicas semelhantes, o anjo espera-o expressamente: “O Pai das Misericórdias queria que o consentimento da que estava predestinada para ser a Mãe precedesse a Encarnação para que, assim como uma mulher contribuiu para a morte, assim também outra mulher contribuisse para a vida” ([*Lumen gentium*](#), 56).

A [*Lumen gentium*](#) lembra o contraste entre o modo de agir de Eva e de Maria, que Santo Irineu ilustra assim: “Da mesma forma que Eva foi seduzida pelo discurso de um anjo, a ponto de se afastar de Deus desobedecendo à sua palavra, então esta “isto é, Maria” recebeu a boa nova através do discurso de um anjo, para levar Deus em seu seio, obedecendo à sua palavra; e como aquela havia sido seduzida para desobedecer a Deus, esta deixou-se convencer a obedecer a Deus; portanto, a Virgem Maria tornou-se advogada da Virgem Eva. E da mesma forma que a raça humana havia sido submetida à morte por causa de uma virgem, ela foi libertada

dela por uma Virgem; assim, a desobediência de uma virgem foi neutralizada pela obediência de uma Virgem..." (*Adv. Haer.*, 5, 19, 1).

2. Ao pronunciar o seu "sim" total ao projeto divino, Maria é plenamente livre diante de Deus. Ao mesmo tempo, ela sente-se pessoalmente responsável pela humanidade, cujo futuro está ligado à sua resposta.

Deus coloca o destino de todos nas mãos de uma jovem. O "sim" de Maria é a premissa para o cumprimento do desígnio que Deus, no seu amor, traçou para a salvação do mundo.

O [Catecismo da Igreja Católica](#) sintetiza de forma sintética e eficaz o valor decisivo para toda a humanidade do livre consentimento de Maria ao plano divino de salvação: "A Virgem Maria colaborou com a sua fé livre e obediência para a salvação dos homens. Ela pronunciou o seu "fiat" no lugar de toda a natureza humana. "Por sua obediência, ela tornou-se a nova Eva, mãe dos viventes" (n. 511).

3. Assim, Maria, com o seu modo de agir, recorda-nos a grave responsabilidade que cada um tem de aceitar o desígnio divino para a sua própria vida. Obedecendo sem reservas à vontade salvífica de Deus que lhe foi manifestada pelas palavras do anjo, apresenta-se como modelo para aqueles que o Senhor proclama bem-aventurados, porque "ouvem a palavra de Deus e a guardam" (*Lc* 11: 28). Jesus, respondendo à mulher que, no meio da multidão, proclama bem-aventurada a sua mãe, mostra o verdadeiro motivo da bem-aventurança de Maria: a sua adesão à vontade de Deus, que a levou a aceitar a maternidade divina.

Na encíclica [Redemptoris Mater](#), sublinhei que a nova maternidade espiritual, de que fala Jesus, se refere antes de tudo precisamente a ela. Com efeito, «não é Maria talvez a primeira entre 'os que ouvem a palavra de Deus e a praticam'? E, por conseguinte, não se refere sobretudo a ela aquela bênção pronunciada por Jesus em resposta às palavras da mulher anónima?" (n.20). Assim, em certo sentido, Maria é proclamada a primeira discípula do seu Filho (cf. *ibid.*) E, com o seu exemplo, convida todos os crentes a responderem generosamente à graça do Senhor.

4. O Concílio Vaticano II destaca a total dedicação de Maria à pessoa e obra de Cristo: «Ela entregou-se totalmente, como escrava do Senhor, à pessoa e à obra do seu Filho. Com ele e na dependência d'Ele, pela graça de Deus todo-poderoso, colocou-se ao serviço do mistério da redenção» ([*Lumen gentium*](#), 56).

Para Maria, a dedicação à pessoa e à obra de Jesus significam a união íntima com o seu Filho, o compromisso maternal de cuidar do seu crescimento humano e a cooperação na sua obra de salvação.

Maria realiza este último aspecto da sua dedicação a Jesus na dependência dele, isto é, numa condição de subordinação, que é fruto da graça. Mas trata-se de uma verdadeira cooperação, porque se realiza "com ele" e implica, desde a Anunciação, uma participação ativa na obra redentora. «Com razão, pois -afirma o Concílio Vaticano II- os santos Padres acreditam que Deus não usou Maria como um instrumento puramente passivo, mas que ela colaborou com a sua fé e obediência livres na salvação dos homens. Ela, em efeito, como diz Santo Irineu, "por sua obediência foi a causa de sua própria salvação e de toda o género humano" (*Adv. Haer.*, 3, 22, 4).

Maria, associada à vitória de Cristo sobre o pecado de nossos primeiros pais, aparece como a verdadeira "mãe dos vivos" (*ibid.*). A sua maternidade, livremente aceite por obediência ao desígnio divino, torna-se fonte de vida para toda a humanidade.

34 - No mistério da Visitação, prelúdio da missão do Salvador

(Quarta-feira, 2 de Outubro de 1996)

(Leitura: capítulo 1 do Evangelho de São Lucas, versículos 44-45)

1. No relato da Visitação, São Lucas mostra como a graça da Encarnação, depois de inundar Maria, traz salvação e alegria à casa de Isabel. O Salvador dos homens, escondido no seio de sua Mãe, derrama o Espírito Santo, manifestando-se desde o início da sua vinda ao mundo.

O evangelista, ao descrever a partida de Maria para a Judéia, usa o verbo *anístemi*, que significa *levantar, mover-se*. Considerando que este verbo é usado nos Evangelhos para indicar a ressurreição de Jesus (cf. *Mc* 8, 31; 9, 31; *Lc* 24, 7. 46) ou ações materiais que envolvem um impulso espiritual (cf. *Lc* 5, 27-28; 15, 18. 20), podemos supor que Lucas, com esta expressão, quer sublinhar o vigoroso impulso que leva Maria, sob a inspiração do Espírito Santo, a dar ao mundo o Salvador.

O texto evangélico também refere que Maria faz a viagem "com pressa" (*Lc* 1,39). Também a expressão "à região montanhosa" (*Lc* 1, 39), no contexto lucano, é muito mais do que uma simples indicação topográfica, pois permite pensar no mensageiro da boa nova descrita no livro de Isaías: "como são belos nos montes os pés do mensageiro que anuncia a paz, que traz boas novas, que anuncia a salvação, que diz a Sião: 'O teu Deus já reina!'" (*Is* 52, 7).

Tal como afirma São Paulo, que reconhece o cumprimento deste texto profético na pregação do Evangelho (cf. *Rm* 10,15), também São Lucas parece convidar a ver em Maria a primeira *evangelista*, que difunde a *boa nova*, iniciando as viagens missionárias do divino Filho.

A direção do caminho da Santíssima Virgem é particularmente significativa: será da Galiléia à Judeia, como o caminho missionário de Jesus (cf. *Lc* 9,51).

Com efeito, com a sua visita a Isabel, Maria faz o prelúdio da missão de Jesus e, colaborando desde o início da sua maternidade na obra redentora do Filho, torna-se modelo daqueles que na Igreja estão a caminho de levar a luz e alegria de Cristo para os homens de todos os lugares e de todos os tempos.

O encontro com Isabel apresenta características de um alegre acontecimento salvífico, que vai além do sentimento espontâneo de simpatia familiar. Enquanto o constrangimento da incredulidade parece refletir-se no silêncio de Zacarias, Maria irrompe com a alegria de sua fé pronta e disponível: "Ela entrou na casa de Zacarias e saudou Isabel" (*Lc* 1, 40).

São Lucas relata que «quando Isabel ouviu a saudação de Maria, a criança no seu ventre saltou de alegria» (*Lc* 1,41). A saudação de Maria suscita um salto de alegria no filho de Isabel: a entrada de Jesus na casa de Isabel, graças à sua Mãe, transmite ao profeta que nascerá a alegria que o Antigo Testamento anuncia como sinal da presença do Messias.

Antes da saudação de Maria, Isabel também sentiu uma alegria messiânica e "foi cheia do Espírito Santo; e exclamando em alta voz, disse: 'Bendita és tu entre as mulheres e bendito é o fruto do teu ventre'" (*Lc* 1, 41-42).

Em virtude de uma iluminação superior, ela compreende a grandeza de Maria que, mais do que Yael e Judite, que a prefiguraram no Antigo Testamento, é abençoada entre as mulheres por causa do fruto do seu ventre, Jesus, o Messias

A exclamação de Isabel feita "em voz alta" manifesta um verdadeiro entusiasmo religioso, que a oração da Ave Maria continua a manifestar nos lábios dos fiéis, como canto de louvor da Igreja pelas maravilhas que o Altíssimo fez na Mãe do seu Filho..

Isabel, proclamando-a "bendita entre as mulheres", indica o motivo da bem-aventurança de Maria na sua fé: "Feliz aquela que acreditou que se cumpririam as coisas que lhe foram ditas da parte do Senhor!" (*Lc* 1,45). A grandeza e a alegria de Maria vêm do fato de ser ela a que acredita.

Diante da excelência de Maria, Isabel também entende que honra a sua visita constitui para ela: "De onde vem a mim a mãe do meu Senhor?" (*Lc* 1,43). Com a expressão "meu Senhor", Isabel reconhece a dignidade real, ainda mais messiânica, do Filho de Maria. Com efeito, no Antigo Testamento esta expressão era usada para dirigir-se ao rei (cf. *1 Rs* 1, 13, 20, 21, etc.) e para falar do Rei-Messias (*Sl* 110, 1). O anjo tinha dito a respeito de Jesus: "O Senhor Deus lhe dará o trono do seu pai David" (*Lc* 1,32). Isabel, "cheia do Espírito Santo", tem a mesma intuição. Posteriormente, a glorificação pascal de Cristo revelará em que sentido este título deve ser entendido, isto é, num sentido transcendente (cf. *Atos* 2, 34-36).

Isabel, com a sua exclamação cheia de admiração, convida-nos a valorizar tudo o que a presença da Virgem traz como um presente à vida de cada crente.

Na Visitação, a Virgem leva à mãe do Batista, o Cristo que infunde o Espírito Santo. As próprias palavras de Isabel exprimem bem este papel de mediadora: «Porque, mal me chegou aos ouvidos a voz da tua saudação, a criança saltou de alegria no meu ventre» (Lc 1, 44). A intervenção de Maria produz, junto com o dom do Espírito Santo, como um prelúdio do Pentecostes, confirmando uma cooperação que, tendo começado com a Encarnação, está destinada a manifestar-se em toda a obra da salvação divina.

35 - No *Magnificat*, Maria celebra a admirável obra de Deus

(Quarta-feira, 6 de Novembro de 1996)

(Leitura: capítulo 1 do Evangelho de São Lucas, versículos 46-48)

1. Maria, inspirando-se na tradição do Antigo Testamento, celebra com o cântico do *Magnificat* as maravilhas que Deus nela realizou. Este canto é a resposta da Virgem ao mistério da Anunciação: o anjo convidou-a a alegrar-se; agora Maria exprime a alegria do seu espírito em Deus, seu salvador. A sua alegria vem de ter experimentado pessoalmente o olhar benevolente que Deus lhe deu, criatura pobre e sem influência na história.

Com a expressão *Magnificat*, versão latina de uma palavra grega que tinha o mesmo significado, celebra-se a grandeza de Deus, que com o anúncio do anjo revela a sua onipotência, superando as expectativas e esperanças do povo da Aliança e até dos desejos mais nobres da alma humana.

Diante do Senhor, poderoso e misericordioso, Maria exprime o sentimento da sua pequenez: «A minha alma proclama a grandeza do Senhor; o meu espírito se alegra em Deus, meu Salvador, porque viu a humilhação da sua escrava» (Lc 1, 46-48) Provavelmente, o termo grego "ταπείνωσις" foi inspirado na canção de Hannah, a mãe de Samuel. Com ele são marcadas a "humilhação" e a "miséria" de uma mulher estéril (cf. 1 Sam 1,11), que confia ao Senhor a sua dor. Com expressão semelhante, Maria apresenta a

sua situação de pobreza e a consciência da sua pequenez diante de Deus que, com decisão gratuita, dirige o seu olhar para ela, humilde jovem de Nazaré, chamando-a a ser mãe do Messias.

2. As palavras "a partir de agora, todas as gerações me chamarão ditosa" (Lc 1, 48) tomam como ponto de partida os parabéns de Isabel, que foi a primeira a proclamar Maria "ditosa" (Lc 1, 45). A canção, com uma certa audácia, prevê que esta proclamação se espalhe e se expanda com um dinamismo irreprimível. Ao mesmo tempo, testemunha a especial veneração que a comunidade cristã tem pela Mãe de Jesus desde o século I. O *Magnificat* constitui a primeira das várias expressões de culto, transmitidas de geração em geração, com as quais a Igreja exprime o seu amor à Virgem de Nazaré.

3. «O Todo-Poderoso fez em mim grandes coisas. O seu nome é santo e a sua misericórdia estende-se de geração em geração sobre aqueles que o temem» (Lc 1, 49-50).

Quais são essas "grandes coisas" realizadas em Maria pelo Todo-Poderoso? A expressão aparece no Antigo Testamento para indicar a libertação do povo de Israel do Egito ou da Babilônia. No *Magnificat*, refere-se ao evento misterioso da concepção virginal de Jesus, ocorrido em Nazaré após o anúncio do anjo.

No *Magnificat*, um cântico verdadeiramente teológico porque revela a experiência de Maria sobre o rosto de Deus; Deus não é apenas o *Todo-Poderoso*, para quem nada é impossível, como declarou Gabriel (cf. Lc 1,37), mas também o *Misericordioso*, capaz de ternura e fidelidade a todo o ser humano.

4. "Manifestou o poder do seu braço; dispersou os homens de coração soberbo. Depôs do trono os poderosos, elevou os humildes. Encheu de bens os famintos e aos ricos despediu de mãos vazias" (Lc 1, 51-53).

Com a sua sábia leitura da história, Maria leva-nos a descobrir os critérios da ação misteriosa de Deus. O Senhor, revertendo os julgamentos do mundo, vem em auxílio dos pobres e pequenos, em detrimento dos ricos e

poderosos, e, surpreendentemente, enche de coisas boas os humildes, que lhe confiam a sua existência (cf. [*Redemptoris Mater*](#) 37).

Estas palavras do cântico, ao mesmo tempo que nos mostram um modelo concreto e sublime em Maria, ajudam-nos a compreender que o que atrai a benevolência de Deus é antes de tudo a humildade do coração.

5. Por fim, o canto exalta o cumprimento das promessas e a fidelidade de Deus para com o povo eleito: «Tomou cuidado de Israel, seu servo, lembrado da sua misericórdia, conforme tinha prometido aos nossos pais, a Abraão e à sua descendência para sempre» (*Lc* 1 54-55).

Maria, cheia de dons divinos, não se detém apenas em contemplar o seu caso pessoal, mas compreende que esses dons são uma manifestação da misericórdia de Deus para com todo o seu povo. Nele, Deus cumpre suas promessas com fidelidade e generosidade superabundantes.

O *Magnificat*, inspirado no Antigo Testamento e na espiritualidade da filha de Sião, ultrapassa os textos proféticos que estão na sua origem, revelando na "cheia de graça" o início de uma intervenção divina que vai além das esperanças messiânicas de Israel: o santo mistério da Encarnação do Verbo

36 - Maria no nascimento de Jesus

(Quarta-feira, 20 de Novembro de 1996)

(Leitura: capítulo 2 do Evangelho de São Lucas, versículos 6-7)

1. Na narrativa do nascimento de Jesus, o evangelista Lucas refere alguns dados que ajudam a compreender melhor o significado daquele acontecimento.

Em primeiro lugar, recorda o censo ordenado por César Augusto, que obriga José, "da casa e família de David", e de Maria, sua esposa, a ir "à cidade de David, que se chama Belém" (*Lc* 2, 4).

Ao informar-nos sobre as circunstâncias em que se realizam a viagem e o nascimento, o evangelista apresenta-nos uma situação de austeridade e

pobreza, que nos permite vislumbrar algumas características fundamentais do reino messiânico: um reino sem honras nem poderes terrenos, que pertence Àquele que, na sua vida pública, dirá de si mesmo: «O Filho do homem não tem onde reclinar a cabeça» (*Lc 9,58*).

2. O relato de São Lucas apresenta algumas anotações aparentemente sem importância para estimular o leitor a uma maior compreensão do mistério do Natal e dos sentimentos da Virgem ao gerar o Filho de Deus.

A descrição do acontecimento do nascimento, narrada de forma simples, mostra Maria participando intensamente do que nela se passa: "Ela deu à luz o seu filho primogênito, envolveu-o em panos e deitou-o numa manjedoura" (*Lc 2, 7*). A ação da Virgem é fruto da sua plena vontade de cooperar com o desígnio de Deus, já manifestado na Anunciação com o seu: «Faça-se em mim segundo a tua vontade» (*Lc 1,38*).

Maria vive a experiência do parto em situação de extrema pobreza: não pode dar ao Filho de Deus nem o que as mães costumam oferecer a um recém-nascido; pelo contrário, deve colocá-lo "numa manjedoura", berço improvisado que contrasta com a dignidade do "Filho do Altíssimo".

3. O Evangelho explica que "não havia lugar para eles na hospedaria" (*Lc 2, 7*). Esta é uma afirmação que, recordando o texto do Prólogo de São João: "Os seus não o receberam" (*Jo 1, 11*), quase antecipa as numerosas rejeições que Jesus sofrerá na sua vida terrena. A expressão "para eles" indica uma rejeição tanto do Filho como da sua Mãe e mostra que Maria já estava associada ao destino sofrido do seu Filho e era participante da sua missão redentora.

Jesus, rejeitado pelos "seus", é acolhido pelos pastores, homens rudes e não muito bem considerados, mas escolhidos por Deus para serem os primeiros destinatários da boa nova do nascimento do Salvador. A mensagem que o anjo lhes dirige é um convite à alegria: «Anuncio-vos uma grande alegria que será para todo o povos» (*Lc 2, 10*), acompanhada de uma exortação a vencer todos os medos: «Não temais".

Com efeito, a notícia do nascimento de Jesus representa para eles, como para Maria, no momento da Anunciação, o grande sinal da benevolência

divina para com os homens. No divino Redentor, contemplado na pobreza da gruta de Belém, pode-se descobrir um convite a aproximar-se com confiança d'Aquele que é a esperança da humanidade.

O cântico dos anjos: "Glória a Deus nas alturas e paz na terra aos homens em quem ele se compraz", que também pode ser traduzido como "homens objecto da benevolência" (Lc 2, 14), revela aos pastores o que Maria expressou no seu *Magnificat*: o nascimento de Jesus é o sinal do amor misericordioso de Deus, que se manifesta especialmente para com os humildes e os pobres.

4. Ao convite do anjo, os pastores respondem com entusiasmo e prontidão: "Vamos a Belém e vejamos o que aconteceu e o Senhor nos revelou" (Lc 2, 15).

A busca é bem-sucedida: "Eles encontraram Maria e José, e o menino" (Lc 2, 16). Como nos recorda o Concílio, «a Mãe de Deus mostra com alegria aos pastores (...) o seu filho primogénito» ([*Lumen gentium*](#), 57). É o evento decisivo para sua vida.

O desejo espontâneo dos pastores de relatar «o que lhes foi dito daquele menino» (Lc 2,17), depois da admirável experiência do encontro com a Mãe e o seu Filho, sugere aos evangelizadores de todos os tempos a importância, mais ainda, a necessidade de uma relação espiritual profunda com Maria, que nos permita conhecer melhor Jesus e ser arautos alegres do seu Evangelho de salvação.

Perante estes acontecimentos extraordinários, São Lucas diz-nos que Maria «guardou todas estas coisas e nelas meditou no seu coração» (Lc 2, 19). Enquanto os pastores vão do medo à admiração e ao louvor, a Virgem, graças à sua fé, mantém viva a memória dos acontecimentos relacionados com o seu Filho e aprofunda-os com o método da meditação no seu coração, isto é, no âmago mais íntimo do sua pessoa. De esse modo, ela sugere a outra mãe, a Igreja, que privilegie o dom e o compromisso da contemplação e da reflexão teológica, para poder acolher o mistério da salvação, compreendê-lo melhor e anunciá-lo com maior impulso aos homens de todos os tempos.

(Quarta-feira, 27 de Novembro de 1996)

(Leitura: Evangelho de Lucas, capítulo 1, versículos 34-35)

1. Contemplar o mistério do nascimento do Salvador levou o povo cristão não só a dirigir-se à Santíssima Virgem como Mãe de Jesus, mas também a reconhecê-la como Mãe de Deus. Esta verdade foi aprofundada e percebida, já nos primeiros séculos da era cristã, como parte integrante do patrimônio de fé da Igreja, a ponto de ser solenemente proclamada em 431 pelo Concílio de Éfeso.

Na comunidade cristã primitiva, à medida que cresce a consciência entre os discípulos de que Jesus é o Filho de Deus, fica cada vez mais claro que Maria é a *Theotokos*, a Mãe de Deus. É um título que não aparece explicitamente nos textos evangélicos, embora falem da "Mãe de Jesus" e afirmem que ele é Deus (*Jo* 20,28, cf. 5,18; 10,30,33). De resto, apresentam Maria como a Mãe do Emanuel, que significa Deus connosco (cf. *Mt* 1, 2223).

Já no século III, como se pode deduzir de um antigo testemunho escrito, os cristãos egípcios dirigiam-se a Maria com esta oração: «Sob a vossa protecção nos acolhemos, Santa Mãe de Deus: não desprezeis as nossas súplicas nas necessitados; mais livrai-nos sempre de todos os perigos, ó Virgem gloriosa e bendita »(*Liturgia das Horas*). Neste antigo testemunho, a expressão *Theotokos*, "Mãe de Deus", aparece explicitamente pela primeira vez.

Na mitologia pagã, algumas deusas eram frequentemente apresentada como mães de alguns deuses. Por exemplo, Zeus, o deus supremo, tinha a deusa Rhea como sua mãe. Esse contexto talvez facilitasse aos cristãos o uso do título *Theotokos*, "Mãe de Deus", para a mãe de Jesus. No entanto, deve-se notar que este título não existia, mas foi criado pelos cristãos para expressar uma fé que nada tinha a ver com a mitologia pagã, a fé na concepção virginal, no seio de Maria, d'Aquele que era desde sempre o Verbo eterno. de Deus.

2. No século IV, o termo *Theotokos* já era usado com frequência tanto no Oriente como no Ocidente. A piedade e a teologia referem-se cada vez com mais frequência a este termo, que já se tornou património de fé da Igreja.

É por isso que se entende o grande movimento de protesto que surgiu no século V, quando Nestório questionou a legitimidade do título "Mãe de Deus". Com efeito, ao pretender considerar Maria apenas como a mãe do homem Jesus, ele sustentava que apenas a expressão "Mãe de Cristo" era doutrinariamente correta. O que levou Nestório a esse erro foi a dificuldade que sentia em admitir a unidade da pessoa de Cristo e sua interpretação errónea da distinção entre as duas naturezas - divina e humana - presentes nele.

O Concílio de Éfeso, em 431, condenou as suas teses e, ao afirmar a subsistência da natureza divina e humana na única pessoa do Filho, proclamou Maria Mãe de Deus.

3. As dificuldades e objeções levantadas por Nestório dão-nos a oportunidade de fazer algumas reflexões úteis para compreender e interpretar corretamente este título. A expressão *Theotokos*, que significa literalmente "a que gerou Deus", pode à primeira vista ser surpreendente, pois levanta a questão: como é possível a uma criatura humana gerar Deus? A resposta da fé da Igreja é clara: a maternidade divina de Maria refere-se apenas à geração humana do Filho de Deus e não à sua geração divina. O Filho de Deus foi gerado desde sempre por Deus Pai e é consubstancial a ele. Obviamente, nessa geração eterna, Maria não interveio de forma alguma. Mas o Filho de Deus, dois mil anos atrás, assumiu a nossa natureza humana e então Maria concebeu-o e deu-o à luz.

Assim, ao proclamar Maria "Mãe de Deus", a Igreja deseja afirmar que ela é a "Mãe do Verbo Encarnado, que é Deus". A sua maternidade, portanto, não diz respeito a toda a Trindade, mas apenas à segunda Pessoa, o Filho, que, ao encarnar, assumiu dela a natureza humana.

A maternidade é uma relação entre pessoa e pessoa: a mãe não é apenas a mãe do corpo ou da criatura física que sai do seu ventre, mas da pessoa que ela gera. Por isso Maria, tendo gerado segundo a natureza humana a pessoa de Jesus, que é uma pessoa divina, é a Mãe de Deus.

4. Ao proclamar Maria "Mãe de Deus", a Igreja professa com uma só expressão a sua fé no Filho e na Mãe. Esta união já aparece no concílio de Éfeso; Com a definição da maternidade divina de Maria, os Padres queriam destacar a sua fé na divindade de Cristo. Apesar das objeções, antigas e recentes, sobre a oportunidade de reconhecer a Maria esse título, os cristãos de todos os tempos, interpretando corretamente o significado daquela maternidade, fizeram dela uma expressão privilegiada da sua fé na divindade de Cristo e do seu amor pela Virgem.

Na *Theotokos* a Igreja, por um lado, encontra a garantia da realidade da Encarnação, porque, como afirma Santo Agostinho, "se a Mãe fosse fictícia, a carne também seria fictícia (...) e seriam também fictícias as cicatrizes da ressurreição" (*Tract. in Ev. Ioannis* 8, 67). E, por outro lado, contempla com espanto e celebra com veneração a imensa grandeza que Aquele que quis ser seu filho conferiu a Maria. A expressão "Mãe de Deus" remete-nos para a Palavra de Deus, que na Encarnação assumiu a humildade da condição humana para elevar o homem à filiação divina. Mas esse título, à luz da dignidade sublime concedida à Virgem de Nazaré, proclama também a nobreza das mulheres e a sua altíssima vocação. Com efeito, Deus trata Maria como uma pessoa livre e responsável e não realiza a encarnação do Filho senão depois de ter obtido o seu consentimento.

A exemplo dos antigos cristãos egípcios, os fiéis confiam-se Àquela que, sendo Mãe de Deus, pode obter do seu Filho divino as graças da libertação dos perigos e da salvação.

38 - Maria, educadora do Filho de Deus

(Quarta-feira, 4 de Dezembro de 1996)

(Leitura: capítulo 2 do Evangelho de São Lucas, versículos 51-52)

1. Embora realizada por obra do Espírito Santo e de uma Virgem Mãe, a geração de Jesus, como a de todos os homens, passou pelas fases da concepção, da gestação e do parto. Além disso, a maternidade de Maria não se limitou exclusivamente ao processo biológico de geração, mas, como no caso de qualquer outra mãe, também contribuiu de forma essencial para o crescimento e desenvolvimento do seu filho.

Não só a mulher que dá à luz um filho é mãe, mas também quem o cria e educa; Além disso, podemos muito bem dizer que a missão de educar é segundo o desígnio divino, um prolongamento natural da procriação.

Maria é *Theotokos* não só porque gerou e deu à luz o Filho de Deus, mas também porque o acompanhou no seu crescimento humano.

2. Pode-se pensar que Jesus, possuindo em si a plenitude da divindade, não precisava de educadores. Mas o mistério da Encarnação revela-nos que o Filho de Deus veio ao mundo numa condição humana totalmente semelhante à nossa, exceto no pecado (cf. *Hb* 4, 15). Como acontece com todo o ser humano, o crescimento de Jesus, desde a infância até a idade adulta (cf. *Lc* 2, 40), exigiu a ação educativa dos pais.

O Evangelho de São Lucas, particularmente atento ao período da infância, narra que Jesus em Nazaré foi sujeito a José e Maria (cf. *Lc* 2, 51). Esta dependência mostra-nos que Jesus estava disposto a receber e estava aberto à obra educativa da sua mãe e de José, que também cumpriu a sua missão em virtude da docilidade que sempre manifestou.

3. Os dons especiais com que Deus encheu Maria tornaram-na especialmente apta para o cumprimento da missão de mãe e educadora. Nas circunstâncias concretas de cada dia, Jesus podia encontrar nela um modelo a seguir e a imitar, um exemplo de amor perfeito a Deus e aos irmãos.

Além da presença materna de Maria, Jesus pôde contar com a figura paterna de José, homem justo (cf. *Mt* 1, 19), que garantiu o equilíbrio necessário à ação educativa. Desempenhando o papel de pai, José cooperou com a sua esposa para que a casa de Nazaré fosse um ambiente favorável para o crescimento e amadurecimento pessoal do Salvador da humanidade. Mais tarde, ao ensinar-lhe o trabalho árduo de um carpinteiro, José permitiu que Jesus se inserisse no mundo do trabalho e na vida social.

4. Os poucos elementos que o Evangelho oferece não nos permitem conhecer e apreciar plenamente as modalidades da ação pedagógica de Maria em relação ao seu Filho divino. Certamente foi ela, junto com José, quem introduziu Jesus nos ritos e prescrições de Moisés, na oração ao Deus da aliança por meio do uso dos salmos e na história do povo de Israel,

centrada no êxodo do Egito. Com ela e com José, Jesus aprendeu a frequentar a sinagoga e a fazer a peregrinação anual a Jerusalém por ocasião da Páscoa.

Contemplando os resultados, podemos certamente deduzir que a obra educativa de Maria foi muito eficaz e profunda, e que ela encontrou um terreno muito fértil na psicologia humana de Jesus.

5. A missão educativa de Maria, dirigida a um filho tão singular, tem algumas características particulares no que diz respeito ao papel das outras mães. Ela apenas garantiu as condições favoráveis para que os dinamismos e valores essenciais de crescimento, já presentes na criança, pudessem ser realizados. Por exemplo, o fato de não haver pecado em Jesus exigia de Maria uma orientação sempre positiva, excluindo intervenções destinadas a corrigir. Além disso, embora tenha sido sua mãe quem introduziu Jesus na cultura e nas tradições do povo de Israel, é ele quem revela, a partir do episódio da sua perda e encontro no templo, a sua plena consciência de ser o Filho de Deus, enviado para irradiar a verdade no mundo, seguindo exclusivamente a vontade do pai. De "mestra" do seu filho, Maria converteu-se assim em humilde discípula do divino Mestre, gerado por ela.

Permanece a grandeza da tarefa confiada à Virgem Mãe: ela ajuda o seu Filho Jesus a crescer, da infância à idade adulta, «na sabedoria, na estatura e na graça» (*Lc 2, 52*) e a formar-se para a sua missão.

Maria e José aparecem, portanto, como modelos de todos os educadores. Apoiam-nos nas grandes dificuldades que a família hoje encontra e mostram-lhes o caminho para uma formação profunda e eficaz dos filhos.

A sua experiência educativa constitui um ponto de referência seguro para os pais cristãos, chamados, em condições cada vez mais complexas e difíceis, a colocar-se ao serviço do desenvolvimento integral da pessoa dos seus filhos, para que vivam uma vida digna do homem e que corresponda ao projeto de Deus.

(Leitura: capítulo 2 do Evangelho de São Lucas, versículos 22-24)

1. No episódio da apresentação de Jesus no templo, São Lucas sublinha o destino messiânico de Jesus. Segundo o texto lucano, o objetivo imediato da viagem da Sagrada Família de Belém a Jerusalém é o cumprimento da Lei: “Cumpridos os dias da sua purificação, segundo a Lei de Moisés, levaram Jesus a Jerusalém para apresentá-lo ao Senhor, como está escrito na Lei do Senhor: "Todo o primogénito será consagrado ao Senhor", e oferecer um par de rolas ou dois pombinhos em sacrifício, conforme o que se diz na Lei do Senhor ”(*Lc 2, 22-24*).

Com este gesto, Maria e José manifestam a intenção de obedecer fielmente à vontade de Deus, rejeitando todas as formas de privilégio. A sua peregrinação ao templo de Jerusalém assume o significado de uma consagração a Deus, no local da sua presença.

Maria, obrigada pela sua pobreza a oferecer rolas ou pombos, entrega na realidade o verdadeiro Cordeiro que deve redimir a humanidade, antecipando com o seu gesto o que havia sido prefigurado nas oferendas rituais da antiga Lei.

2. Enquanto a Lei exigia apenas a purificação da mãe após o parto, Lucas fala dos "dias da sua purificação" (*Lc 2, 22*), talvez com a intenção de indicar ao mesmo tempo as prescrições referentes à mãe e ao seu Filho primogénito.

A expressão "purificação" pode surpreender-nos, pois refere-se a uma Mãe que, por graça singular, conseguiu estar imaculada desde o primeiro momento de sua existência, e a um Menino totalmente santo. Porém, é preciso lembrar que não se tratava de purificar a consciência de alguma mancha de pecado, mas apenas de recuperar a pureza ritual, que, segundo as ideias da época, era afetada pelo simples fato do parto, sem que existisse qualquer espécie de culpa.

O evangelista aproveita a ocasião para sublinhar o vínculo especial que existe entre Jesus, como "primogénito" (*Lc 2, 7,23*), e a santidade de Deus, bem como para indicar o espírito da humilde oferta de Maria e José (cf. *Lc*

2:24). Com efeito, o «par de rolas ou dois pombinhos» era a oferta dos pobres (cf. *Lv* 12, 8).

3. No templo, José e Maria encontram Simeão, «homem justo e piedoso, que esperava a consolação de Israel» (*Lc* 2, 25).

A narrativa lucana nada diz sobre o seu passado e sobre o serviço que presta no templo; fala de um homem profundamente religioso, que cultiva no coração grandes desejos e espera o Messias, o consolador de Israel. Com efeito, "o Espírito Santo estava nele" (*Lc* 2, 25), e "foi-lhe revelado pelo Espírito Santo que não veria a morte antes de ver o Messias do Senhor" (*Lc* 2, 26). Simeão convida-nos a contemplar a ação misericordiosa de Deus, que derrama o Espírito sobre os seus fiéis para realizar o seu misterioso projeto de amor.

Simeão, modelo de homem que se abre à ação de Deus, "movido pelo Espírito" (*Lc* 2, 27), vai ao templo, onde encontra Jesus, José e Maria. Tomando o Menino nos braços, bendiz a Deus: "Agora, Senhor, podes, segundo a tua palavra, deixar que o teu servo vá em paz" (*Lc* 2, 29).

Simeão, expressão do Antigo Testamento, experimenta a alegria de encontrar o Messias e sente que alcançou o propósito de sua existência; Portanto, ele diz ao Altíssimo que pode deixá-lo ir para a paz do além.

No episódio da Apresentação pode ver-se o encontro da esperança de Israel com o Messias. Também pode descobrir-se nele um sinal profético do encontro do homem com Cristo. O Espírito Santo torna isso possível, despertando no coração do homem o desejo deste encontro salvífico e favorecendo a sua realização.

E não podemos esquecer o papel de Maria, que entrega o Menino ao santo velho Simeão. Por vontade de Deus, é a Mãe quem dá Jesus aos homens.

4. Ao revelar o futuro do Salvador, Simeão refere-se à profecia do "Servo", enviado ao povo eleito e às nações. O Senhor diz-lhe: «Eu te formei e te destinei para ser *aliança do povo e luz das nações*» (*Is* 42,6). E ainda: “É muito pouco que sejas o meu servo só para reerguer as tribos de Jacob, só para reconduzir os sobreviventes de Israel. Faço de ti uma luz para as

nações, para que a minha salvação chegue até aos confins da terra” (Is 49, 6).

Na sua canção, Simeão muda totalmente a perspectiva, colocando a ênfase no universalismo da missão de Jesus: “Os meus olhos viram a tua salvação, que preparaste em favor de todos os povos, luz para iluminar as nações e glória de Israel, teu povo” (Lc 2, 30-32).

Como não nos surpreendermos com essas palavras? “O seu pai e a sua mãe estavam admirados das coisas que dele se diziam” (Lc 2, 33). Mas José e Maria, com esta experiência, compreendem mais claramente a importância do seu gesto de oferta: no templo de Jerusalém apresentam Aquele que, sendo a glória do seu povo, é também a salvação de toda a humanidade.

40 - A profecia de Simeão associa Maria ao doloroso destino do seu filho
(Quarta-feira, 18 de Dezembro de 1996)

(Leitura: capítulo 2 do Evangelho de São Lucas, versículos 34-35)

1. Depois de ter reconhecido em Jesus a «luz para iluminar as nações» (Lc 2, 32), Simeão anuncia a Maria a grande prova a que o Messias é chamado e revela a sua participação nesse doloroso destino.

A referência ao sacrifício redentor, ausente na Anunciação, levou-nos a ver no oráculo de Simeão quase um "segundo anúncio" ([*Redemptoris Mater*](#), 16), que levará a Virgem a uma compreensão mais profunda do mistério do seu Filho.

Simeão, que até então se dirigia a todos os presentes, abençoando em particular José e Maria, agora prediz apenas à Virgem que participará do destino do seu Filho. Inspirado pelo Espírito Santo, ele anuncia: "Este Menino está preparado para ruína e elevação de muitos em Israel, e para ser sinal de contradição - e uma espada trespassará a tua alma! - para que sejam revelados os pensamentos de muitos corações.

2. Essas palavras predizem um futuro de sofrimento para o Messias. Na verdade, será o "sinal da contradição", destinado a enfrentar a dura oposição

dos seus contemporâneos. Mas Simeão une ao sofrimento de Cristo a visão da alma de Maria trespassada pela espada, associando assim a Mãe ao doloroso destino do seu Filho.

Assim, o santo ancião, ao mesmo tempo que destaca a crescente hostilidade que o Messias encontrará, sublinha as repercussões que essa hostilidade terá no coração da Mãe. Esse sofrimento materno chegará ao ponto culminante na paixão, quando ela se unir ao Filho no sacrifício redentor.

As palavras de Simeão, pronunciadas após uma alusão aos primeiros cantos do Servo do Senhor (cf. *Is* 42,6; 49,6), citados em *Lc* 2, 32, fazem-nos pensar na profecia do Servo paciente (cf. *Is* 52, 13 - 53, 12), que, "esmagado pelos nossos pecados" (*Is* 53, 5), "se oferece em expiação" (*Is* 53, 10) através de um sacrifício pessoal e espiritual, que supera largamente os antigos sacrifícios rituais.

Podemos ver aqui que a profecia de Simeão permite vislumbrar no futuro sofrimento de Maria uma semelhança notável com o futuro doloroso do "Servo".

3. Maria e José manifestam a sua admiração quando Simeão proclama Jesus «luz para iluminar as nações e glória de Israel» (*Lc* 2, 32). Maria, porém, ante a profecia da espada que traspassará a sua alma, nada diz. Como José, ela acolhe silenciosamente aquelas palavras misteriosas que anunciam uma prova dolorosa e exprimem o mais autêntico significado da apresentação de Jesus no Templo.

Com efeito, de acordo com o desígnio divino, o sacrifício então oferecido de "um par de rolas ou de dois pombinhos, segundo o que é dito na Lei" (*Lc* 2, 24), era um prelúdio do sacrifício de Jesus "manso e humilde de coração" (*Mt* 11, 29); nele se realizaria a verdadeira "apresentação" (cf. *Lc* 2, 22), que associaria a Mãe ao Filho na obra da redenção.

4. Depois da profecia de Simeão, vem o encontro com a profetisa Ana, que também "louvou a Deus e falou do menino a todos os que esperavam a redenção de Jerusalém" (*Lc* 2, 38). A fé e a sabedoria profética da velha que, «servindo a Deus noite e dia» (*Lc* 2, 37), mantém viva com jejuns e orações a expectativa do Messias, dá à Sagrada Família um novo impulso

para colocar a sua esperança no Deus de Israel. Num momento tão especial, Maria e José certamente consideraram o comportamento de Ana como um sinal do Senhor, uma mensagem de fé iluminada e de perseverante serviço.

A partir da profecia de Simeão, Maria une de maneira intensa e misteriosa a sua vida à dolorosa missão de Cristo: ela será a fiel cooperadora do seu Filho para a salvação do género humano.

41 - Na Apresentação de Jesus no Templo, é revelada a cooperação da "mulher" na Redenção

(Quarta-feira, 8 de Janeiro de 1997)

1. As palavras do velho Simeão, anunciando a Maria a Sua participação na missão salvífica do Messias, põem em evidência o papel da mulher no mistério da redenção.

Com efeito, Maria é não só uma pessoa individual, mas também a «filha de Sião», a mulher nova posta ao lado do Redentor, para compartilhar a Sua paixão e gerar, no Espírito, os filhos de Deus. Essa realidade é expressa pela representação popular das «sete espadas» que trespassam o coração de Maria: a representação evidencia o profundo vínculo entre a mãe, que se identifica com a filha de Sião e a Igreja, e o destino de sofrimento do Verbo encarnado.

Restituindo o Filho, há pouco recebido de Deus, para O consagrar à Sua missão de salvação, Maria entrega-se também a si mesma a essa missão. Trata-se de um gesto de partilha interior, que não só é fruto do natural afecto materno, mas exprime sobretudo o consentimento da mulher nova à obra redentora de Cristo.

2. Na sua intervenção, Simeão indica a finalidade do sacrifício de Jesus e do sofrimento de Maria: estes acontecerão «a fim de se revelarem os pensamentos de muitos corações» (*Lc. 2, 35*).

Jesus «sinal de contradição» (*Lc. 2, 34*) que envolve a mãe no Seu sofrimento, conduzirá os homens a tomar posição naquilo que lhes diz respeito, convidando-os a uma decisão fundamental. Ele, com efeito, «está aqui para queda e ressurgimento de muitos em Israel» (*Lc. 2, 34*).

Maria está, pois, unida ao Seu divino Filho na «contradição», em vista da obra da salvação. Existe certamente o risco de ruína para quem rejeita Cristo, mas efeito maravilhoso da redenção é a ressurreição de muitos. Este mero anúncio acende uma grande esperança nos corações, aos quais já testemunha o fruto do sacrifício.

Pondo sob o olhar da Virgem estas perspectivas da salvação antes da oferta ritual, Simeão parece sugerir a Maria que ela cumpra este gesto, para contribuir no resgate da humanidade. De facto, ele não fala com José nem de José: a sua palavra é dirigida a Maria, que ele associa ao destino do Filho.

3. A prioridade cronológica do gesto de Maria não ofusca o primado de Jesus. O Concílio Vaticano II, ao definir o papel de Maria na economia da salvação, recorda que Ela «se consagrou totalmente... à pessoa e à obra do seu Filho, subordinada a Ele e juntamente com Ele, servindo o mistério da Redenção» ([LG](#), 56).

Na apresentação de Jesus no templo, Maria serve o mistério da redenção sob Cristo e com Cristo: é Ele, de facto, o protagonista da salvação, que deve ser resgatado com a oferta ritual. Maria está unida ao sacrifício do Filho pela espada que Lhe trespassará a alma.

O primado de Cristo não anula, mas sustém e exige o papel próprio e insubstituível da mulher. Envolvendo a mãe no próprio sacrifício, Cristo quer revelar as profundas raízes humanas deste sacrifício e mostrar uma antecipação da oferenda sacerdotal da cruz.

A intenção divina de solicitar o empenho específico da mulher na obra redentora resulta do facto que a profecia de Simeão é dirigida só a Maria, apesar de também José ser partícipe do rito da oferta.

4. A conclusão do episódio da apresentação de Jesus no templo parece confirmar o significado e o valor da presença feminina na economia da salvação. O encontro com uma mulher, Ana, conclui estes momentos singulares, nos quais o Antigo Testamento como que se concede ao Novo.

Como Simeão, esta mulher não é uma pessoa socialmente importante no povo eleito, mas a sua vida parece possuir um alto valor aos olhos de Deus. São Lucas chama-lhe «profetiza», provavelmente porque era consultada por muitos, por causa do seu dom de discernimento e da sua vida santa, conduzida sob a inspiração do Espírito do Senhor.

Ana era idosa, tendo oitenta e quatro anos, e havia muito tempo que era viúva. Totalmente consagrada a Deus, «não se afastava do Templo, servindo a Deus, noite e dia, com jejuns e orações» (Lc. 2, 37). Ela representa quantos, tendo vivido intensamente a espera do Messias, são capazes de acolher o cumprimento da Promessa com gozosa exultação. O Evangelista refere que, «aparecendo nesta mesma ocasião, pôs-se a louvar a Deus» (Lc. 2, 38).

Frequentando habitualmente o Templo, Ela pôde, talvez com maior facilidade do que Simeão, encontrar Jesus no crepúsculo duma existência dedicada ao Senhor e enriquecida pela escuta da Palavra e pela oração.

No alvorecer da Redenção, podemos divisar na profetiza Ana todas as mulheres que, com a santidade da vida e em atitude orante, estão prontas a acolher a presença de Cristo e a louvar todos os dias a Deus pelas maravilhas operadas pela Sua misericórdia eterna.

5. Escolhidos para o encontro com o Menino, Simeão e Ana vivem intensamente esse dom divino, compartilham com Maria e José a alegria da presença de Jesus e difundem-na no seu ambiente. Ana demonstra especialmente um zelo magnífico ao falar de Jesus, testemunhando desse modo a sua fé simples e generosa. Fé que prepara os outros para acolher o Messias na própria existência.

A expressão de Lucas: «Falava do Menino a todos os que esperavam a redenção de Jerusalém» (2, 38), parece acreditá-la como símbolo das mulheres que, dedicando-se à difusão do Evangelho, suscitam e alimentam esperanças de salvação.

42 - A perda de Jesus e o seu reencontro no Templo

(Quarta-feira, 15 de Janeiro de 1997)

1. Como última página das narrações da infância, antes do início da pregação de João Baptista, o evangelista Lucas apresenta o episódio da peregrinação de Jesus adolescente ao Templo de Jerusalém. Trata-se de uma singular circunstância, que elucida os longos anos da vida escondida em Nazaré.

Nessa ocasião, Jesus, com a Sua forte personalidade, revela a consciência da Sua missão, conferindo a este segundo «ingresso» na «casa do Pai» o significado de uma completa doação a Deus, a qual já havia caracterizado a Sua apresentação no Templo.

Esta perícope parece pôr-se em contraste com a anotação de Lucas, que apresenta Jesus submisso a José e a Maria (cf. 2, 51). Mas, considerando bem, Ele parece colocar-Se, aqui, numa consciente e quase querida antítese com a Sua normal condição de filho, fazendo emergir improvisamente uma decidida separação de Maria e José. Jesus declara que só assume, como norma de comportamento, a Sua pertença ao Pai e não os laços familiares terrenos.

2. Através deste episódio, Jesus prepara a Sua mãe para o mistério da Redenção. Maria, juntamente com José, vive nos três dramáticos dias em que o Filho Se subtrai a eles, para permanecer no Templo, a antecipação do tríduo da Sua paixão, morte e ressurreição.

Deixando partir a Sua Mãe e José para a Galileia, sem acenar-lhes a intenção de permanecer em Jerusalém, Jesus introdu-los no mistério daquele sofrimento que leva à alegria, antecipando quanto haveria de realizar depois com os discípulos, mediante o anúncio da Sua Páscoa.

Segundo a narração de Lucas, na viagem de retorno a Nazaré Maria e José, após uma jornada de viagem, preocupados e angustiados pela sorte do Menino Jesus, procuram-n'O em vão entre parentes e conhecidos. Tendo reentrado em Jerusalém e ao encontrá-l'O no Templo, ficam assombrados, porque O vêem «sentado entre os doutores, a ouvi-los e a fazer-lhes perguntas» (Lc. 2, 46). A Sua conduta apresenta-se muito diversa do modo habitual. E certamente o Seu reencontro ao terceiro dia constitui para os pais a descoberta doutro aspecto relativo à Sua pessoa e à Sua missão.

Ele assume o papel de mestre, como fará mais tarde na vida pública, pronunciando palavras que provocam admiração. «Todos quantos O ouviam estavam estupefactos com a Sua inteligência e as Suas respostas» (2, 47). Revelando uma sabedoria que assombra os ouvintes, começa a praticar a arte do diálogo, que será uma característica da Sua missão salvífica.

A Mãe pergunta a Jesus: «Filho, porque nos fizeste isto? Olha que Teu pai e eu andávamos aflitos à Tua procura» (*Lc. 2, 48*). Poder-se-ia captar aqui o eco dos «porquês» de tantas mães diante dos sofrimentos que lhes foram causados pelos filhos, assim como diante das interrogações que surgem no coração de cada homem nos momentos de prova.

3. Densa de significado é a resposta de Jesus em forma interrogativa: «Porque Me procuráveis? Não sabíeis que devia estar em casa de Meu Pai?» (*Lc. 2, 49*).

Com essa expressão Ele, de modo inesperado e imprevisto, revela a Maria e José o mistério da Sua Pessoa, convidando-os a ultrapassar as aparências e abrindo-lhes perspectivas novas quanto ao Seu futuro.

Na resposta à Mãe angustiada, o Filho revela imediatamente o motivo do Seu comportamento. Maria tinha dito: «Teu pai», designando José; Jesus responde: «Meu Pai», querendo dizer o Pai celeste.

Ao referir-Se à Sua origem divina, Ele quer afirmar não tanto que o Templo, a casa de Seu Pai, é o «lugar» natural da Sua presença, quanto, ao contrário, que Ele deve interessar-Se por tudo aquilo que se refere ao Pai e ao Seu desígnio. Ele quer reafirmar que só a vontade do Pai é para Ele norma que vincula a Sua obediência.

Esta referência à total dedicação ao projecto de Deus é evidenciada no texto evangélico, pela expressão verbal «é necessário», que aparecerá, depois, no anúncio da Paixão (cf. *Mc. 8, 31*).

Aos Seus pais, pois, é pedido que O deixem ir, a fim de cumprir a Sua missão lá onde O conduz a vontade do Pai celeste.

4. O Evangelista comenta: «Mas eles não compreenderam as palavras que lhes disse» (*Lc. 2, 50*).

Maria e José não percebem o conteúdo da Sua resposta, nem o modo, que parece ser uma rejeição, com que Ele reage à preocupação deles como pais. Com esta atitude Jesus quer revelar os aspectos misteriosos da Sua

intimidade com o Pai, aspectos que Maria intui sem, porém, os saber ligar com a prova que estava a experimentar.

As palavras de Lucas permitem-nos conhecer como Maria vive no seu ser profundo este episódio deveras singular. Ela «guardava todas estas coisas no seu coração» (*Lc. 2, 51*). A Mãe de Jesus liga os eventos ao mistério do Filho, que lhe foi revelado na Anunciação, e aprofunda-os no silêncio da contemplação, oferecendo a sua colaboração no espírito de um renovado «fiat».

Inicia assim o primeiro anel duma cadeia de eventos, que levará Maria a superar progressivamente o papel natural, que lhe deriva da maternidade, para se pôr ao serviço da missão do seu divino Filho.

No templo de Jerusalém, neste prelúdio da Sua missão salvífica, Jesus associa a Si a Mãe; Ela jamais será apenas Aquela que O gerou, mas a Mulher que, com a própria obediência ao Desígnio do Pai, poderá colaborar no mistério da Redenção.

E assim Maria, conservando no seu coração um evento tão repleto de significado, chega a uma nova dimensão da sua cooperação na salvação.

43 - Maria na vida oculta de Jesus

(Quarta-feira, 29 de Janeiro de 1997)

1. Os Evangelhos oferecem poucas e escassas notícias sobre os anos transcorridos pela Sagrada Família em Nazaré. São Mateus fala da decisão tomada por José, depois do retorno do Egito, de fixar a residência da Sagrada Família em Nazaré (cf. *Mt. 2, 22-23*), mas depois não dá nenhuma outra informação, excepto que José era carpinteiro (cf. *Mt. 13, 55*). Por seu lado, São Lucas menciona duas vezes o retorno da Sagrada Família a Nazaré (cf. *Lc. 2, 39.51*) e fornece duas breves indicações sobre os anos da infância de Jesus, antes e depois do episódio da peregrinação a Jerusalém: «O Menino crescia e robustecia- Se, enchendo-Se de sabedoria, e a graça de Deus estava com Ele» (*Lc. 2, 40*), e «Jesus crescia em sabedoria, em estatura e em graça, diante de Deus e dos homens» (*Lc. 2, 52*).

Ao escrever estas breves anotações sobre a vida de Jesus, Lucas relata provavelmente as recordações de Maria, relativas a um período de profunda intimidade com o Filho. A união entre Jesus e a «cheia de graça» supera em grande medida aquela que normalmente existe entre mãe e filho, porque está arraigada numa particular condição sobrenatural e é revigorada pela especial conformidade de ambos à vontade divina.

Pode-se, então, concluir que o clima de serenidade e de paz, presente na casa de Nazaré, e a orientação constante para o cumprimento do projecto divino, conferiam à união entre mãe e filho uma extraordinária e irrepetível profundidade.

2. Em Maria a consciência de cumprir uma tarefa que lhe foi confiada por Deus, atribuía um significado mais excelso à sua vida quotidiana. Os simples e humildes trabalhos de cada dia assumiam, aos seus olhos, um valor singular, já que eram vividos por Ela como serviço à missão de Cristo.

O exemplo de Maria ilumina e encoraja a experiência de inúmeras mulheres, que realizam o seu trabalho quotidiano exclusivamente entre as paredes domésticas. Trata-se de um empenho humilde, oculto, repetitivo e, muitas vezes, não apreciado de modo suficiente. Contudo, os longos anos, transcorridos por Maria na casa de Nazaré, revelam as suas enormes potencialidades de amor autêntico e, portanto, de salvação. Com efeito, a simplicidade da vida de tantas donas de casa, sentida como missão de serviço e de amor, contém um valor extraordinário aos olhos do Senhor.

E pode-se até dizer que a vida de Nazaré, para Maria, não era dominada pela monotonia. Em contacto com Jesus que crescia, Ela esforçava-se por penetrar o mistério do seu Filho, contemplando e adorando. São Lucas diz: «Maria conservava todas estas coisas, ponderando-as no seu coração» (2, 19; cf. 2, 51).

«Todas estas coisas»: são os eventos de que Ela foi, ao mesmo tempo, protagonista e espectadora, a começar pela Anunciação; mas, sobretudo, é a vida do Menino. Cada dia de intimidade com Ele constitui um convite a conhecê-lo melhor, a descobrir mais profundamente o significado da Sua presença e o mistério da Sua pessoa.

3. Poder-se-ia pensar que para Maria era fácil crer, dado que Ela vivia quotidianamente em contacto com Jesus. A respeito disso, porém, é preciso recordar que os aspectos singulares da personalidade do Filho permaneciam habitualmente ocultos; embora o Seu modo de agir fosse exemplar, Ele vivia uma vida semelhante à de tantos dos Seus coetâneos.

Durante os trinta anos da permanência em Nazaré, Jesus não manifesta as Suas qualidades sobrenaturais nem realiza gestos prodigiosos. Às primeiras manifestações extraordinárias da Sua personalidade, ligadas ao início da pregação, os Seus familiares (chamados no Evangelho «irmãos») assumem — segundo uma interpretação — a responsabilidade de O reconduzir a casa, porque julgam que o Seu modo de Se comportar não é normal (cf. *Mc.* 3, 21).

Na digna e laboriosa atmosfera de Nazaré, Maria esforçava-se por compreender a trama providencial da missão do Filho. A esse respeito, para a Mãe foi certamente objecto de particular reflexão a frase que Jesus pronunciara no Templo de Jerusalém, quando tinha doze anos de idade: «Não sabíeis que devia estar na casa do Meu Pai» (*Lc.* 2, 49). Ao meditar sobre isto, Maria podia entender melhor o sentido da filiação divina de Jesus e o da sua maternidade, empenhando-se em divisar, no comportamento do Filho, os traços reveladores da Sua semelhança com Aquele a Quem Ele chamava «Meu Pai».

4. A comunhão de vida com Jesus, na casa de Nazaré, levou Maria a progredir não só «na peregrinação da fé» (*LG*, 58), mas também na esperança. Essa virtude, alimentada e sustentada pela lembrança da Anunciação e das palavras de Simeão, abrange todo o arco da Sua existência terrena, mas é de modo particular exercida nos trinta anos de silêncio e escondimento transcorridos em Nazaré.

Entre as paredes domésticas a Virgem vive a esperança de forma excelsa; sabe que não permanece desiludida, ainda que não conheça os tempos e os modos com que Deus realizará a Sua promessa. Na obscuridade da fé e na ausência de sinais extraordinários, que anunciem o início da missão messiânica do Filho, Ela espera, para além de qualquer evidência, aguardando de Deus o cumprimento da promessa.

Ambiente de crescimento da fé e da esperança, a casa de Nazaré torna-se um lugar de sublime testemunho da caridade. O amor que Cristo desejava infundir no mundo acende-se e arde, antes de tudo, no coração da Mãe: é precisamente no lar que se prepara o anúncio do Evangelho da caridade divina.

Olhando para Nazaré, contemplando o mistério da vida oculta de Jesus e da Virgem, somos convidados a reflectir sobre o mistério da nossa própria existência, que — recorda São Paulo — «está escondida com Cristo em Deus» (*Col.* 3, 3).

Trata-se, com frequência, de uma existência humilde e obscura aos olhos do mundo; porém, de uma existência que na escola de Maria pode manifestar inesperadas potencialidades de salvação, irradiando o amor e a paz de Cristo.

44 - Maria nas bodas de Caná

(Quarta-feira, 26 de Fevereiro de 1997)

1. No episódio das bodas de Caná, São João apresenta a primeira intervenção de Maria na vida pública de Jesus e põe em relevo a sua cooperação na missão do Filho.

Desde o início da narração, o evangelista avisa que «a mãe de Jesus estava presente» (2, 1) e, como que a querer sugerir que essa presença está na origem do convite dirigido pelos esposos ao próprio Jesus e aos Seus discípulos (cf. [*Redemptoris Mater*](#), 21), acrescenta: «Jesus e os Seus discípulos foram convidados para as bodas» (2, 2). Com tais observações, João parece indicar que em Caná, como no evento fundamental da Encarnação, Maria é aquela que introduz o Salvador.

O significado e o papel que assume a presença da Virgem, manifestam-se quando vem a faltar o vinho. Ela, experiente e prudente dona de casa, percebe isso imediatamente e intervém para que não termine a alegria de todos e, principalmente, para socorrer os esposos em dificuldade.

Dirigindo-se a Jesus com as palavras: «Não têm vinho» (*Jo.* 2, 3), Maria exprime-Lhe a sua preocupação com essa situação, aguardando a Sua intervenção resolutiva. Mais precisamente, segundo alguns exegetas, a Mãe espera um sinal extraordinário, pois Jesus não dispunha de vinho.

2. A escolha de Maria, que teria podido, talvez, providenciar noutra lugar o vinho necessário, manifesta a coragem da sua fé porque, até àquele momento, Jesus não tinha realizado algum milagre, nem em Nazaré, nem na vida pública.

Em Caná a Virgem mostra mais uma vez a sua total disponibilidade a Deus. Ela que, na Anunciação, crendo em Jesus antes de O ver, contribuíra para o prodígio da concepção virginal, aqui, confiando no poder não ainda revelado de Jesus, suscita o Seu «primeiro sinal», a prodigiosa transformação da água em vinho. Desse modo, ela precede na fé os discípulos que, como refere João, hão-de crer depois do milagre: Jesus «manifestou a Sua glória e os Seus discípulos acreditaram n'Ele» (*Jo.* 2, 11). Antes, obtendo o sinal prodigioso, Maria oferece-lhes um apoio à fé.

3. A resposta de Jesus às palavras de Maria: «Que temos nós com isso, mulher? A minha hora ainda não chegou» (*Jo.* 2, 4) exprime uma aparente rejeição, como para pôr à prova a fé de Maria.

Segundo uma interpretação, Jesus a partir do momento que inicia a Sua missão, parece colocar em discussão a natural relação de filho, chamado em causa pela mãe. A frase, na língua falada do ambiente, quer, de facto, evidenciar uma distância entre as pessoas, com a exclusão da comunhão de vida. Esta distância não elimina respeito e estima; o termo «mulher», com o qual Ele Se dirige à mãe, é usado numa acepção que retornará nos diálogos com a Cananeia (cf. *Mt.* 15, 28), com a Samaritana (cf. *Jo.* 4, 21), com a adúltera (cf. *Jo.* 8, 10) e com Maria Madalena (cf. *Jo.* 20, 13), em contextos que manifestam uma relação positiva de Jesus com as Suas interlocutoras.

Com a expressão: «Que temos nós com isso, mulher?», Jesus pretende colocar a cooperação de Maria no plano da salvação que, empenhando a sua fé e a sua esperança, pede a superação do seu papel natural de mãe.

4. De maior relevo aparece a motivação formulada por Jesus: «A Minha hora ainda não chegou» (*Jo. 2, 4*).

Alguns estudiosos do texto sagrado, seguindo a interpretação de Santo Agostinho, identificam essa «hora» com o evento da Paixão. Para outros, porém, ela refere-se ao primeiro milagre em que haveria de ser revelado o poder messiânico do profeta de Nazaré. Outros, ainda, pensam que a frase é interrogativa e prolonga a pergunta anterior: «Que temos nós com isso, mulher? A Minha hora ainda não chegou». Jesus faz com que Maria entenda que afinal Ele já não depende dela, mas deve tomar a iniciativa para realizar a obra do Pai. Maria, então, abstém-se docilmente de insistir junto d'Ele e dirige-se, ao contrário, aos servidores para os convidar a serem obedientes.

Em todo o caso a sua confiança no Filho é recompensada. Jesus, a Quem ela deixou totalmente a iniciativa, realiza o milagre, reconhecendo a coragem e a docilidade da Mãe: «Disse-lhes Jesus: “Enchei de água essas talhas”; e encheram-nas até à borda» (*Jo. 2, 7*). Também a obediência deles, portanto, contribui para a obtenção do vinho em abundância.

O pedido de Maria: «Fazei o que Ele vos disser», conserva um seu valor sempre actual para os cristãos de todas as épocas, e é destinado a renovar o seu efeito maravilhoso na vida de cada um. Ela exorta a uma confiança sem hesitação, sobretudo quando não se compreendem o sentido e a utilidade de quanto Cristo pede.

Assim como na narração da Cananeia (*Mt. 15, 24-26*), a aparente rejeição de Jesus exalta a fé da mulher, assim as palavras do Filho: «A Minha hora ainda não chegou», juntamente com o cumprimento do primeiro milagre, manifestam a grandeza da fé que a Mãe tem e a força da sua oração.

O episódio das bodas de Caná anima-nos a ser corajosos na fé e a experimentar na nossa existência a verdade da palavra evangélica: «Pedi e vos será dado» (*Mt. 7, 7; Lc. 11, 9*).

45 - Em Caná, Maria levou Jesus a realizar o primeiro milagre

(Quarta-feira, 5 de Março de 1997)

1. Ao narrar a presença de Maria na vida pública de Jesus, o Concílio Vaticano II recorda a sua participação em Caná por ocasião do primeiro milagre: «Nas bodas de Caná, movida de compaixão, levou Jesus o Messias a dar início aos Seus milagres (cf. *Jo. 2, 1-11*)» ([LG](#), 58).

Seguindo a esteira do evangelista João, o Concílio faz notar o papel discreto e, ao mesmo tempo, eficaz da Mãe que, com a sua palavra, consegue do seu Filho o «primeiro sinal». Ela, embora exercendo uma influência discreta e materna, com a sua presença é, em última análise, determinante.

A iniciativa da Virgem aparece ainda mais surpreendente, se se considerar a condição de inferioridade da mulher na sociedade judaica. Em Caná, com efeito, Jesus não só reconhece a dignidade e o papel do génio feminino, mas, acolhendo a intervenção de Sua Mãe, oferece-lhe a possibilidade de ser partícipe na obra messiânica. Não contrasta com esta intenção de Jesus o apelativo «Mulher», com o qual Ele se dirige a Maria (cf. *Jo. 2, 4*). Ele, de facto, não contém em si nenhuma conotação negativa e será de novo usado por Jesus em relação à Mãe, aos pés da Cruz (cf. *Jo. 19, 26*). Segundo alguns intérpretes, este título «Mulher» apresenta Maria como a nova Eva, mãe de todos os crentes na fé.

O Concílio, no texto citado, usa a expressão «movida de compaixão», deixando entender que Maria era inspirada pelo seu coração misericordioso. Tendo divisado a eventualidade do desapontamento dos esposos e dos convidados pela falta de vinho, a Virgem compadecida sugere a Jesus que intervenha com o seu poder messiânico.

A alguns o pedido de Maria parece desproporcionado, porque subordina a um acto de piedade o início dos milagres do Messias. À dificuldade respondeu o próprio Jesus que, com o seu assentimento à solicitação materna, demonstra a superabundância com que o Senhor responde às expectativas humanas, manifestando também quanto pode o amor de uma mãe.

2. A expressão «dar início aos milagres», que o Concílio retomou do texto de João, chama a nossa atenção. O termo grego *archè*, traduzido por início, princípio, foi usado por João no Prólogo do seu Evangelho: «No princípio era o Verbo» (1, 1). Esta significativa coincidência induz a estabelecer um

paralelo entre a primeira origem da glória de Cristo na eternidade e a primeira manifestação da mesma glória na sua missão terrena.

Ressaltando a iniciativa de Maria no primeiro milagre e recordando depois a sua presença no Calvário, aos pés da Cruz, o evangelista ajuda a compreender como a cooperação de Maria se estende à inteira obra de Cristo. O pedido da Virgem coloca-se no interior do desígnio divino de salvação.

No primeiro sinal operado por Jesus os Padres da Igreja divisaram uma forte dimensão simbólica, acolhendo, na transformação da água em vinho, o anúncio da passagem da antiga à nova Aliança. Em Caná, precisamente a água das jarras, destinada à purificação dos Judeus e ao cumprimento das prescrições legais (cf. *Mc.* 7, 1-15), torna-se o vinho novo do banquete nupcial, símbolo da união definitiva entre Deus e a humanidade.

3. O contexto de um banquete de núpcias, escolhido por Jesus para o Seu primeiro milagre, remete ao simbolismo matrimonial, frequente no Antigo Testamento para indicar a Aliança entre Deus e o Seu povo (cf. *Os.* 2, 21; *Jer.* 2, 1-8; *Sl.* 44; etc.) e no Novo Testamento para significar a união de Cristo com a Igreja (cf. *Jo.* 3, 28-30; *Ef.* 5, 25-32; *Ap.* 21, 1-2; etc.).

A presença de Jesus em Caná manifesta, além disso, o projecto salvífico de Deus a respeito do matrimónio. Nessa perspectiva, a falta de vinho pode ser interpretada como alusiva à falta de amor, que infelizmente, não raro, ameaça a união esponsal. Maria pede a Jesus que intervenha em favor de todos os esposos, que só um amor fundado em Deus pode libertar dos perigos da infidelidade, da incompreensão e das divisões. A graça do Sacramento oferece aos esposos esta força superior de amor, que pode corroborar o empenho da fidelidade também nas circunstâncias difíceis.

Segundo a interpretação dos autores cristãos, o milagre de Caná contém, além disso, um profundo significado eucarístico. Realizando-o na proximidade da solenidade da Páscoa judaica (cf. *Jo.* 2, 13), Jesus manifesta, como na multiplicação dos pães (cf. *Jo.* 6, 4), a intenção de preparar o verdadeiro banquete pascal, a Eucaristia. Esse desejo, nas bodas de Caná, parece sublinhado ainda mais pela presença do vinho, que alude ao sangue da Nova Aliança, e pelo contexto de um banquete.

Desse modo Maria, depois de ter estado na origem da presença de Jesus na festa, obtém o milagre do vinho novo, que prefigura a Eucaristia, sinal supremo da presença do seu Filho ressuscitado entre os discípulos.

4. No final da narração do primeiro milagre de Jesus, que se tornou possível pela fé sólida da Mãe do Senhor no seu divino Filho, o evangelista João conclui: «Os Seus discípulos acreditaram n'Ele» (2, 11). Em Caná Maria inicia o caminho da fé da Igreja, precedendo os discípulos e orientando para Cristo a atenção dos servos.

A sua perseverante intercessão encoraja, além disso, aqueles que às vezes se encontram diante da experiência do «silêncio de Deus». Eles são convidados a esperar para além de toda a esperança, confiando sempre na bondade do Senhor.

46 - A participação de Maria na vida pública do Filho

(Quarta-feira, 12 de Março de 1997)

1. O Concílio Vaticano II, depois de ter recordado a intervenção de Maria nas bodas de Caná, sublinha a sua participação na vida pública de Jesus: «Durante a pregação de Seu Filho, acolheu as palavras com que Ele, pondo o reino acima de todas as relações de parentesco, proclamou bem-aventurados todos os que ouvem a palavra de Deus e a põem em prática (cf. *Mc.* 3, 35 par.; *Lc.* 11, 27-28), coisa que fazia fielmente (cf. *Lc.* 2, 19 e 51)» ([*LG*](#), 58).

O início da missão de Jesus assinalou também a Sua separação da Mãe, a qual nem sempre seguiu o Filho durante o Seu peregrinar pelas estradas da Palestina. Jesus escolheu deliberadamente a separação da Mãe e dos afectos familiares, como se deduz das condições que põe aos Seus discípulos para O seguirem e se dedicarem ao anúncio do Reino de Deus.

Não obstante isto, Maria escutou às vezes a pregação do Filho. Pode-se supor que ela estivesse presente na Sinagoga de Nazaré, quando Jesus, depois de ter lido a profecia de Isaías, comentou o seu texto, aplicando a Si mesmo o conteúdo (cf. *Lc.* 4, 18-30). Quanto deve ter sofrido nessa ocasião, depois de ter compartilhado a admiração geral pelas «palavras repletas de

graça que saíam da Sua boca» (*Lc. 4, 22*), ao constatar a dura hostilidade dos concidadãos que expulsaram Jesus da Sinagoga e até tentaram matá-l'O! Das palavras do evangelista Lucas emerge a dramaticidade daquele momento: «E, erguendo-se, lançaram- n'O fora da cidade e levaram-n'O ao cimo do monte sobre o qual a cidade estava edificada, a fim de O precipitar dali. Mas, passando por meio deles, Jesus seguiu o Seu caminho» (*4, 29-30*).

Depois daquele evento, Maria, intuindo que haveria outras provações, confirmou e aprofundou a sua total adesão à Vontade do Pai, oferecendo-Lhe o seu sofrimento de mãe e a sua solidão.

2. Segundo os Evangelhos, Maria teve oportunidade de escutar o seu Filho também noutras circunstâncias. Antes de tudo em Cafarnaum, para onde Jesus Se dirige depois das bodas de Caná, «com a mãe, os irmãos e os discípulos» (*Jo. 2, 12*). Além disso, é provável que O tenha podido seguir também em Jerusalém, por ocasião da Páscoa, no Templo, que Jesus qualifica como casa de Seu Pai, pela qual Ele arde de zelo (cf. *Jo. 2, 16-17*). Ela, depois, encontra-se entre a multidão, no momento em que, não conseguindo aproximar-se de Jesus, O ouve responder a quem Lhe anuncia a presença sua e dos parentes: «Minha mãe e Meus irmãos são aqueles que ouvem a palavra de Deus e a põem em prática» (*Lc. 8, 21*).

Com essa expressão Cristo, embora relativizando os laços familiares, dirige um grande elogio à Mãe, afirmando um vínculo muito mais alto com Ela. Maria, com efeito, pondo-se à escuta do Filho, acolhe todas as Suas palavras e põe-nas fielmente em prática.

Pode-se pensar que Maria, embora não seguindo Jesus no Seu caminho missionário, se tenha informado sobre o desenvolvimento da actividade apostólica do Filho, acolhendo com amor e emoção as notícias sobre a Sua pregação, através daqueles que se tinham encontrado com Ele.

A separação não significava afastamento do coração, bem como não impedia à mãe seguir espiritualmente o Filho, conservando e meditando o Seu ensinamento, como já tinha feito na vida oculta de Nazaré. A sua fé, de facto, permitia-lhe acolher o significado das palavras de Jesus, antes e melhor do que os Seus discípulos, que muitas vezes não compreendiam os

Seus ensinamentos e, de modo especial, as referências à futura Paixão (cf. *Mt.* 16, 21-23; *Mc.* 9, 32; *Lc.* 9, 45).

3. Maria, seguindo de longe as vicissitudes do Filho, participa no Seu drama de Se sentir rejeitado por uma parte do povo eleito. Tendo-Se manifestado desde a Sua visita a Nazaré, essa rejeição torna-se cada vez mais visível nas palavras e nas atitudes dos chefes do povo.

Deste modo, a Virgem pôde muitas vezes conhecer as críticas, insultos e ameaças dirigidos a Jesus. Também em Nazaré, várias vezes foi ferida pela incredulidade de parentes e conhecidos, que tentavam instrumentalizar Jesus (cf. *Jo.* 7, 2-5) ou interromper a Sua missão (cf. *Mc.* 3, 21).

Através destes sofrimentos suportados com grande dignidade e de forma oculta, Maria compartilha o itinerário de Seu Filho «a Jerusalém» (*Lc.* 9, 51) e, cada vez mais unida a Ele na fé, na esperança e no amor, coopera na salvação.

4. A Virgem torna-se, assim, um exemplo para aqueles que acolhem a palavra de Cristo. Crendo desde a Anunciação na mensagem divina e aderindo plenamente à Pessoa do Filho, Ela ensina-nos a pormo-nos em escuta confiante do Salvador, para descobrirmos n'Ele a Palavra divina que transforma e renova a nossa vida. A sua experiência encoraja-nos, além disso, a aceitar as provas e os sofrimentos que derivam da fidelidade a Cristo, tendo o olhar fixo na bem-aventurança prometida por Jesus àqueles que escutam e guardam a Sua Palavra.

47 - São José ajude a «dar uma alma ao mundo do trabalho»

(Quarta-feira, 19 de Março de 1997)

1. A solenidade hodierna convida-nos a contemplar a particular experiência de fé de São José, ao lado de Maria e de Jesus.

A Igreja propõe José à veneração dos fiéis como o crente plenamente disponível à vontade divina, como o homem capaz de um amor casto e sublime para com a sua esposa, Maria, e como o educador pronto a servir no menino Jesus o misterioso projecto de Deus.

A tradição, em particular, viu nele o trabalhador. «Não é Ele o filho do carpinteiro?» (Mt. 13, 55), exclamam os habitantes de Nazaré diante dos prodígios operados por Jesus. Para eles, ele é sobretudo o carpinteiro da localidade, aquele que no trabalho se exprime a si mesmo, realizando-se diante de Deus no serviço aos irmãos. Também a comunidade cristã tem considerado exemplar a vicissitude de São José para todos aqueles que estão empenhados no vasto e complexo mundo do trabalho. Precisamente por isto a Igreja quis confiar à sua protecção celeste os trabalhadores, proclamando-o padroeiro deles.

2. A Igreja dirige-se ao mundo do trabalho contemplando a oficina de Nazaré, santificada pela presença de Jesus e de José. Ela quer *promover a dignidade do homem* perante as interrogações e os problemas, os temores e as esperanças conexos com a actividade de trabalho, dimensão fundamental da existência humana. Ela sabe que a sua tarefa é «fazer com que estejam sempre presentes a dignidade e os direitos dos homens do trabalho, estigmatizar as situações em que são violados e contribuir para orientar as mudanças que se verifiquem, para que se torne realidade um progresso autêntico do homem e da sociedade» ([*Laborem exercens*](#), 1)

Perante as insídias presentes em certas manifestações da cultura e da economia do nosso tempo, a Igreja não cessa de anunciar a grandeza do homem, imagem de Deus, e o seu primado na criação. Realiza essa missão principalmente através da doutrina social que, «por si mesma, tem o valor de um instrumento de evangelização»; é de facto doutrina que «anuncia Deus e o mistério de salvação (em Cristo) a cada homem e, pela mesma razão, revela o homem a si mesmo. A esta luz ocupa-se dos direitos humanos» ([*Centesimus annus*](#), 54).

A Igreja recorda a quantos tentam afirmar o predomínio da técnica, reduzindo o homem a «mercadoria» ou instrumento de produção, que «o sujeito próprio do trabalho permanece o homem», pois no plano divino «o trabalho é “para o homem”, e não o homem “para o trabalho”» ([*Laborem exercens*](#), 5-6).

Pelo mesmo motivo, ela contrasta com as pretensões do capitalismo, proclamando «o princípio da prioridade do trabalho em relação ao capital», pois a actividade humana é «sempre uma causa eficiente primária, enquanto

que o capital, sendo o conjunto dos meios de produção, permanece apenas um instrumento, ou causa instrumental» do processo de produção (*Ibid.*, 12).

3. Estes princípios, enquanto reafirmam a condenação para qualquer forma de alienação na actividade humana, resultam particularmente actuais diante do grave problema do desemprego, que hoje atinge milhões de pessoas. Eles revelam no direito ao trabalho a moderna garantia da dignidade do homem que, sem um trabalho digno, é privado das condições suficientes para o desenvolvimento adequado da sua dimensão pessoal e social. O desemprego, com efeito, cria em quem dele é vítima uma grave situação de marginalização e um penoso estado de humilhação.

O direito ao trabalho deve, portanto, conjugar-se com o direito à liberdade de escolha da própria actividade. Estas prerrogativas, contudo, não devem ser entendidas em sentido individualista, mas em referência à vocação ao serviço e à colaboração com os outros. A liberdade não se exerce moralmente sem considerar a relação e a reciprocidade com outras liberdades. Estas devem ser entendidas não tanto como limite, mas como condições do desenvolvimento da liberdade individual, e como exercício do dever de contribuir para o crescimento de toda a sociedade.

Por conseguinte, o trabalho é um direito, antes de tudo porque é um dever, que nasce das relações sociais do homem. Ele exprime a vocação do homem ao serviço e à solidariedade.

4. A figura de São José evoca a urgente necessidade de dar uma alma ao mundo do trabalho. A sua vida, marcada pela escuta de Deus e pela familiaridade com Cristo, apresenta-se como síntese harmoniosa de fé e de vida, de auto-realização pessoal e de amor pelos irmãos, de empenho quotidiano e de confiança no futuro.

O seu testemunho recorda a quantos trabalham que, só acolhendo a primazia de Deus e a luz que provém da cruz e da ressurreição de Cristo, eles poderão realizar as condições de um trabalho digno do homem e encontrar na fadiga quotidiana «um vislumbre da vida nova, do novo bem, um como que anúncio dos “céus novos e da nova terra”, os quais

precisamente mediante a fadiga do trabalho são participados pelo homem e pelo mundo » (*Ibid.*, 27).

48 - Junto da Cruz, Maria é partícipe no drama da Redenção

(Quarta-feira, 2 de Abril de 1997)

1. *Regina caeli laetare, alleluia!*

Assim canta a Igreja neste tempo de Páscoa, convidando os fiéis a unirem-se ao júbilo espiritual de Maria, Mãe do Ressuscitado. A alegria da Virgem pela ressurreição de Cristo é ainda maior se se considera a sua íntima participação na vida inteira de Jesus

Maria, aceitando com plena disponibilidade a palavra do anjo Gabriel, que lhe anunciava que se tornaria a Mãe do Messias, iniciava a sua participação no drama da redenção. O seu envolvimento no sacrifício do Filho, revelado por Simeão durante a apresentação no Templo, continua não só no episódio da perda e do reencontro de Jesus aos doze anos, mas também durante toda a Sua vida pública.

Todavia, a associação da Virgem à missão de Cristo atinge o ápice em Jerusalém, no momento da paixão e morte do Redentor. Como atesta o quarto Evangelho, Ela naqueles dias encontra-se na Cidade Santa, provavelmente para a celebração da Páscoa hebraica.

2. O Concílio põe em relevo a dimensão profunda da presença da Virgem no Calvário, recordando que Ela «manteve fielmente a união com o seu Filho até à cruz» ([*Lumen gentium*](#), 58), e afirma que essa união «na obra da salvação se manifesta desde a concepção virginal de Cristo até à Sua morte» (*ibid.*, 57).

Com o olhar iluminado pelo fulgor da ressurreição, detenhamo-nos a considerar a adesão da Mãe à paixão redentora do Filho, que se realiza mediante a participação no Seu sofrimento. Voltemos de novo, mas já na perspectiva da ressurreição, aos pés da cruz, onde a Mãe «padecendo acerbamente com o seu Filho único, e associando-se com coração de mãe

ao Seu sacrifício, consentiu com amor na imolação da vítima que d'Ela nasceria» (*ibid.*, 58).

Com estas palavras o Concílio recorda-nos a «compaixão de Maria», em cujo coração se repercute tudo aquilo que Jesus sofre na alma e no corpo, sublinhando a sua vontade de participar no sacrifício redentor e de unir o próprio sofrimento materno à oferenda sacerdotal do Filho.

Além disso, no texto conciliar é posto em evidência que o consentimento por Ela dado à imolação de Jesus não constitui uma aceitação passiva, mas um autêntico acto de amor, com o qual Ela oferece o seu Filho como «vítima» de expiação pelos pecados da humanidade inteira.

A *Lumen gentium* põe, por fim, a Virgem em sintonia com Cristo, protagonista do evento redentor, especificando que ao associar-se «ao Seu sacrifício», Ela permanece subordinada ao seu divino Filho.

3. No quarto Evangelho, São João refere que «junto da cruz de Jesus estavam Sua mãe, a irmã de Sua mãe, Maria, mulher de Cléofas, e Maria de Magdala» (19, 25). Com o verbo «estar», que literalmente significa «estar em pé», «estar erecta», o Evangelista pretende talvez apresentar a dignidade e a fortaleza manifestadas no sofrimento por Maria e pelas outras mulheres.

Em particular, o «estar em pé» da Virgem junto da cruz recorda a sua firmeza inquebrantável e a coragem extraordinária ao enfrentar os sofrimentos. No drama do Calvário, Maria é sustentada pela fé, que se revigorou no decurso dos eventos da sua existência e, sobretudo, durante a vida pública de Jesus. O Concílio recorda que «assim avançou a Virgem pelo caminho da fé, mantendo fielmente a união com o seu Filho até à cruz» ([*Lumen gentium*](#), 58).

Aos insolentes insultos dirigidos ao Messias crucificado, Ela, compartilhando as Suas íntimas disposições, opõe a indulgência e o perdão, associando-se à súplica ao Pai: «Perdoa-lhes, ó Pai, porque não sabem o que fazem» (Lc. 23, 34). Partícipe no sentimento de abandono à vontade do Pai, expresso pelas últimas palavras de Jesus na cruz: «Pai, nas Tuas mãos entrego o Meu espírito» (*ibid.*, 23, 46), Ela oferece desse modo, como

observa o Concílio, um consentimento de amor «à imolação da vítima que d'Ela nascera» ([*Lumen gentium*](#) , 58).

4. Neste supremo «sim» de Maria resplandece a esperança confiante no misterioso futuro, iniciado com a morte do Filho crucificado. As expressões com que Jesus, no caminho rumo a Jerusalém, ensinava aos discípulos «que o Filho do Homem tinha de sofrer muito e ser rejeitado pelos anciãos, pelos príncipes dos sacerdotes e pelos escribas, e ser morto, e ressuscitar depois de três dias» (Mc. 8, 31), ressoam-lhe no coração na hora dramática do Calvário, suscitando a expectativa e o desejo da ressurreição.

A esperança de Maria aos pés da cruz encerra uma luz mais forte do que a obscuridade que reina em muitos corações: diante do Sacrifício redentor, nasce em Maria a esperança da Igreja e da humanidade.

49 - Maria, singular cooperadora da Redenção

(Quarta-feira, 9 de Abril de 1997)

1. «No decurso dos séculos a Igreja reflectiu sobre a cooperação de Maria na obra da salvação, aprofundando a análise da sua associação ao sacrifício redentor de Cristo. Já Santo Agostinho atribui à Virgem a qualificação de «cooperadora» da Redenção (cf. *De Sancta Virginitate*, 6; *PL* 40, 399), título que põe em relevo a acção conjunta e subordinada de Maria a Cristo Redentor.

Neste sentido se desenvolveu a reflexão, sobretudo a partir do século XV. Temeu-se que se quisesse pôr Maria no mesmo plano de Cristo. Na realidade, o ensinamento da Igreja sublinha com clareza a diferença entre a Mãe e o Filho na obra da salvação, ilustrando a subordinação da Virgem, enquanto cooperadora, ao único Redentor.

De resto, o apóstolo Paulo, quando afirma: «Somos cooperadores de Deus» (1 Cor. 3, 9), sustenta a efectiva possibilidade para o homem de cooperar com Deus. A colaboração dos crentes que, obviamente, exclui qualquer igualdade com Ele, exprime-se no anúncio do Evangelho e no contributo pessoal ao seu enraizamento no coração dos seres humanos.

2. Aplicado a Maria, o termo «cooperadora» assume, porém, um significado específico. A colaboração dos cristãos na salvação actua-se depois do evento do Calvário, cujos frutos eles se empenham em difundir mediante a oração e o sacrifício. O concurso de Maria, ao contrário, actuou-se durante o evento mesmo e a título de mãe; estende-se, portanto, à totalidade da obra salvífica de Cristo. Somente Ela esteve associada deste modo à oferta redentora, que mereceu a salvação de todos os homens. Em união com Cristo e submetida a Ele, colaborou para obter a graça da salvação à humanidade inteira.

O particular papel de cooperadora, desempenhado pela Virgem, tem como fundamento a sua maternidade divina. Dando à luz Aquele que estava destinado a realizar a redenção do homem, nutrindo-O, apresentando-O no templo, sofrendo com Ele que morria na Cruz, «cooperou de modo singular na obra do Salvador» ([LG](#), 61). Embora a chamada de Deus a colaborar na obra da salvação se refira a cada ser humano, a participação da Mãe do Salvador na Redenção da humanidade representa um facto único e irrepetível.

Não obstante a singularidade dessa condição, também Maria é destinatária da salvação. É a primeira remida e resgatada por Cristo, «da maneira mais sublime» na sua imaculada concepção (cf. Bula «*Ineffabilis Deus*», em Pio IX, *Acta I*, 605) e colmada pela graça do Espírito Santo.

3. Esta afirmação leva-nos a perguntar-nos: qual é o significado desta singular cooperação de Maria no plano da salvação? Há que procurá-lo numa particular intenção de Deus em relação à Mãe do Redentor, a qual em duas ocasiões solenes, isto é, em Caná e junto da Cruz, é chamada por Jesus com o título de «*Mulher*» (cf. *Jo.* 2, 4; 19, 26). Maria, enquanto mulher, é associada à obra salvífica. Tendo criado o homem «varão e mulher» (cf. *Gn.* 1, 27), o Senhor quer, também na Redenção, pôr ao lado do Novo Adão a Nova Eva. O casal dos progenitores empreendera a via do pecado; um novo casal, o Filho de Deus com a colaboração da Mãe, haveria de restabelecer o género humano na sua dignidade originária.

Maria, Nova Eva, torna-se assim ícone perfeito da Igreja. Ela, no desígnio divino, representa aos pés da Cruz a humanidade remida que, necessitada de

salvação, torna-se capaz de oferecer um contributo ao desenvolvimento da obra salvífica.

4. O Concílio tem bem presente esta doutrina e fá-la própria, ressaltando o contributo da Virgem Santíssima não só no nascimento do Redentor, mas também na vida do seu Corpo místico, ao longo dos séculos e até ao «*eschaton*»: na Igreja Maria «cooperou» e «coopera» (cf. [LG](#), 53 e 63) na obra da salvação. Ao ilustrar o mistério da Anunciação, o Concílio declara que a Virgem de Nazaré «abraçou de todo o coração o desígnio salvífico de Deus, se consagrou totalmente, como escrava do Senhor, à pessoa e à obra do seu Filho, subordinada a Ele e juntamente com Ele, servindo pela graça de Deus onipotente o mistério da Redenção» ([LG](#), 56).

O Vaticano II, além disso, apresenta Maria não só como a «mãe do Redentor», mas como «companheira generosa deveras excepcional», que coopera «de modo singular, com a sua obediência, fé, esperança e ardente caridade, na obra do Salvador». Recorda, além disso, que o fruto sublime desta cooperação é a maternidade universal: «É, por esta razão, nossa mãe na ordem da graça» ([LG](#), 61).

À Virgem Santa podemos, então, dirigir-nos com confiança, implorando-lhe o auxílio, na consciência do papel singular a Ela confiado por Deus, o papel de cooperadora da Redenção, por Ela exercido durante toda a vida e, de modo particular, aos pés da Cruz.

50 - «Mulher, eis aí o teu filho!»

(Quarta-feira, 23 de Abril de 1997)

1. Depois de ter recordado a presença de Maria e das outras mulheres junto da cruz do Senhor, São João refere: «Ao ver Sua mãe e junto dela o discípulo que Ele amava, Jesus disse à Sua mãe: “Mulher, eis aí o teu filho”. Depois disse ao discípulo: “Eis aí a tua mãe”» (*Jo.* 19, 26-27).

Estas palavras, particularmente comoventes, constituem uma «cena de revelação»: revelam os profundos sentimentos de Cristo moribundo e encerram uma grande riqueza de significados para a fé e espiritualidade cristã. Com efeito, ao dirigir-Se, no fim da Sua vida terrena, à Mãe e ao

discípulo que Ele amava, o Messias crucificado estabelece novas relações de amor entre Maria e os cristãos.

Interpretadas às vezes unicamente como manifestação da piedade filial de Jesus para com a Mãe, confiada para o futuro ao discípulo predilecto, essas expressões vão muito além da necessidade contingente de resolver um problema familiar. De facto, a consideração atenta do texto, confirmada pela interpretação de muitos Padres e pelo comum sentir eclesial, põe-nos diante, na dúplici entrega de Jesus, de um dos factos mais relevantes para compreender o papel da Virgem na economia da salvação.

As palavras de Jesus moribundo, na realidade, revelam que o Seu primeiro intento não é o de confiar a Mãe a João, mas de entregar o discípulo a Maria, atribuindo-lhe uma nova missão materna. O apelativo «mulher», além disso, usado por Jesus também nas bodas de Caná para conduzir Maria a uma nova dimensão do seu ser Mãe, mostra que as palavras do Salvador não são fruto de um simples sentimento de afecto filial, mas têm em vista pôr-se num plano mais elevado.

2. A morte de Jesus, embora tenha causado o máximo sofrimento a Maria, não muda por si mesma as suas habituais condições de vida: com efeito, abandonando Nazaré para iniciar a Sua vida pública, Jesus tinha já deixado sozinha a Mãe. Além disso, a presença junto da cruz da sua parente, Maria de Cléofas, permite supor que a Virgem tivesse boas relações com a família e os parentes, junto dos quais poderia encontrar acolhimento depois da morte do Filho.

As palavras de Jesus, ao contrário, assumem o seu mais autêntico significado no interior da Sua missão salvífica. Pronunciadas no momento do sacrifício redentor, elas haurem precisamente desta circunstância sublime o seu valor mais alto. O Evangelista, com efeito, depois das expressões de Jesus à Mãe, refere um significado incisivo: «Jesus, sabendo que tudo estava consumado...» (Jo. 19, 28), quase a querer ressaltar que Ele levou a termo o Seu sacrifício com a entrega da Mãe a João e, nele, a todos os homens, dos quais ela se torna Mãe na obra da salvação.

3. A realidade posta em acto pelas palavras de Jesus, isto é, a nova maternidade de Maria em relação ao Discípulo, constitui um ulterior sinal

do grande amor, que levou Jesus a oferecer a vida por todos os homens. No Calvário esse amor manifesta-se ao dar uma mãe, a Sua, que se torna assim também a nossa mãe. É preciso recordar que, segundo a tradição, João é aquele que, de facto, a Virgem reconheceu como o seu filho; mas esse privilégio foi interpretado pelo povo cristão, desde o início, como sinal duma geração espiritual que se refere à humanidade inteira.

A maternidade universal de Maria, a «Mulher» das bodas de Caná e do Calvário, recorda Eva, «mãe de todos os viventes» (Gn. 3, 20). Contudo, enquanto esta contribuíra para a entrada do pecado no mundo, a nova Eva, Maria, coopera para o evento salvífico da Redenção. Assim na Virgem, a figura da «mulher» é reabilitada e a maternidade assume a tarefa de difundir entre os homens a vida nova em Cristo.

Em vista dessa missão, à Mãe é pedido o sacrifício, para Ela muito doloroso, de aceitar a morte do seu Unigénito. A expressão de Jesus: «Mulher, eis aí o teu filho», permite a Maria intuir a nova relação materna que prolongaria e ampliaria a precedente. O seu «sim» a esse projecto constitui, portanto, um assentimento ao sacrifício de Cristo, que Ela aceita generosamente na adesão à vontade divina. Ainda que no desígnio de Deus a maternidade de Maria se destinasse, desde o início, a estender-se à humanidade inteira, só no Calvário, em virtude do sacrifício de Cristo, ela se manifesta na sua dimensão universal.

As palavras de Jesus: «Eis aí o teu filho», realizam aquilo que exprimem, constituindo Maria mãe de João e de todos os discípulos destinados a receber o dom da Graça divina.

4. Na Cruz Jesus não proclamou de modo formal a maternidade universal de Maria, mas instaurou uma concreta relação materna entre Ela e o discípulo predilecto. Nesta escolha do Senhor pode-se divisar a preocupação de que essa maternidade não seja interpretada em sentido vago, mas indique a intensa e pessoal relação de Maria com cada um dos cristãos.

Possa cada um de nós, precisamente devido a esta concretitude da maternidade universal de Maria, reconhecer plenamente n'Ela a própria Mãe, entregando-se com confiança ao seu amor materno.

(Quarta-feira, 7 de Maio de 1997)

1. Depois de ter confiado João a Maria com as palavras: «Mulher, eis aí o teu filho!», Jesus, do alto da cruz, dirige-se ao discípulo predilecto, dizendo-lhe: «Eis aí a tua mãe!» (*Jo. 19, 26-27*). Com esta expressão, Ele revela a Maria o vértice da sua maternidade: enquanto mãe do Salvador, Ela é a mãe também dos remidos, de todos os membros do Corpo Místico do Filho.

A Virgem acolhe no silêncio a elevação a este máximo grau da sua maternidade de graça, tendo já dado uma resposta de fé com o seu «sim» na Anunciação.

Jesus não só recomenda a João que cuide de Maria com particular amor, mas confia-lhe para que a reconheça como a própria mãe.

Durante a última Ceia, «o discípulo a quem Jesus amava» escutou o mandamento do Mestre: «Que vos ameis uns aos outros, como Eu vos amei» (*Jo. 15, 12*) e, reclinando a cabeça no peito do Senhor, recebeu d'Ele um singular sinal de amor. Essas experiências prepararam-no para perceber melhor, nas palavras de Jesus, o convite a acolher Aquela que lhe é dada como mãe e a amá-la como Ele com ardor filial.

Oxalá todos descubram nas palavras de Jesus: «Eis aí a tua mãe!», o convite a aceitar Maria como mãe, respondendo como verdadeiros filhos ao seu amor materno.

2. À luz dessa entrega ao discípulo predilecto, pode-se compreender o sentido autêntico do culto mariano na comunidade eclesial. Este, de facto, põe os cristãos na relação filial de Jesus com a Sua mãe, colocando-os na condição de crescerem na intimidade com ambos.

O culto que a Igreja presta à Virgem não é apenas fruto duma iniciativa espontânea dos crentes, diante do valor excepcional da sua pessoa e da importância do seu papel na obra da salvação, mas baseia-se na vontade de Cristo.

As palavras «Eis aí a tua mãe!» exprimem a intenção de Jesus de suscitar nos discípulos uma atitude de amor e confiança para com Maria, conduzindo-os a reconhecer n'Elas a própria mãe, a mãe de todos os crentes.

Na escola da Virgem os discípulos aprendem, como João, a conhecer profundamente o Senhor e a realizar uma íntima e perseverante relação de amor com Ele. Descubram, além disso, a alegria de se confiarem ao amor materno da Mãe, vivendo como filhos afectuosos e dóceis.

A história da piedade cristã ensina que Maria é a via que leva a Cristo, e que a devoção filial para com Ela nada tira à intimidade com Jesus, antes, a aumenta e a conduz a altíssimos níveis de perfeição.

Os inúmeros santuários marianos espalhados pelo mundo estão a testemunhar as maravilhas operadas pela Graça, por intercessão de Maria, mãe do Senhor e nossa mãe.

Recorrendo a Ela, atraídos pela sua ternura, também os homens e as mulheres do nosso tempo encontram Jesus, Salvador e Senhor da vida deles.

Sobretudo os pobres, provados no íntimo, nos afectos e nos bens, ao encontrarem refúgio e paz junto da Mãe de Deus, redescobrem que a verdadeira riqueza consiste para todos na graça da conversão e do seguimento de Cristo.

3. O texto evangélico, segundo o original grego, prossegue: «Desde aquela hora, o discípulo acolheu-a entre os seus bens» (*Jo. 19, 27*) pondo, assim, em realce a pronta e generosa adesão de João às palavras de Jesus e informando-nos acerca do comportamento, por ele mantido durante a vida toda, como fiel guardião e dócil filho da Virgem.

A hora do acolhimento é a da realização da obra de salvação. Precisamente nesse contexto, têm início a maternidade espiritual de Maria e a primeira manifestação do novo vínculo entre Ela e os discípulos do Senhor.

João acolheu a Mãe «entre os seus bens». Esta expressão bastante genérica parece evidenciar a sua iniciativa, cheia de respeito e de amor, não só de

hospedar Maria em sua casa, mas sobretudo de viver a vida espiritual em comunhão com Ela.

Com efeito, a expressão grega, literalmente traduzida «entre os seus bens», não indica tanto os bens materiais pois João — como observa Santo Agostinho (In *Ioan. Evang. tract.* 119, 3) — «não possuía nada», quanto os bens espirituais ou dons recebidos de Cristo: a graça (*Jo.* 1, 16), a Palavra (*Jo.* 12, 48; 17, 8) o Espírito (*Jo.* 7, 39; 14, 17), a Eucaristia (*Jo.* 6, 32-58) ... Entre estes dons, que lhe derivam do facto de ser amado por Jesus, o discípulo acolhe Maria como mãe, estabelecendo com Ela uma profunda comunhão de vida (cf. *Rm.* 45, nota 130).

Possa cada cristão, a exemplo do discípulo predilecto, «receber Maria em sua casa», dar-lhe espaço na própria existência quotidiana, reconhecendo o seu papel providencial no caminho da salvação.

52 - Maria e a ressurreição de Cristo

(Quarta-feira, 21 de Maio de 1997)

1. Depois da deposição de Jesus no sepulcro, Maria «é a única que permanece a ter viva a chama da fé, preparando-se para acolher o anúncio jubiloso e surpreendente da ressurreição» (Alocução da Audiência geral, *L'Osserv. Rom.* ed. port., 6/4/96, pág. 12). A espera vivida no Sábado Santo constitui um dos momentos mais altos da fé da Mãe do Senhor: na obscuridade que envolve o universo, Ela entrega-se plenamente ao Deus da vida e, recordando as palavras do Filho, espera a realização plena das promessas divinas.

Os Evangelhos narram diversas aparições do Ressuscitado, mas não o encontro de Jesus com a sua Mãe. Este silêncio não deve levar a concluir que, depois da Ressurreição, Cristo não tenha aparecido a Maria; convidamos, ao contrário, a procurar os motivos dessa escolha por parte dos evangelistas.

Supondo uma «omissão», ela poderia ser atribuída ao facto que tudo o que é necessário para o nosso conhecimento salvífico é confiado à palavra de «testemunhas anteriormente designadas por Deus» (*Act.* 10, 41), isto é, aos

Apóstolos que «com grande poder» deram testemunho da ressurreição do Senhor Jesus (cf. *Act.* 4, 33). Antes que a eles, o Ressuscitado apareceu a algumas mulheres fiéis, por causa da sua função eclesial: «Ide dizer a Meus irmãos que partam para a Galileia, e lá Me verão» (*Mt.* 28, 10).

Se os autores do Novo Testamento não falam do encontro da Mãe com o Filho ressuscitado, isto talvez seja atribuível ao facto que semelhante testemunho poderia ser considerado, por parte daqueles que negavam a ressurreição do Senhor, não imparcial, e portanto não digno de fé.

2. Os Evangelhos, além disso, referem um pequeno número de aparições de Jesus ressuscitado, e não certamente o relatório completo de quanto aconteceu nos quarenta dias após a Páscoa. São Paulo recorda uma aparição «a mais de quinhentos irmãos, de uma só vez» (*1 Cor.* 15, 6). Como justificar que um facto conhecido por muitos não seja referido pelos Evangelistas, apesar do seu carácter excepcional? É sinal evidente de que outras aparições do Ressuscitado, embora estivessem no elenco dos notórios factos ocorridos, não tenham sido mencionadas.

Como poderia a Virgem, presente na primeira comunidade dos discípulos (cf. *Act.* 1, 14), ter sido excluída do número daqueles que se encontraram com o seu divino Filho, ressuscitado dos mortos?

3. É antes legítimo pensar que, de modo semelhante, a Mãe tenha sido a primeira pessoa a quem Jesus ressuscitado apareceu. A ausência de Maria do grupo das mulheres que ao alvorecer se dirige ao sepulcro (cf. *Mc.* 16, 1; *Mt.* 28, 1), não poderia talvez constituir um indício do facto de Ela já se ter encontrado com Jesus? Esta dedução encontraria confirmação no dado que as primeiras testemunhas da ressurreição, por vontade de Jesus, foram as mulheres, que tinham permanecido fiéis ao pé da Cruz, e portanto mais firmes na fé.

Com efeito, a uma delas, Maria de Magdala, o Ressuscitado confia a mensagem a ser transmitida aos Apóstolos (cf. *Jo.* 20, 17-18). Também este elemento consente talvez pensar em Jesus que aparece em primeiro lugar à sua Mãe, Aquela que permaneceu a mais fiel e, na prova, conservou íntegra a fé

Por fim, o carácter único e especial da presença da Virgem no Calvário e a sua perfeita união com o Filho no sofrimento da Cruz, parecem postular uma sua particularíssima participação no mistério da ressurreição.

Um autor do século quinto, Sedúlio, afirma que Cristo Se mostrou no esplendor da vida ressuscitada, antes de tudo, à própria Mãe. Com efeito, Aquela que na Anunciação tinha sido a via do Seu ingresso no mundo, era chamada a difundir a maravilhosa notícia da ressurreição, para se fazer anunciadora da Sua vinda gloriosa. Inundada assim pela glória do Ressuscitado, Ela antecipa o «resplendor» da Igreja (cf. Sedúlio, *Carmen Pascale*, 5, 357-364, *CSEL* 10, 140 s.).

4. Sendo imagem e modelo da Igreja, que espera o Ressuscitado e que no grupo dos discípulos O encontra durante as aparições pascais, parece razoável pensar que Maria tenha tido um contacto pessoal com o Filho ressuscitado, para gozar também ela da plenitude da alegria pascal.

Presente no Calvário durante a Sexta-Feira Santa (cf. *Jo.* 19, 25) e no Cenáculo, no Pentecostes (cf. *Act.* 1, 14), a Virgem Santíssima foi provavelmente testemunha privilegiada da ressurreição de Cristo, completando desse modo a sua participação em todos os momentos essenciais do Mistério pascal. Acolhendo Jesus ressuscitado, Maria é além disso sinal e antecipação da humanidade, que espera obter a sua plena realização mediante a ressurreição dentre os mortos. No tempo pascal a comunidade cristã, ao dirigir-se à Mãe do Senhor, convida-a a alegrar-se: «*Regina caeli, laetare. Alleluja!*», «Rainha do céu, alegra-te. Aleluia!». Recorda assim a alegria de Maria pela ressurreição de Jesus, prolongando no tempo o «alegra-te» que lhe fora dirigido pelo Anjo na anunciação, para que se tornasse «causa de júbilo» para a humanidade inteira.

(Quarta-feira, 28 de Maio de 1997)

1. Percorrendo o itinerário da vida da Virgem Maria, o Concílio Vaticano II recorda a sua presença na comunidade que espera o Pentecostes: «Tendo sido do agrado de Deus não manifestar solenemente o mistério da salvação humana antes que viesse o Espírito prometido por Cristo, vemos que, antes do dia de Pentecostes, os Apóstolos “perseveravam unanimemente em oração, com as mulheres, Maria Mãe de Jesus e Seus irmãos” (*Act* 1, 14), implorando Maria, com as suas orações, o dom daquele Espírito, que já sobre si descera na anunciação» (*LG*, 59). A primeira comunidade constitui o prelúdio do nascimento da Igreja; a presença da Virgem contribui para lhe delinear o rosto definitivo, fruto do dom do Pentecostes.

2. No clima de espera, predominante no Cenáculo após a Ascensão, qual é a posição de Maria em relação à descida do Espírito Santo?

O Concílio sublinha expressamente a sua presença orante em vista da efusão do Paráclito: Ela implora «com as suas orações o dom do Espírito». Esta observação resulta particularmente significativa, a partir do momento que na Anunciação o Espírito Santo já havia descido sobre ela, recobrando-a com a «sua sombra» e dando origem à Encarnação do Verbo. Tendo já feito uma experiência muito singular acerca da eficácia desse dom, a Virgem Santíssima estava na condição de o poder apreciar mais do que qualquer outro; com efeito, à intervenção misteriosa do Espírito Ela devia a sua maternidade, que fazia dela a via de ingresso do Salvador no mundo. Diversamente daqueles que estavam presentes no Cenáculo em trépida espera, Ela, plenamente consciente da importância da promessa do seu Filho aos discípulos (cf. *Jo* 14, 16), ajudava a comunidade a dispor-se bem para a vinda do «Paráclito». A sua singular experiência, então, enquanto a fazia desejar ardentemente a vinda do Espírito, empenhava-a também em predispor mentes e corações daqueles que estavam ao seu lado.

3. Durante aquela oração no Cenáculo, em atitude de comunhão profunda com os Apóstolos, com algumas mulheres e com os «irmãos» de Jesus, a Mãe do Senhor invoca o dom do Espírito para si mesma e para a

Comunidade. Era oportuno que a primeira efusão do Espírito sobre ela, ocorrida em vista da maternidade divina, fosse renovada e fortalecida. Com efeito, ao pé da cruz, Maria tinha sido investida de uma nova maternidade, em relação aos discípulos de Jesus. Precisamente esta missão exigia um renovado dom do Espírito. A Virgem desejava-o, portanto, em vista da fecundidade da sua maternidade espiritual. Enquanto na hora da Encarnação o Espírito Santo tinha descido sobre ela, como pessoa chamada a participar dignamente no grande mistério, agora tudo se realiza em função da Igreja, da qual Maria é chamada a ser tipo, modelo e mãe. Na Igreja e para a Igreja Ela, lembrando-se da promessa de Jesus, espera o Pentecostes e implora para todos uma multiplicidade de dons, segundo a personalidade e a missão de cada um.

4. Na comunidade cristã a oração de Maria reveste um significado peculiar: favorece o advento do Espírito, solicitando a Sua acção no coração dos discípulos e no mundo. Assim como na Encarnação o Espírito havia formado no seu seio virginal o corpo físico de Cristo, de igual modo agora no Cenáculo o mesmo Espírito desce para animar o Seu Corpo Místico. O Pentecostes, portanto, é fruto também da incessante oração da Virgem, que o Paráclito acolhe com favor singular, porque é expressão do amor materno dela para com os discípulos do Senhor. Contemplando a poderosa intercessão de Maria, que espera o Espírito Santo, os cristãos de todos os tempos, no longo e fatigoso caminho rumo à salvação, recorrem com frequência à sua intercessão para receber com maior abundância os dons do Paráclito.

5. Respondendo à oração da Virgem e da comunidade reunida no Cenáculo no dia de Pentecostes, o Espírito Santo cumula da plenitude dos seus dons a Virgem e os presentes, operando neles uma profunda transformação em vista da difusão da Boa Nova. À Mãe de Cristo e aos discípulos são concedidos nova força e novo dinamismo apostólico para o crescimento da Igreja. Em particular, a efusão do Espírito conduz Maria a exercer a sua maternidade espiritual de modo singular, através da sua presença cheia de caridade e do seu testemunho de fé. Na Igreja nascente Ela entrega aos discípulos, como tesouro inestimável, as suas recordações sobre a Encarnação, sobre a infância, sobre a vida oculta e sobre a missão do Filho divino, contribuindo para fazer com que Ele seja conhecido e para

fortalecer a fé dos crentes. Não possuímos nenhuma informação sobre a actividade de Maria na Igreja primitiva, mas é lícito supor que, mesmo depois do Pentecostes, Ela tenha continuado a viver uma existência escondida e discreta, vigilante e eficaz. Iluminada e conduzida pelo Espírito, exerceu uma influência profunda sobre a comunidade dos discípulos do Senhor.

54 - A dormida da Mãe de Deus

(Quarta-feira, 25 de Junho de 1997)

1. A propósito da conclusão da vida terrena de Maria, o Concílio retoma os termos da Bula de definição do dogma da Assunção e afirma: «A Virgem Imaculada, que fora preservada de toda a mancha de culpa original, terminando o curso da sua vida terrena, foi elevada à glória celeste em corpo e alma» ([LG](#), 59). Com esta fórmula, a Constituição dogmática «*Lumen gentium*», seguindo o meu venerado Predecessor Pio XII, não se pronuncia sobre a questão da morte de Maria. Todavia, Pio XII não quis negar o facto da morte, mas apenas não julgou oportuno afirmar solenemente a morte da Mãe de Deus, como verdade que devia ser admitida por todos os crentes.

Na verdade, alguns teólogos sustentaram a isenção da morte da Virgem e a sua passagem directa da vida terrena à glória celestial. Todavia, esta opinião é desconhecida até ao século XVII, enquanto na realidade existe uma comum tradição que considera a morte de Maria a sua introdução na glória celeste

2. É possível que Maria de Nazaré tenha experimentado na sua carne o drama da morte? Reflectindo sobre o destino de Maria e sobre a sua relação com o Filho divino, parece legítimo responder afirmativamente: dado que Cristo morreu, seria difícil afirmar o contrário no que concerne à Mãe.

Neste sentido raciocinaram os Padres da Igreja, que não tiveram dúvidas a este propósito. Basta citar São Tiago de Sarug († 521), segundo o qual quando para Maria chegou «o tempo de caminhar pela via de todas as gerações», ou seja, a via da morte, «o coro dos doze Apóstolos» reuniu-se para enterrar «o corpo virginal da Bem-aventurada» (*Discurso sobre a*

sepultura da Santa Mãe de Deus, 87-99 em C. VONA, Lateranum 19 [1953], 188). São Modesto de Jerusalém († 634), depois de ter falado amplamente da «beatíssima dormida da gloriosíssima Mãe de Deus», conclui o seu «elogio» exaltando a intervenção prodigiosa de Cristo que «a ressuscitou do sepulcro» para a receber consigo na glória (*Enc. in dormitionem Deiparae semperque Virginis Mariae*, nn. 7 e 14; PG 86 bis, 3293; 3311). São João Damasceno († 704), por sua vez, pergunta: «Como é possível que aquela que no parto ultrapassou todos os limites da natureza, agora se submeta às leis desta e o seu corpo imaculado se sujeite à morte?». E responde: «Certamente era necessário que a parte mortal fosse deposta para se revestir de imortalidade, porque nem o Senhor da natureza rejeitou a experiência da morte. Com efeito, Ele morre segundo a carne e com a morte destrói a morte, à corrupção concede a incorruptibilidade e o morrer faz d'Ele nascente de ressurreição» (*Panegírico sobre a Dormida da Mãe de Deus*, 10: SC 80, 107).

3. É verdade que na Revelação a morte se apresenta como castigo do pecado. Todavia, o facto de a Igreja proclamar Maria liberta do pecado original por singular privilégio divino não induz a concluir que Ela recebeu também a imortalidade corporal. A Mãe não é superior ao Filho, que assumiu a morte, dando-lhe novo significado e transformando-a em instrumento de salvação.

Empenhada na obra redentora e associada à oferta salvífica de Cristo, Maria pôde compartilhar o sofrimento e a morte em vista da redenção da humanidade. Também para Ela vale quanto Severo de Antioquia afirma a propósito de Cristo: «Sem uma morte preliminar, como poderia ter lugar a ressurreição?» (*Antijulianistica*, Beirute 1931, 194 s.). Para ser partícipe da ressurreição de Cristo, Maria devia compartilhar antes de mais a Sua morte.

4. O Novo Testamento não oferece qualquer notícia sobre as circunstâncias da morte de Maria. Este silêncio induz a supor que esta se tenha verificado normalmente, sem qualquer pormenor digno de menção. Se assim não tivesse sido, como poderia a notícia permanecer escondida aos contemporâneos e, de alguma forma, não chegar até nós?

Quanto aos motivos da morte de Maria, não parecem fundadas as opiniões que lhe queriam excluir causas naturais. Mais importante é a busca da

atitude espiritual da Virgem no momento da sua despedida deste mundo. A este propósito, São Francisco de Sales considera que a morte de Maria se tenha verificado como efeito de um transporte de amor. Ele fala de um morrer «no amor, por causa do amor e por amor», chegando por isso a afirmar que a Mãe de Deus morreu de amor pelo seu filho Jesus (*Traité de l'Amour de Dieu*, Lib. 7, c. XIII-XIV).

Qualquer que tenha sido o facto orgânico e biológico que, sob o aspecto físico, causou a cessação da vida do corpo, pode-se dizer que a passagem desta vida à outra constituiu para Maria uma maturação da graça na glória, de tal forma que jamais como nesse caso a morte pôde ser concebida como uma «dormida».

5. Nalguns Padres da Igreja encontramos a descrição de Jesus mesmo que vem acolher a sua Mãe no momento da morte, para a introduzir na glória celeste. Assim, estes apresentam a morte de Maria como um evento de amor que a levou a alcançar o seu Filho divino para participar da Sua vida imortal. No final da sua existência terrena, ela terá experimentado, como Paulo e mais do que ele, o desejo de se libertar do corpo para estar com Cristo para sempre (cf. *Fl* 1, 23).

A experiência da morte enriqueceu a pessoa da Virgem: passando pela comum sorte dos homens, ela pode exercer com mais eficácia a sua maternidade espiritual em relação àqueles que chegam à hora suprema da vida.

55 - A Assunção de Maria, verdade de fé

(Quarta-feira, 2 de Julho de 1997)

1. Seguindo as pegadas da Bula *Munificentissimus Deus*, do meu venerado predecessor Pio XII, o Concílio Ecuménico Vaticano II afirma que a Imaculada Virgem, «terminando o curso da sua vida terrena, foi elevada à glória celeste em corpo e alma» ([*Lumen gentium*](#), 59).

Os Padres conciliares quiseram reafirmar que Maria, diversamente dos outros cristãos que morrem na graça de Deus, foi elevada à glória do Paraíso também com o próprio corpo. Trata-se de uma milenária crença

expressa até com uma longa tradição iconográfica, que representa Maria no momento em que «entra» no céu com o seu corpo.

O dogma da Assunção afirma que o corpo de Maria foi glorificado depois da morte. Com efeito, enquanto para os outros homens a ressurreição dos corpos se há-de verificar no fim do mundo, para Maria a glorificação do próprio corpo foi antecipada por singular privilégio.

2. No dia 1 de Novembro de 1950, ao definir o dogma da Assunção, Pio XII evitou usar o termo «ressurreição» e tomar posição a propósito da questão da morte da Virgem como verdade de fé. A Bula *Munificentissimus Deus* limita-se a afirmar a elevação do corpo de Maria à glória celeste, declarando tal verdade como um «dogma divinamente revelado».

Como deixar de observar aqui que a Assunção da Virgem faz parte, desde sempre, da fé do povo cristão que, afirmando o ingresso de Maria na glória celeste, quis proclamar a glorificação do seu corpo?

O primeiro vestígio da fé na Assunção da Virgem está presente nas narrações apócrifas, intituladas «*Transitus Mariae*», cujo núcleo originário remonta aos séculos II-III. Trata-se de representações populares e por vezes romaneadas que, entretanto, neste caso recolhem uma intuição de fé do povo de Deus.

Em seguida, foi-se desenvolvendo uma longa reflexão em relação à sorte de Maria no além. Pouco a pouco, isto levou os crentes à fé na elevação gloriosa da Mãe de Jesus, em corpo e alma, e à instituição no Oriente das festividades litúrgicas da «*Dormitio*» e da Assunção de Maria.

A fé no destino glorioso da alma e do corpo da Mãe do Senhor depois da sua morte, do Oriente difunde-se com grande rapidez no Ocidente e, a partir do século XIV, generaliza-se. No nosso século, na véspera da definição do dogma, esta constitui uma verdade quase universalmente aceite e professada pela comunidade cristã em todos os recantos do mundo.

3. Foi assim que em Maio de 1946, com a Encíclica *Deiparae Virginis Maria*, Pio XII prometeu uma ampla consulta, interpelando os Bispos e, através deles, o clero e o povo de Deus, sobre a possibilidade e a

oportunidade de definir a assunção corpórea de Maria como dogma de fé. A reacção foi amplamente positiva: somente seis das 1.181 respostas manifestavam alguma reserva acerca do carácter revelado de tal verdade.

Citando este dado, a Bula *Munificentissimus Deus* afirma: «O consentimento universal do Magistério ordinário da Igreja oferece um argumento certo e sólido para provar que a assunção corpórea da Bem-aventurada Virgem Maria ao céu... é uma verdade revelada por Deus e portanto deve ser acreditada firme e fielmente por todos os filhos da Igreja» (AAS 42 [1950] 757).

A definição do dogma, segundo a fé universal do povo de Deus, exclui de maneira definitiva qualquer dúvida e postula a expressa adesão de todos os cristãos.

Depois de ter sublinhado a fé actual da Igreja na Assunção, a Bula interpela a base bíblica de tal verdade.

O Novo Testamento, embora não afirme explicitamente a Assunção de Maria, oferece o seu fundamento porque põe bem em evidência a perfeita união da Santa Virgem com o destino de Jesus. Esta união, que se manifesta a partir da prodigiosa concepção do Salvador, na participação da Mãe na missão do Filho e, sobretudo, na associação ao sacrifício redentor, não pode deixar de exigir uma continuação depois da morte. Perfeitamente unida à vida e à obra salvífica de Jesus, Maria compartilha o Seu destino celeste na alma e no corpo.

4. A mencionada Bula *Munificentissimus Deus*, fazendo referência à participação da mulher do Proto-Evangelho, na luta contra a serpente, e reconhecendo em Maria a nova Eva, apresenta a Assunção como consequência da união de Maria na obra redentora de Cristo. A este propósito, afirma: «Consequentemente, assim como a gloriosa ressurreição de Cristo constituiu uma parte essencial e o derradeiro troféu desta vitória, assim era necessário que o combate levado a cabo pela Santa Virgem, unida ao seu Filho, terminasse com a glorificação do seu corpo virginal...» (AAS 42 [1950] 768).

Portanto, a Assunção constitui o ponto de chegada da luta que empenhou o amor generoso de Maria na redenção da humanidade e é fruto da sua singular participação na vitória da Cruz.

VOU AQUI

56 - A Assunção de Maria na tradição da Igreja

(Quarta-feira, 9 de Julho de 1997)

1. A perene e concorde tradição da Igreja evidencia o modo como a Assunção de Maria faz parte do desígnio divino e está arraigada na singular participação de Maria na missão do Filho. Já no primeiro milénio os autores sagrados se exprimem neste sentido.

Testemunhos, na verdade apenas delineados, encontram-se em Santo Ambrósio, Santo Epifânio e Timóteo de Jerusalém. São Germano de Constantinopla († 733) coloca nos lábios de Jesus, que Se prepara para levar a Sua Mãe para o céu, estas palavras: «É preciso que onde estou Eu, também tu estejas, Mãe inseparável de teu Filho...» (*Homil. 3 in Dormitionem*, PG 98, 360).

Além disso, a mesma tradição eclesial vê na maternidade divina a razão fundamental da Assunção.

Desta convicção encontramos um vestígio interessante numa narração apócrifa do século V, atribuída ao pseudo-Melitão. O autor imagina Cristo que interroga Pedro e os Apóstolos sobre a sorte merecida por Maria, e deles obtém esta resposta: «Senhor, escolheste esta Tua serva a fim de que se torne para Ti uma residência imaculada... Portanto, pareceu-nos justo, a nós Teus servos que, assim como Tu reinas na glória depois de teres vencido a morte, ressuscites o corpo de Tua Mãe e a leves Contigo, jubilosa, para o céu» (*De transitu V. Mariae*, 16 PG 5, 1238). Portanto, pode-se afirmar que a divina maternidade, que tornou o corpo de Maria a residência imaculada do Senhor, se funde com o seu destino glorioso.

2. Num texto rico de poesia, São Germano afirma que é o afecto de Jesus pela sua Mãe que exige a presença de Maria no céu com o Filho divino: «Assim como uma criança procura e deseja a presença de sua mãe, e como uma mãe ama viver em companhia do seu filho, assim também para ti, cujo amor materno pelo teu Filho e Deus não deixa dúvidas, era conveniente que tu voltasses para Ele. E, em todo o caso, não era porventura conveniente que este Deus, que provava por ti um amor deveras filial, te tomasse em Sua companhia?» (*Homil. 1 in Dormitionem*, PG 98, 347). Num outro texto, o venerando autor integra o aspecto privado da relação entre Cristo e Maria, com a dimensão salvífica da maternidade, afirmando que «era necessário que a Mãe da Vida compartilhasse a habitação da Vida» (*Ibid.*, PG 98, 348).

3. Segundo alguns Padres da Igreja, outro argumento que fundamenta o privilégio da Assunção pode-se deduzir da participação de Maria na obra da redenção. São João Damasceno sublinha a relação entre a participação na Paixão e a sorte gloriosa: «Era necessário que aquela que vira o seu Filho sobre a cruz e recebera em pleno coração a espada da dor... contemplasse este Filho sentado à dextra do Pai» (*Homil. 2*, PG 96, 741). À luz do Mistério pascal, parece de modo particularmente evidente a conveniência de que, com o Filho, também a Mãe fosse glorificada depois da morte.

O Concílio Vaticano II, recordando na Constituição dogmática sobre a Igreja o mistério da Assunção, chama a atenção para o privilégio da Imaculada Conceição: precisamente porque fora «preservada de toda a mancha de culpa original» ([LG](#), 59), Maria não podia permanecer como os outros homens no estado de morte até ao fim do mundo. A ausência do pecado original e a santidade, perfeita desde o primeiro momento da existência, exigiam para a Mãe de Deus a plena glorificação da sua alma e do seu corpo.

4. Olhando para o mistério da Assunção da Virgem é possível compreender o plano da Providência divina relativa à humanidade: depois de Cristo, Verbo encarnado, Maria é a primeira criatura humana que realiza o ideal escatológico, antecipando a plenitude da felicidade, prometida aos eleitos mediante a ressurreição dos corpos.

Na Assunção da Virgem, podemos ver também a vontade divina de promover a mulher.

Em analogia a quanto se verificara na origem do género humano e da história da salvação, no projecto de Deus o ideal escatológico devia revelar-se não em um indivíduo, mas num casal. Por isso, na glória celeste, ao lado de Cristo ressuscitado há uma mulher ressuscitada, Maria: o novo Adão e a nova Eva, primícias da ressurreição geral dos corpos da humanidade inteira.

Sem dúvida, a condição escatológica de Cristo e a de Maria não devem ser postas no mesmo plano. Maria, nova Eva, recebeu de Cristo, novo Adão, a plenitude de graça e de glória celeste, tendo sido ressuscitada pelo poder soberano do Filho mediante o Espírito Santo.

5. Embora sejam sucintas, estas observações permitem-nos esclarecer que a Assunção de Maria revela a nobreza e a dignidade do corpo humano. Diante das profanações e do aviltamento a que a sociedade moderna não raro submete em particular o corpo feminino, o mistério da Assunção proclama o destino sobrenatural e a dignidade de cada corpo humano, chamado pelo Senhor a tornar-se instrumento de santidade e a participar na Sua glória.

Maria entrou na glória porque acolheu no seu seio virginal e no seu coração o Filho de Deus. Olhando para ela, o cristão aprende a descobrir o valor do próprio corpo e a preservá-lo como templo de Deus, na expectativa da ressurreição.

A Assunção, privilégio concedido à Mãe de Deus, constitui assim um imenso valor para a vida e o destino da humanidade.

57 - A Rainha do Universo

(Quarta-feira, 23 de Julho de 1997)

1. A devoção popular invoca Maria como Rainha. O Concílio, depois de ter recordado a assunção da Virgem «à glória celeste em corpo e alma», explica que Ela foi «exaltada por Deus como Rainha do universo, para assim se conformar mais plenamente com o seu Filho, Senhor dos senhores (cf. Ap 19, 16) e vencedor do pecado e da morte» ([LG](#), 59).

Com efeito, a partir do século V, quase no mesmo período em que o Concílio de Éfeso a proclama «Mãe de Deus», começa-se a atribuir a Maria

o título de Rainha. O povo cristão, com esse ulterior reconhecimento da sua excelsa dignidade, quer colocá-la acima de todas as criaturas, exaltando a sua função e importância na vida de cada pessoa individualmente e do mundo inteiro.

Mas já num fragmento de homilia, atribuído a Orígenes, aparece este comentário às palavras pronunciadas por Isabel na Visitação: «Eu é que deveria vir a ti, porque és bendita acima de todas as mulheres, tu, a mãe do meu Senhor, tu, minha Senhora» (*Fragmenta*, PG 13, 1902 D). Neste texto, passa-se espontaneamente da expressão «a mãe do meu Senhor», ao apelativo «minha Senhora», antecipando quanto declarará mais tarde São João Damasceno, que atribui a Maria o título de «Soberana»: «Quando se tornou mãe do Criador, tornou-se verdadeiramente a soberana de todas as criaturas» (*De fide orthodoxa*, 4, 14, PG 94, 1157).

2. O meu Venerado Predecessor Pio XII, na Encíclica [*Ad coeli Reginam*](#), à qual faz referência o texto da Constituição *Lumen gentium*, indica como fundamento da realeza de Maria, além da maternidade, a cooperação na obra da redenção. A Encíclica recorda o texto litúrgico: «Santa Maria, Rainha do céu e Soberana do mundo, participava no sofrimento, junto da Cruz de nosso Senhor Jesus Cristo» (AAS 46 [1954] 634). Ela estabelece depois uma analogia entre Maria e Cristo, a qual nos ajuda a compreender o significado da realeza da Virgem: Cristo é rei não só porque é Filho de Deus, mas também porque é redentor; Maria é rainha não só porque é Mãe de Deus, mas também porque, associada como nova Eva ao novo Adão, cooperou na obra da redenção do género humano» (AAS 46 [1954] 635).

No Evangelho de Marcos lemos que no dia da Ascensão o Senhor Jesus «foi arrebatado ao Céu e Se sentou à direita de Deus» (16, 19). Na linguagem bíblica, «sentar-se à direita de Deus» significa compartilhar o Seu poder soberano. Ao sentar-Se «à direita do Pai», Ele instaura o Seu reino, o Reino de Deus. Elevada ao Céu, Maria é associada ao poder do seu Filho e dedica-se à extensão do Reino, participando na difusão da graça divina no mundo.

Olhando para a analogia entre a Ascensão de Cristo e a Assunção de Maria, podemos concluir que, em dependência de Cristo, Maria é a rainha que

possui e exerce sobre o universo uma soberania, que lhe foi dada pelo seu próprio Filho.

3. O título de Rainha não substitui certamente o de Mãe: a sua realeza permanece um corolário da sua peculiar missão materna, e exprime simplesmente o poder que lhe foi conferido para exercer essa missão.

Ao citar a Bula *Ineffabilis Deus*, de Pio IX, o Sumo Pontífice Pio XII põe em evidência esta dimensão materna da realeza da Virgem: «Tendo por nós um afecto materno e assumindo os interesses da nossa salvação, Ela estende ao género humano inteiro a sua solicitude. Estabelecida pelo Senhor como Rainha do céu e da terra, elevada acima de todos os coros dos Anjos e de toda a hierarquia celeste dos Santos, ao sentar-se à direita do seu único Filho, nosso Senhor Jesus Cristo, Ela obtém com grande certeza aquilo que pede com as suas súplicas maternas; aquilo que procura, encontra-o e não lhe pode faltar» (AAS 46 [1954] 636-637).

4. Os cristãos olham, portanto, com confiança para Maria Rainha, e isto não só diminui, mas antes exalta o seu abandono filial naquela que é mãe na ordem da graça.

Antes, a solicitude de Maria Rainha pelos homens pode ser eficaz de maneira plena, precisamente em virtude do estado glorioso consequente da Assunção. Bem o põe em evidência São Germano de Constantinopla, o qual pensa que esse estado assegura a íntima relação de Maria com o seu Filho e torna possível a sua intercessão em nosso favor. Ele acrescenta, ao dirigir-se a Maria: Cristo quis «ter, por assim dizer, a proximidade dos teus lábios e do teu coração; desta maneira Ele atende a todos os desejos que Lhe exprimes, quando sofres pelos teus filhos, e Ele realiza, com o Seu poder divino, tudo o que Lhe pedes» (*Hom. 1*, PG 98, 348).

5. Pode-se concluir que a Assunção favorece a plena comunhão de Maria não só com Cristo, mas com cada um de nós: Ela está ao nosso lado, porque o seu estado glorioso lhe permite acompanhar-nos no nosso itinerário terreno diário. Como lemos ainda em São Germano: «Tu habitas espiritualmente connosco e a grandeza da tua vigilância sobre nós faz ressaltar a tua comunidade de vida connosco» (*Hom. 1*, PG 98, 344).

5. Pode-se concluir que a Assunção favorece a plena comunhão de Maria não só com Cristo, mas com cada um de nós: Ela está ao nosso lado, porque o seu estado glorioso lhe permite acompanhar-nos no nosso itinerário terreno diário. Como lemos ainda em São Germano: «Tu habitas espiritualmente connosco e a grandeza da tua vigilância sobre nós faz ressaltar a tua comunidade de vida connosco» (Hom. 1, PG 98, 344).

Elevada à glória celeste, Maria dedica-se totalmente à obra da salvação, para comunicar a cada vivente a felicidade que lhe foi concedida. É uma Rainha que dá tudo aquilo que possui, comunicando sobretudo a vida e o amor de Cristo.

58 - Maria, membro eminente da Igreja

(Quarta-feira, 30 de Julho de 1997)

1. O papel excepcional que Maria reveste na obra da salvação convida-nos a aprofundar a relação existente entre Ela e a Igreja. Segundo alguns, Maria não pode ser considerada membro da Igreja, pois os privilégios que lhe foram conferidos, a imaculada concepção, a maternidade divina e a singular cooperação na obra da salvação colocam-na numa condição de superioridade em relação ao conjunto dos crentes.

O Concílio Vaticano II, porém, não hesita em apresentar Maria como membro da Igreja, embora precisando que Ela o é de modo «eminente e inteiramente singular» ([LG](#), 53): Maria é figura, modelo e mãe da Igreja. De modo diferente de todos os outros fiéis, devido aos dons excepcionais recebidos do Senhor, a Virgem pertence à Igreja e dela é membro a pleno título

2. A doutrina conciliar encontra significativo fundamento na Sagrada Escritura. Os Actos dos Apóstolos mostram Maria presente, desde o início, na comunidade primitiva (cf. *Act* 1, 14), enquanto compartilha, com os discípulos e algumas mulheres crentes, a expectativa orante do Espírito Santo, que descera sobre eles.

Depois do Pentecostes a Virgem continua a viver em comunhão fraterna no meio da comunidade e participa nas orações, na escuta do ensinamento dos

Apóstolos e na «fracção do pão», isto é, na celebração eucarística (cf. *Act* 2, 42).

Aquela que tinha vivido em estreita união com Jesus na casa de Nazaré, vive agora na Igreja em íntima comunhão com o seu Filho, presente na Eucaristia.

3. Mãe do Filho unigénito de Deus, Maria é Mãe da Comunidade que constitui o Corpo místico de Cristo e acompanha os seus primeiros passos.

Ao aceitar essa missão, Ela empenha-se em animar a vida eclesial com a sua presença materna e exemplar. Essa solidariedade deriva da sua pertença à comunidade dos remidos. Com efeito, ao contrário do seu Filho, Ela teve necessidade de ser remida, pois «está associada, na descendência de Adão, a todos os homens necessitados de salvação» ([LG](#), 53). O privilégio da imaculada concepção preservou-a da mancha do pecado, por causa de uma especial influência salvífica do Redentor.

«Membro eminente e inteiramente singular» da Igreja, Maria utiliza os dons a ela concedidos por Deus para realizar uma solidariedade mais completa com os irmãos do seu Filho, que já se tornaram, também eles, seus filhos.

4. Como membro da Igreja, Maria põe ao serviço dos irmãos a sua santidade pessoal, fruto da graça de Deus e da sua fiel colaboração. A Imaculada constitui para todos os cristãos um válido apoio na luta contra o pecado e um perene encorajamento a viverem como remidos por Cristo, santificados pelo Espírito e filhos do Pai.

Inserida na primeira comunidade, «Maria, a mãe de Jesus» (*Act* 1, 14), é por todos respeitada e venerada. Cada um compreende a preeminência d'Aquela que gerou o Filho de Deus, o único e universal Salvador. O carácter virginal da sua maternidade, além disso, permite-lhe testemunhar a extraordinária contribuição para o bem da Igreja, oferecida por quem, renunciando à fecundidade humana por docilidade ao Espírito Santo, se põe completamente ao serviço do Reino de Deus.

Chamada a colaborar de modo íntimo no Sacrifício do Filho e no dom da vida divina à humanidade, Maria continua a sua obra materna depois do

Pentecostes. O mistério de amor contido na Cruz inspira o seu ardor apostólico e compromete-a, como membro da Igreja, na difusão da boa nova.

As palavras do Crucificado no Gólgota: «Mulher, eis aí o teu filho» (Jo 19, 26), com as quais lhe é reconhecida a função de mãe universal dos crentes, abriram horizontes novos e ilimitados à sua maternidade. O dom do Espírito Santo, recebido no Pentecostes para o exercício dessa missão, leva-a a oferecer a ajuda do seu coração materno a todos os que estão a caminho, rumo à plena realização do Reino de Deus.

5. Membro eminente da Igreja, Maria vive uma relação singular com as pessoas divinas da Santíssima Trindade: com o Pai, com o Filho e com o Espírito Santo. O Concílio, chamando-a «Mãe do Filho de Deus, e por isso [...] filha predilecta do Pai e templo do Espírito Santo» ([LG](#), 53), recorda o efeito primeiro da predilecção do Pai que é a maternidade divina.

Consciente do dom recebido, Maria compartilha com os crentes as atitudes de obediência filial e de sentida gratidão, encorajando cada um a reconhecer na própria vida os sinais da benevolência divina.

O Concílio usa a expressão «templo» (*sacrarium*) do Espírito Santo, querendo pôr em evidência o vínculo de presença, de amor e de colaboração que existe entre a Virgem e o Espírito Santo. A Virgem, que já São Francisco de Assis invoca como «esposa do Espírito Santo» (cf. *Antífona de «Santa Maria Virgem»* em: Fontes Franciscanas, 281), encoraja com o seu exemplo os outros membros da Igreja a entregarem-se, com generosidade, à acção misteriosa do Paráclito e a viverem com Ele em perene comunhão de amor.

59 - Maria, tipo e modelo da Igreja

(Quarta-feira, 6 de Agosto de 1997)

1. A Constituição dogmática *Lumen gentium* do Concílio Vaticano II, depois de ter apresentado Maria como «membro eminente e inteiramente singular da Igreja», declara-a «tipo e exemplar perfeitíssimo na fé e na caridade» ([LG](#), 53).

Os Padres conciliares atribuem a Maria a função de «tipo», isto é, de figura, «da Igreja», tomando por empréstimo o termo de Santo Ambrósio, o qual se exprime assim no comentário à Anunciação: «Sim, ela (Maria) é noiva, mas virgem, porque é tipo da Igreja, que é imaculada, mas é esposa: virgem concebeu-nos por obra do Espírito, virgem deu-nos à luz sem dor» (*In Ev. sec. Luc.*, II, 7, CCL 14, 33, 102-106). Maria é, portanto, figura da Igreja pela santidade imaculada, a virgindade, o carácter esponsal e a maternidade.

São Paulo serve-se do vocábulo «tipo», para indicar a figura sensível de uma realidade espiritual. Com efeito, ele entrevê, na passagem do povo de Israel através do Mar Vermelho, um «tipo» ou imagem do baptismo cristão e, no maná e na água que brota da rocha, um «tipo» ou imagem do alimento e da bebida eucarística (cf. *1 Cor* 10, 1-11).

Definindo Maria tipo da Igreja, o Concílio convida-nos a reconhecer nela a figura visível da realidade espiritual da Igreja e, na sua maternidade sem mácula, o anúncio da maternidade virginal da Igreja.

2. É necessário depois esclarecer que, ao contrário das imagens ou dos tipos do Antigo Testamento, que são apenas prefigurações de realidades futuras, em Maria a realidade espiritual significada já está presente, e de modo eminente.

A passagem através do Mar Vermelho, que lemos no livro do Êxodo, é um evento salvífico de libertação, mas não era certamente um baptismo capaz de remir os pecados e de dar a vida nova. De igual modo o maná, dom precioso de Javé ao seu povo peregrino no deserto, não continha nada da realidade futura da Eucaristia, Corpo do Senhor, nem a água que brotava da rocha tinha já em si o Sangue de Cristo, derramado pela multidão.

O Êxodo é a grande obra realizada por Javé em favor do Seu povo, mas não constitui a redenção espiritual e definitiva, que será efectuada por Cristo no Mistério pascal.

Aliás, ao referir-se ao culto judaico, Paulo recorda: «Tudo isto não é mais que sombra do que devia vir. A realidade é Cristo» (*Cl* 2, 17). Faz-lhe eco a Carta aos Hebreus que, desenvolvendo de maneira sistemática esta

interpretação, apresenta o culto da antiga aliança como «uma figura e uma sombra das realidades celestes» (*Hb* 8, 5).

3. Ao afirmar que Maria é figura da Igreja, o Concílio não tem em vista, portanto, equipará-la às figuras ou tipos do Antigo Testamento, mas antes quer afirmar que nela se realiza plenamente a realidade espiritual anunciada e representada.

Com efeito, a Virgem é figura da Igreja, não enquanto prefiguração imperfeita, mas como plenitude espiritual que se encontrará de vários modos na vida da Igreja. A relação particular que existe aqui entre imagem e realidade representada, encontra o seu fundamento no desígnio divino, que estabelece um estreito vínculo entre Maria e a Igreja. O plano de salvação, que ordena as prefigurações do Antigo Testamento ao cumprimento na Nova Aliança, determina outrossim que Maria vive de modo perfeito quanto sucessivamente se realizará na Igreja.

A perfeição que Deus conferiu a Maria adquire, portanto, o seu significado mais autêntico se é considerada como prelúdio da vida divina na Igreja.

4. Depois de ter afirmado que Maria é «tipo da Igreja», o Concílio acrescenta que Ela é «exemplar perfeitíssimo» dela, exemplo de perfeição para seguir e imitar. Maria, com efeito, é um «exemplar perfeitíssimo», porque a sua perfeição supera a de todos os outros membros da Igreja.

De maneira significativa, o Concílio acrescenta que Ela realiza essa função «na fé e na caridade». Sem esquecer que Cristo é o primeiro modelo, o Concílio sugere desse modo que existem disposições interiores próprias do modelo realizado em Maria, que ajudam o cristão a estabelecer uma relação autêntica com Cristo. De facto, olhando para Maria, o crente aprende a viver em mais profunda comunhão com Cristo, a aderir a Ele com fé viva, a repor n'Ele a sua confiança e a sua esperança, amando-O com a totalidade do seu ser.

As funções de «tipo e modelo da Igreja» fazem referência em particular à maternidade virginal de Maria, e evidenciam a sua posição peculiar na obra da salvação. Esta fundamental estrutura do ser de Maria reflecte-se na maternidade e virgindade da Igreja.

(Quarta-feira, 13 de Agosto de 1997)

1. É precisamente na maternidade divina que o Concílio divisa o fundamento da particular relação que associa Maria à Igreja. Lemos na Constituição dogmática *Lumen gentium* que «pelo dom e missão da maternidade divina, que a une ao seu Filho Redentor, e pelas suas singulares graças e funções, está também a Virgem intimamente ligada à Igreja» (n. 63). A este mesmo pressuposto faz sempre referência a citada Constituição dogmática sobre a Igreja, para esclarecer as prerrogativas de «tipo» e «modelo», que a Virgem exerce em relação ao Corpo Místico de Cristo: «Com efeito, no mistério da Igreja, a qual é também com razão chamada mãe e virgem, a bem-aventurada Virgem Maria foi adiante, como modelo eminente e único de virgem e mãe» (*ibid.*).

A maternidade de Maria é definida «eminente e única», pois constitui um facto singular e irrepetível: Maria, com efeito, antes de exercer a sua função materna para com os homens, é a Mãe do Filho unigénito de Deus feito homem. A Igreja, ao contrário, é mãe enquanto gera espiritualmente Cristo nos fiéis, e portanto exerce a sua maternidade em relação aos membros do Corpo Místico.

Assim, a Virgem constitui para a Igreja um modelo superior, precisamente devido à unicidade da sua prerrogativa de Mãe de Deus.

2. A *Lumen gentium*, ao aprofundar a maternidade de Maria, recorda que esta se realizou também com disposições eminentes da alma: «Porque, acreditando e obedecendo, gerou na terra, sem ter conhecido varão, por obra e graça do Espírito Santo, o Filho do eterno Pai; nova Eva, que acreditou sem a mais leve sombra de dúvida, não na serpente antiga, mas no mensageiro celeste» ([LG](#), 63).

Destas palavras emerge com clareza que a fé e a obediência de Maria na Anunciação constituem para a Igreja virtudes a imitar e, num certo sentido, dão início ao seu itinerário materno no serviço aos homens chamados à salvação.

A maternidade divina não pode estar isolada da dimensão universal, que lhe foi atribuída pelo plano salvífico de Deus, o qual o Concílio não hesita em reconhecer: «Ela deu à luz um Filho, que Deus estabeleceu primogénito de muitos irmãos (cf. *Rm* 8, 29), isto é, dos fiéis, para cuja geração e educação Ela coopera com amor de mãe» ([LG](#), 63).

3. A Igreja torna-se mãe, tomando como modelo Maria. A respeito disso, o Concílio afirma: «A Igreja que contempla a sua santidade misteriosa e imita a sua caridade, cumprindo fielmente a vontade do Pai, torna-se também ela própria mãe, pela fiel recepção da palavra de Deus: efectivamente, pela pregação e pelo Baptismo gera, para vida nova e imortal, os filhos concebidos por acção do Espírito Santo e nascidos de Deus» ([LG](#), 64).

Analisando esta descrição da obra materna da Igreja, podemos observar aqui como, dum certo modo, o nascimento do cristão está ligado ao nascimento de Jesus, e é como um seu reflexo: os cristãos são «concebidos por obra do Espírito Santo» e a geração deles, fruto da pregação e do Baptismo, assemelha-se assim à do Salvador.

Além disso a Igreja, ao contemplar Maria, imita-lhe a caridade, o fiel acolhimento da Palavra de Deus e a docilidade no cumprimento da vontade do Pai. Realiza, seguindo o exemplo da Virgem, uma fecunda maternidade espiritual.

4. A maternidade da Igreja, porém, não torna supérflua a de Maria que, continuando a exercer a sua influência sobre a vida dos cristãos, contribui para atribuir à Igreja uma feição materna. À luz de Maria, a maternidade da Comunidade eclesial, que poderia parecer bastante geral, é chamada a manifestar-se de modo mais concreto e pessoal em relação a cada homem remido por Cristo.

Ao mostrar-se como Mãe de todos os crentes, Maria suscita neles relações de autêntica fraternidade espiritual e de diálogo incessante.

A experiência quotidiana de fé, em cada época e em todos os lugares, põe em evidência o facto de muitos precisarem de confiar a Maria as necessidades da vida quotidiana, abrindo confiantes o seu coração para pedirem a sua intercessão materna e obterem a sua alentadora protecção.

As orações dirigidas a Maria pelos homens de todos os tempos, as numerosas formas e manifestações do culto mariano, as peregrinações aos Santuários e aos lugares que recordam as maravilhas operadas por Deus Pai, mediante a Mãe do seu Filho, demonstram a extraordinária influência exercida por Maria na vida da Igreja. O amor do Povo de Deus pela Virgem sente a exigência de entretecer relações pessoais com a Mãe celeste. Ao mesmo tempo, a maternidade espiritual de Maria sustém e incrementa o exercício concreto da maternidade da Igreja.

5. Ambas as mães, a Igreja e Maria, são essenciais para a vida cristã. Poder-se-ia dizer que a primeira exerce uma maternidade mais objectiva, e a outra mais interior.

A Igreja torna-se mãe na pregação da Palavra de Deus, na administração dos sacramentos e em particular no Baptismo, na celebração da Eucaristia e no perdão dos pecados.

A maternidade de Maria exprime-se em todos os sectores da difusão da graça, de modo particular no quadro das relações pessoais.

Trata-se de duas maternidades inseparáveis: com efeito, ambas fazem reconhecer o mesmo amor divino que deseja comunicar-se aos homens.

61 - Modelo da virgindade da Igreja

(Quarta-feira, 20 de Agosto de 1997)

1. A Igreja é Mãe e Virgem. O Concílio, depois de ter afirmado que ela é mãe segundo o modelo de Maria, atribuiu-lhe o título de virgem, explicando o seu significado: «E também ela é virgem, pois guarda fidelidade total e pura ao seu Esposo e conserva virginalmente, à imitação da Mãe do seu Senhor e por virtude do Espírito Santo, uma fé íntegra, uma sólida esperança e uma verdadeira caridade» ([LG](#), 64).

Maria é, pois, modelo também da virgindade da Igreja. A propósito disso, é preciso esclarecer que a virgindade não pertence à Igreja em sentido estrito, pois não representa o estado de vida da grande maioria dos fiéis. Com efeito, em virtude do providencial desígnio divino, a via do matrimónio é a

condição mais difundida, e poderíamos dizer, comum de quantos são chamados à fé. O dom da virgindade é reservado a um número limitado de fiéis, chamados a uma particular missão no seio da Comunidade eclesial.

Contudo, referindo a doutrina de Santo Agostinho, o Concílio afirma que a Igreja é virgem em sentido espiritual de integridade na fé, na esperança e na caridade. Portanto, a Igreja não é virgem no corpo de todos os seus membros, mas possui a virgindade do espírito («*virginitas mentis*») isto é, «a fé íntegra, a esperança sólida, a caridade sincera» (*In Io. Tr.* 13, 12, PL 35, 1499).

2. A Constituição *Lumen gentium* desvela-se, portanto, em recordar que a virgindade de Maria, modelo da virgindade da Igreja, comporta também a dimensão física, pois Ela concebeu virginalmente Jesus por obra do Espírito Santo, sem intervenção de homem.

Maria é Virgem no corpo e Virgem no coração, como aparece da intenção de viver em profunda intimidade com o Senhor, decisivamente manifestada no momento da Anunciação. Portanto, Aquela que é invocada como «Virgem entre as virgens» constitui para todos, sem dúvida, um altíssimo exemplo de pureza e de dom total ao Senhor. Mas de modo especial inspiram-se n'Ela as virgens cristãs e quantos se dedicam, de maneira radical e exclusiva, ao Senhor nas várias formas de vida consagrada.

Assim, depois de ter desempenhado um papel importante na obra da salvação, a virgindade de Maria continua a influir beneficentemente sobre a vida da Igreja.

3. Não esqueçamos que o primeiro e excelso modelo de toda a vida casta é certamente Cristo. Maria, contudo, constitui o especial modelo da castidade vivida por amor do Senhor Jesus.

Ela encoraja todos os cristãos a viverem com particular empenho a castidade segundo o próprio estado, e a confiarem no Senhor nas diversificadas circunstâncias da existência. Aquela que é por excelência Santuário do Espírito Santo, ajuda os crentes a redescobrirem o próprio corpo como templo de Deus (cf. *1 Cor* 6, 19) e a respeitarem a sua nobreza e santidade.

Para a Virgem olham os jovens em busca de um amor autêntico, e invocam a sua ajuda materna para perseverar na pureza.

Maria recorda aos cônjuges os valores fundamentais do matrimónio, ajudando-os a superar a tentação do desânimo e a dominar as paixões que tentam subjugar-lhes o coração. A sua total dedicação a Deus constitui para eles um forte estímulo a viverem na fidelidade recíproca, a fim de jamais cederem às dificuldades que insidiam a comunhão conjugal.

4. O Concílio exorta os fiéis a olharem para Maria, a fim de a imitarem na fé «virginalmente íntegra», na esperança e na caridade.

Conservar a integridade da fé representa uma tarefa empenhativa para a Igreja, chamada a uma vigilância constante, mesmo à custa de sacrifícios e de lutas. Com efeito, a fé da Igreja é ameaçada, não só por aqueles que rejeitam a mensagem do Evangelho, mas sobretudo por quantos, acolhendo somente uma parte da verdade revelada, recusam compartilhar de modo pleno o inteiro património de fé da Esposa de Cristo.

Essa tentação, que encontramos desde as origens da Igreja, continua infelizmente a estar presente na sua vida, impelindo-a a aceitar só em parte a Revelação ou a dar à Palavra de Deus uma interpretação restrita e pessoal, conforme à mentalidade dominante e aos desejos individuais. Tendo aderido plenamente à Palavra do Senhor, Maria constitui para a Igreja um insuperável modelo de fé «virginalmente íntegra», que acolhe com docilidade e perseverança a totalidade da Verdade revelada. E com a sua constante intercessão, obtém para a Igreja a luz da esperança e a chama da caridade, de cujas virtudes foi para todos exemplo incomparável na sua vida terrena.

62 - Modelo da santidade da Igreja

(Quarta-feira, 3 de Setembro de 1997)

1. Na Carta aos Efésios, São Paulo ilustra a relação sponsal entre Cristo e a Igreja, com as seguintes palavras: «Cristo amou a Igreja, e por ela Se entregou, para a santificar, purificando-a no baptismo da água pela palavra da vida, para a apresentar a Si mesmo como Igreja gloriosa sem mancha

nem ruga, nem qualquer coisa semelhante, mas santa e imaculada» (*Ef* 5, 25-27).

O Concílio Vaticano II retoma as afirmações do Apóstolo e recorda que, «na Santíssima Virgem, a Igreja alcançou já a perfeição», enquanto «os fiéis ainda têm de trabalhar por vencer o pecado e crescer na santidade» ([LG](#), 65).

É assim ressaltada a diferença que existe entre os fiéis e Maria, pertencendo embora ambos à santa Igreja, que se tornou por Cristo «sem mancha nem ruga». Com efeito, enquanto os fiéis recebem a santidade por meio do baptismo, Maria foi preservada de toda a mancha de pecado original e antecipadamente remida por Cristo. Os fiéis, além disso, embora libertados «da lei do pecado» (cf. *Rm* 8, 2), ainda podem ceder à tentação e a fragilidade humana continua a manifestar-se na vida deles. «Todos nós pecamos em muitas coisas», afirma a Carta de Tiago (3, 2). Por este motivo o Concílio de Trento ensina: «Ninguém pode evitar, na sua vida inteira, todo o pecado mesmo venial» (*DS* 1573). A esta regra, contudo, faz excepção por privilégio divino a Virgem Imaculada, como o mesmo Concílio de Trento recorda (*ibid.*).

2. Não obstante os pecados dos seus membros, a Igreja é antes de tudo a comunidade daqueles que são chamados à santidade e se empenham cada dia por alcançá-la.

Neste árduo caminho rumo à perfeição, eles sentem-se encorajados por Aquela que é «modelo de virtudes». O Concílio observa que «a Igreja, meditando piedosamente na Virgem, e contemplando-a à luz do Verbo feito homem, penetra mais profundamente, cheia de respeito, no insondável mistério da Encarnação, e mais e mais se conforma com o seu Esposo» ([LG](#), 65).

A Igreja, portanto, olha para Maria. Não só contempla o dom maravilhoso da sua plenitude de graça, mas esforça-se por imitar a perfeição que n'Ela é fruto da plena adesão ao preceito de Cristo: «Sede, pois, perfeitos, como é perfeito o vosso Pai celeste» (*Mt* 5, 48). Maria é a inteiramente santa. Ela representa para a comunidade dos crentes o paradigma da autêntica santidade que se realiza na união com Cristo. A vida terrena da Mãe de

Deus é, com efeito, caracterizada pela perfeita sintonia com a pessoa do Filho e pela dedicação total à obra redentora por Ele realizada.

Dirigindo o olhar para a intimidade materna que se desenvolveu no silêncio da vida de Nazaré e se aperfeiçoou na hora do sacrifício, a Igreja empenha-se em imitá-la no seu caminho quotidiano. Desse modo, conforma-se cada vez mais com o seu Esposo. Unida como Maria à cruz do Redentor, a Igreja, através das dificuldades, contradições e perseguições que renovam na sua vida o mistério da Paixão do seu Senhor, põe-se na constante busca da plena configuração com Ele.

3. A Igreja vive de fé, reconhecendo «naquela que acreditou que teriam cumprimento as coisas que lhe foram ditas da parte do Senhor» (*Lc* 1, 45), a primeira e perfeita expressão da sua fé. Neste itinerário de abandono confiante rumo ao Senhor, a Virgem precede os discípulos, aderindo à Palavra divina num contínuo crescendo, que investe todas as etapas da sua vida e se propaga na própria missão da Igreja.

O seu exemplo encoraja o Povo de Deus a praticar a sua fé e a aprofundar e desenvolver o seu conteúdo, conservando e meditando no coração os acontecimentos da salvação.

Maria torna-se para a Igreja também modelo de esperança. Ao escutar a mensagem do anjo, a Virgem é a primeira a orientar a sua esperança para o Reino sem fim, que Jesus tinha sido enviado para estabelecer.

Ela permanece firme junto da cruz do Filho, à espera da realização da promessa divina. Depois do Pentecostes a Mãe de Jesus sustém a esperança da Igreja, ameaçada pelas perseguições. Ela é, pois, para a Comunidade dos crentes e para cada um dos cristãos a Mãe da esperança, que encoraja e guia os seus filhos na expectativa do Reino, sustentando-os nas provas quotidianas e no meio das vicissitudes, mesmo trágicas, da história.

Em Maria, por fim, a Igreja reconhece o modelo da sua caridade. Observando a situação da primeira comunidade cristã, descobrimos que a unanimidade dos corações, manifestada à espera do Pentecostes, está associada à presença da Virgem Santa (cf. *Act* 1, 14). E graças precisamente

à caridade irradiante de Maria é possível conservar em todos os tempos no interior da Igreja a concórdia e o amor fraterno.

4. O Concílio põe em evidência expressamente o papel de exemplaridade, desempenhado por Maria em relação à Igreja na sua missão apostólica, com as seguintes anotações: «Na sua acção apostólica, a Igreja olha com razão para aquela que gerou a Cristo, o qual foi concebido por acção do Espírito Santo e nasceu da Virgem precisamente para nascer e crescer também no coração dos fiéis, por meio da Igreja. E, na sua vida, deu a Virgem exemplo daquele afecto maternal de que devem estar animados todos quantos cooperam na missão apostólica que a Igreja tem de regenerar os homens» ([LG](#), 65).

Depois de ter cooperado na obra de salvação com a maternidade, com a associação ao sacrifício de Cristo e com a ajuda materna à Igreja nascente, Maria continua a sustentar a comunidade cristã e todos os crentes no generoso empenho pelo anúncio do Evangelho.

(Quarta-feira, 10 de Setembro de 1997)

1. Na Exortação Apostólica [*Marialis cultus*](#) o Servo de Deus Paulo VI, de venerada memória, apresenta a Virgem como modelo da Igreja no exercício do culto. Essa afirmação constitui como que um corolário da verdade, que indica em Maria o paradigma do Povo de Deus na via da santidade: «A exemplaridade da bem-aventurada Virgem Maria, neste campo, é consequência do facto de Ela ser reconhecida como modelo excelentíssimo da Igreja, na ordem da fé, da caridade e da perfeita união com Cristo, isto é, daquelas disposições interiores com que a mesma Igreja, Esposa amadíssima, intimamente associada ao seu Senhor, O invoca e, por meio d'Ele presta o culto ao eterno Pai» (n. 16).

2. Aquela que na Anunciação manifestou total disponibilidade ao projecto divino, representa para todos os crentes um modelo sublime de escuta e de docilidade à Palavra de Deus.

Ao responder ao anjo: «Faça-se em mim segundo a tua palavra» (*Lc* 1, 38), e ao declarar-se pronta a cumprir de modo perfeito a vontade do Senhor, Maria entra a justo título na bem-aventurança proclamada por Jesus: «Felizes os que escutam a Palavra de Deus e a põem em prática» (*Lc* 11, 28).

Com essa atitude, que abraça a sua existência inteira, a Virgem indica a via-mestra da escuta da Palavra do Senhor, momento essencial do culto, que se tornou típico da liturgia cristã. O seu exemplo faz compreender que o culto não consiste, antes de tudo, em exprimir os pensamentos e os sentimentos do homem, mas em pôr-se à escuta da Palavra divina para a conhecer, assimilar e tornar operativa na vida quotidiana.

3. Toda a celebração litúrgica é memorial do mistério de Cristo na Sua acção salvífica para a inteira humanidade, e quer promover a participação pessoal dos fiéis no Mistério pascal, expresso de novo e actualizado nos gestos e nas palavras do ritual.

Maria foi testemunha dos eventos da salvação no seu desenvolvimento histórico, culminado na morte e ressurreição do Redentor, e conservou «todas estas coisas, ponderando-as no seu coração» (*Lc* 2, 19). Ela não se limitava a estar presente em cada um dos eventos, mas procurava captar o seu significado profundo, aderindo com toda a alma a quanto neles se cumpria de modo misterioso.

Maria mostra-se, portanto, como supremo modelo de participação pessoal nos mistérios divinos. Ela guia a Igreja na meditação do mistério celebrado e na participação no evento de salvação, promovendo nos fiéis o desejo de um íntimo envolvimento pessoal com Cristo, para cooperar na salvação universal com o dom da própria vida.

4. Maria constitui, além disso, o modelo da oração da Igreja. Com toda a probabilidade Maria estava recolhida em oração, quando o anjo Gabriel entrou na casa de Nazaré e a saudou. Esse contexto de oração certamente sustentou a virgem na sua resposta ao anjo e na generosa adesão ao mistério da Encarnação.

Na cena da Anunciação, os artistas quase sempre representaram Maria em atitude orante. Recordamos entre todos Fra Angélico. Daí provém para a Igreja e para cada crente a indicação do clima que deve presidir ao desenvolvimento do culto.

Podemos depois acrescentar que Maria representa para o Povo de Deus o paradigma de toda a expressão da sua vida de oração. Em particular, Ela ensina aos cristãos como se dirigir a Deus, para d'Ele invocar a ajuda e o apoio nas várias situações da vida.

A sua intercessão materna nas bodas de Caná e a sua presença no Cenáculo ao lado dos Apóstolos em oração, à espera do Pentecostes, sugerem que a oração de súplica é uma forma essencial de cooperação no desenvolvimento da obra salvífica no mundo.

Seguindo o seu modelo, a Igreja aprende a ser audaz ao pedir, a perseverar nas suas intercessões e, sobretudo, a implorar o dom do Espírito Santo (cf. *Lc* 11, 13).

5. A Virgem constitui, além disso, para a Igreja, o modelo na participação generosa no sacrifício.

Na apresentação de Jesus no templo e, sobretudo, aos pés da cruz, Maria faz o dom de si que a associa, como Mãe, ao sofrimento e às provas do Filho. Assim, tanto na vida quotidiana como na Celebração eucarística a «Virgem oferente» (*Marialis cultus*, 20) encoraja os cristãos a «oferecerem sacrifícios espirituais que serão agradáveis a Deus, por Jesus Cristo» (1 *Pd* 2, 5).

64 - Maria, Mãe da Igreja

(Quarta-feira, 17 de Setembro de 1997)

1. O Concílio Vaticano II, depois de ter proclamado Maria «membro eminente», «tipo» e «modelo» da Igreja, afirma: «A Igreja católica, ensinada pelo Espírito Santo, consagra-lhe, como a mãe amantíssima, filial afecto de piedade» ([LG](#), 53).

Na verdade, o texto conciliar não atribui explicitamente à Virgem o título de «Mãe da Igreja», porém enuncia, de modo incontestável, o seu conteúdo, retomando uma declaração feita, há mais de dois séculos, em 1748, pelo Papa Bento XIV (*Bullarium romanum*, série 2, t. 2, n. 61, pág. 428).

Nesse documento, o meu venerado Predecessor, ao descrever os sentimentos filiais da Igreja que reconhece em Maria a sua mãe amantíssima, proclama-a, de modo indirecto, Mãe da Igreja.

2. O uso desse apelativo foi bastante raro no passado, mas recentemente tornou-se mais comum nos pronunciamentos do Magistério da Igreja e na piedade do Povo cristão. Os fiéis invocavam Maria, antes de tudo, com os títulos de «Mãe de Deus», «Mãe dos fiéis» ou «nossa Mãe», para pôr em evidência a relação pessoal com cada um dos seus filhos.

Em seguida, graças à maior atenção reservada ao mistério da Igreja e às relações de Maria com ela, começou-se a invocar com mais frequência a Virgem como «Mãe da Igreja».

A expressão, antes do Concílio Vaticano II, está presente no Magistério do Papa Leão XIII, onde se afirma que Maria foi «em toda a verdade mãe da Igreja» (*Acta Leonis XIII*, 15, 302). Sucessivamente, o apelativo foi usado várias vezes nos ensinamentos de João XXIII e de Paulo VI.

3. Ainda que tenha sido atribuído a Maria tardiamente, o título de «Mãe da Igreja», exprime a relação materna da Virgem com a Igreja, como é ilustrada já nalguns textos do Novo Testamento.

Maria, desde a Anunciação, é chamada a oferecer o seu consentimento ao advento do Reino messiânico, que se cumprirá com a formação da Igreja.

Maria em Caná, ao pedir ao Filho o exercício do poder messiânico, oferece um contributo fundamental para a radicação da fé na primeira comunidade dos discípulos e coopera na instauração do Reino de Deus, que tem o seu «germe» e «início» na Igreja (cf. [LG](#), 5).

No Calvário Maria, unindo-se ao sacrifício do seu Filho, oferece à obra da salvação o próprio contributo materno, que assume a forma de um parto doloroso, o parto da nova humanidade.

Ao dirigir-se a Maria com as palavras «Mulher, eis aí o teu filho», o Crucificado proclama-lhe a maternidade não só em relação ao apóstolo João, mas também para com todos os discípulos. O mesmo Evangelista, afirmando que Jesus devia morrer «para trazer à unidade os filhos de Deus que andavam dispersos» (*Jo* 11, 52), indica no nascimento da Igreja o fruto do sacrifício redentor, ao qual Maria está maternalmente associada.

O Evangelista São Lucas faz referência à presença da Mãe de Jesus no seio da primeira comunidade de Jerusalém (*Act* 1, 14). Ressalta assim o papel materno de Maria em relação à Igreja nascente, em analogia com aquele por Ela exercido no nascimento do Redentor. A dimensão materna torna-se assim elemento fundamental da relação de Maria com o Povo novo dos remidos.

4. Seguindo a Sagrada Escritura, a doutrina patrística reconhece a maternidade de Maria em relação à obra de Cristo e, portanto, da Igreja, ainda que em termos nem sempre explícitos.

Segundo Santo Ireneu, Maria «tornou-se causa de salvação para o inteiro género humano» (*Haer.* 3, 22, 4; *PG* 7, 959) e o seio puro da Virgem «regenera os homens em Deus» (*Haer.* 4, 33, 11; *PG* 7, 1080). Fazem-lhe eco Santo Ambrósio que afirma: «Uma Virgem gerou a salvação do mundo, uma Virgem deu a vida a todas as coisas» (*Ep.* 63, 33; *PL* 16, 1198), e outros Padres que dão a Maria o título de «Mãe da salvação» (Severiano de Gábalá, *Or. 6 de mundi creatione*, 10, *PG* 54, 4; Fausto de Riez, *Max. Bibl. Patrum VI*, 620-621).

Na Idade Média, Santo Anselmo assim se dirige a Maria: «Tu és a mãe da justificação e dos justificados, a mãe da reconciliação e dos reconciliados, a mãe da salvação e dos salvados» (*Or.* 52, 8; *PL* 158, 957), enquanto outros autores lhe atribuem os títulos de «Mãe da graça» e «Mãe da vida».

5. O título «Mãe da Igreja» reflecte, portanto, a profunda convicção dos fiéis cristãos, que vêem em Maria não só a mãe da pessoa de Cristo, mas também dos fiéis. Aquela que é reconhecida como mãe da salvação, da vida e da graça, mãe dos salvos e dos viventes, com todo o direito é proclamada Mãe da Igreja.

O Papa Paulo VI tinha desejado que o próprio Concílio Vaticano II proclamasse «Maria Mãe da Igreja, isto é, de todo o Povo de Deus, tanto dos fiéis como dos Pastores». Ele mesmo o fez no discurso de encerramento da terceira sessão conciliar (21 de Novembro de 1964), pedindo igualmente que «de agora em diante, com esse título dulcíssimo a Virgem seja ainda mais honrada e invocada por todo o Povo cristão» (*AAS* 1964, 37).

Deste modo, o meu venerado Predecessor enunciava explicitamente a doutrina já contida no capítulo VIII da [*Lumen gentium*](#), fazendo votos por que o título de Maria, Mãe da Igreja, adquirisse um lugar sempre mais relevante na liturgia e na piedade do Povo cristão.

65 - A intercessão celeste da Mãe da graça divina

(Quarta-feira, 24 de Setembro de 1997)

1. Maria é mãe da humanidade na ordem da Graça. O Concílio Vaticano II põe em evidência este papel de Maria, ligando-o à sua cooperação na

redenção de Cristo.

Ela «por disposição da divina Providência foi na terra a nobre Mãe do divino Redentor, a Sua mais generosa cooperadora e a escrava humilde do Senhor» ([LG](#), 61).

Com tais afirmações, a Constituição *Lumen gentium* quer pôr no seu justo relevo o facto de a Virgem ter sido intimamente associada à obra redentora de Cristo, tornando-se «a mais generosa cooperadora» do Salvador. Mediante os gestos de toda a mãe, desde os mais ordinários até aos mais empenhativos, Maria coopera livremente na obra da salvação da humanidade, em profunda e constante sintonia com o seu divino Filho.

2. O Concílio ressalta, além disso, que a cooperação de Maria foi animada pelas virtudes evangélicas da obediência, da fé, da esperança e da caridade, e se realizou sob o influxo do Espírito Santo. Recorda, também, que precisamente dessa cooperação lhe deriva o dom da maternidade espiritual universal: associada a Cristo na obra da redenção, que inclui a regeneração espiritual da humanidade, tornou-se mãe dos homens renascidos para a vida nova.

Afirmando que Maria é «para nós mãe na ordem da graça» (cf. *ibid.*), o Concílio põe em relevo que a sua maternidade espiritual não se limita só aos discípulos, como se se devesse interpretar em sentido restritivo a frase pronunciada por Jesus no Calvário: «Mulher, eis aí o teu filho» (*Jo* 19, 26). Com essas palavras, com efeito, o Crucificado, estabelecendo uma relação de intimidade entre Maria e o discípulo predilecto, figura- modelo em escala universal, queria oferecer a Sua mãe como mãe a todos os homens.

Por outro lado, a eficácia universal do sacrifício redentor e a cooperação consciente de Maria na oferenda sacrificial de Cristo, não permitem uma limitação do seu amor materno.

Esta missão materna universal de Maria é exercida no contexto da sua singular relação com a Igreja. Com a sua solicitude para com todos os cristãos, ou melhor, com cada criatura, Ela guia a fé da Igreja para um acolhimento sempre mais profundo da Palavra de Deus, sustentando-lhe a

esperança, animando a sua caridade e a comunhão fraterna e encorajando o dinamismo apostólico.

3. Durante a sua vida terrena, Maria manifestou a sua maternidade espiritual para com a Igreja durante um tempo muito breve. Contudo, esta sua função apareceu com todo o seu valor depois da Assunção, e está destinada a prolongar-se nos séculos até ao fim do mundo. O Concílio afirma expressamente: «Esta maternidade de Maria na economia da graça perdura sem interrupção, desde o consentimento, que fielmente deu na Anunciação e que manteve inabalável junto à cruz, até à consumação eterna de todos os eleitos» ([LG](#), 62).

Tendo entrado no reino eterno do Pai, mais próxima do divino Filho e, portanto, de todos nós, Ela pode exercer no Espírito, de maneira mais eficaz, a função de intercessão materna que lhe foi confiada pela Providência divina.

4. Próxima de Cristo e em comunhão com Ele, que «pode salvar perpetuamente os que por Ele se aproximam de Deus, vivendo sempre para interceder em seu favor» (*Hb* 7, 25), o Pai celeste quis pôr Maria: à intercessão sacerdotal do Redentor quis unir a intercessão materna da Virgem. Trata-se de uma função que Ela exerce em benefício daqueles que estão em perigo e têm necessidade de favores temporais e, sobretudo, da salvação eterna: «Cuida, com amor materno, dos irmãos do seu Filho que, entre perigos e angústias, caminham ainda na terra, até chegarem à pátria bem-aventurada. Por isso, a Virgem é invocada na Igreja com os títulos de advogada, auxiliadora, socorro, medianeira» ([LG](#), 62).

Estes apelativos, sugeridos pela fé do povo cristão, ajudam a compreender melhor a natureza da intervenção da Mãe do Senhor na vida da Igreja e de cada um dos fiéis.

5. O título de «Advogada» remonta a Santo Ireneu. Ao tratar da desobediência de Eva e da obediência de Maria, ele afirma que no momento da Anunciação «a Virgem Maria se tornou a Advogada» de Eva (*Haer.* 5, 19, 1; *PG* 7, 1175- 1176). Com efeito, com o seu «sim» defendeu e libertou a progenitora das consequências da sua desobediência, tornando-se causa de salvação para ela e para todo o género humano.

Maria exerce o seu papel de «Advogada», cooperando quer com o Espírito Paráclito, quer com Aquele que na cruz intercedia pelos Seus perseguidores (cf. *Lc* 23, 34) e ao Qual João chama o nosso «advogado junto do Pai» (*1 Jo* 2, 1). Como mãe, Ela defende os seus filhos e protege-os contra os danos causados pelas suas próprias culpas.

Os cristãos invocam Maria como «Auxiliadora», reconhecendo-lhe o amor materno que vê as necessidades dos seus filhos e está pronto a intervir em ajuda deles, sobretudo quando está em jogo a salvação eterna.

A convicção de que Maria está próxima de quantos sofrem ou se encontram em situações de grave perigo, sugeriu aos fiéis invocá-la como «Socorro». A mesma confiante certeza é expressa pela mais antiga oração mariana, com as palavras: «À vossa protecção nos acolhemos, Santa Mãe de Deus, não desprezeis as nossas súplicas nas necessidades; mas livrai-nos sempre de todos os perigos, Virgem gloriosa e bendita!» (Do *Breviário Romano*).

Como Medianeira materna, Maria apresenta a Cristo os nossos desejos, as nossas súplicas e transmite-nos os dons divinos, intercedendo continuamente em nosso favor.

66 - Maria Medianeira

(Quarta-feira, 1 de Outubro de 1997)

1. Entre os títulos atribuídos a Maria no culto da Igreja, o capítulo VIII da [*Lumen gentium*](#) recorda o de «Medianeira». Embora alguns Padres conciliares não compartilhassem plenamente essa escolha (cf. *Acta Synodalia III*, 8, 163-164), este apelativo foi inserido de igual modo na Constituição dogmática sobre a Igreja, como confirmação do valor da verdade que ele exprime. Teve-se, porém, o cuidado de não o ligar a nenhuma particular teologia da mediação, mas de o elencar apenas entre os outros títulos reconhecidos a Maria.

O texto conciliar, além disso, refere-se já ao conteúdo do título de «Medianeira» quando afirma que Maria, «com a sua multiforme intercessão, continua a alcançar-nos os dons da salvação eterna» ([*LG*](#), 62).

Como recordo na Encíclica *Redemptoris mater*, «a mediação de Maria está intimamente ligada à sua maternidade e possui um carácter especificamente maternal, que a distingue da mediação das outras criaturas» (n. 38).

Deste ponto de vista, Ela é única no seu género e singularmente eficaz.

2. Às dificuldades manifestadas por alguns Padres conciliares acerca do termo «Medianeira», o mesmo Concílio cuidou de responder, afirmando que Maria é «para nós a Mãe na ordem da graça» ([LG](#), 61). Recordamos que a mediação de Maria se qualifica fundamentalmente pela sua maternidade divina. O reconhecimento do papel de Medianeira está, além disso, implícito na expressão «nossa Mãe», que propõe a doutrina da mediação mariana, pondo em evidência a maternidade. Por fim, o título «Mãe na ordem da graça» esclarece que a Virgem coopera com Cristo no renascimento espiritual da humanidade.

3. A mediação materna de Maria não ofusca a única e perfeita mediação de Cristo.

O Concílio, com efeito, depois de ter mencionado Maria «Medianeira», desvela-se em esclarecer: «Mas isto entende-se de maneira que nada tire nem acrescente à dignidade e eficácia do único Mediador, que é Cristo» ([LG](#), 62). E a respeito disto, cita o conhecido texto da Primeira Carta a Timóteo: «Porque há um só Deus e um só Mediador entre Deus e os homens, Jesus Cristo Homem, que Se entregou em resgate por todos» (2, 5-6). O Concílio afirma, além disso, que «a função maternal de Maria em relação aos homens de modo algum ofusca ou diminui esta única mediação de Cristo; antes, manifesta a sua eficácia» ([LG](#), 60).

Longe, portanto, de ser um obstáculo ao exercício da única mediação de Cristo, Maria põe antes em evidência a sua fecundidade e a sua eficácia. «Com efeito, todo o influxo salvador da Virgem Santíssima sobre os homens se deve ao beneplácito divino e não a qualquer necessidade; deriva da abundância dos méritos de Cristo, funda-se na Sua mediação e dela depende inteiramente, haurindo aí toda a sua eficácia» ([LG](#), 60).

4. De Cristo deriva o valor da mediação de Maria e, portanto, o influxo salvador da Bem-aventurada Virgem «de modo nenhum impede a união

imediatamente dos fiéis com Cristo, antes a favorece» (*ibid.*).

A intrínseca orientação da obra da «Medianeira» a Cristo impele o Concílio a recomendar aos fiéis recorrer a Maria, «para mais intimamente aderirem com esta ajuda materna, ao seu Mediador e Salvador» ([LG](#), 62).

Ao proclamar Cristo como único Mediador (cf. *1 Tm* 2, 5-6), o texto da Carta de São Paulo a Timóteo exclui qualquer outra mediação paralela, mas não uma mediação subordinada. Com efeito, antes de ressaltar a única e exclusiva mediação de Cristo, o autor recomenda «que se façam súplicas, orações, petições e acções de graças por todos os homens...» (2, 1). Não são porventura as orações uma forma de mediação? Mais ainda, segundo São Paulo, a única mediação de Cristo é destinada a promover outras mediações dependentes e ministeriais. Proclamando a unicidade da mediação de Cristo, o Apóstolo só tende a excluir toda a mediação autónoma ou concorrente, mas não outras formas compatíveis com o valor infinito da obra do Salvador.

5. É possível participar na mediação de Cristo em diversos âmbitos da obra da salvação. A *Lumen gentium*, depois de ter afirmado que «nenhuma criatura se pode equiparar ao Verbo encarnado e Redentor», ilustra como é possível às criaturas exercer algumas formas de mediação, em dependência de Cristo. Com efeito, afirma: «Assim como o sacerdócio de Cristo é participado de diversos modos pelos ministros e pelo povo fiel, e assim como a bondade de Deus, sendo uma só, se difunde variamente pelos seres criados, assim também a mediação única do Redentor não exclui, antes suscita nas criaturas cooperações diversas, que participam dessa única fonte» ([LG](#), 62).

Nesta vontade de suscitar participações na única mediação de Cristo, manifesta-se o amor gratuito de Deus que quer compartilhar aquilo que possui.

6. Na verdade, o que é a mediação materna de Maria senão um dom do Pai à humanidade. Eis por que o Concílio conclui: «Esta função subordinada de Maria, não hesita a Igreja em proclamá-la; sente-a constantemente e inculca-a nos fiéis...» (*ibid.*).

Maria desempenha a sua acção materna em contínua dependência da mediação de Cristo e d'Ele recebe tudo o que o seu coração desejar transmitir aos homens. Na sua peregrinação terrena, a Igreja experimenta «continuamente» a eficácia da acção da «Mãe na ordem da graça».

67 - O culto da Bem-aventurada Virgem

(Quarta-feira, 15 de Outubro de 1997)

1. «Ao chegar a plenitude dos tempos, Deus enviou o seu Filho, nascido de mulher...» (*Gl* 4, 4). O culto mariano funda-se sobre a admirável decisão divina de ligar para sempre, como recorda o apóstolo Paulo, a identidade humana do Filho de Deus a uma mulher, Maria de Nazaré.

O mistério da maternidade divina e da cooperação de Maria na obra redentora suscita nos crentes de todos os tempos uma atitude de louvor, quer para com o Salvador quer para com Aquela que O gerou no tempo, cooperando assim na redenção.

Um ulterior motivo de reconhecido amor pela Bem-aventurada Virgem é oferecido pela sua maternidade universal. Ao escolhê-la como Mãe da humanidade inteira, o Pai celeste quis revelar a dimensão, por assim dizer materna, da Sua ternura divina e da Sua solicitude pelos homens de todas as épocas.

No Calvário, Jesus com as palavras: «Eis aí o teu filho», «Eis aí a tua mãe» (*Jo* 19, 26-27), dava Maria já antecipadamente a todos aqueles que haveriam de receber a boa nova da salvação e estabelecia assim as premissas do Seu afecto filial por Ela. Seguindo João, os cristãos prolongariam, com o culto, o amor de Cristo pela Sua mãe, acolhendo-a na própria vida.

2. Os textos evangélicos dão testemunho da presença do culto mariano desde os primórdios da Igreja. Os dois primeiros capítulos do Evangelho de São Lucas parecem recolher a atenção particular dos judeus cristãos para com a Mãe de Jesus, os quais manifestavam o seu apreço por Ela e conservavam ciosamente as suas memórias.

Nas narrações da infância, além disso, podemos captar as expressões iniciais e as motivações do culto mariano, sintetizadas nas exclamações de Isabel: «Bendita és tu entre as mulheres... Feliz daquela que acreditou que teriam cumprimento as coisas que lhe foram ditas da parte do Senhor!» (*Lc* 1, 42.45).

Traços de uma veneração já difundida na primeira comunidade cristã estão presentes no cântico do Magnificat: «Todas as gerações me hão-de chamar ditosa» (*Lc* 1, 48). Ao colocar nos lábios de Maria essa expressão, os cristãos reconheciam-lhe uma grandeza singular, que haveria de ser proclamada até ao fim do mundo.

Além disso, os testemunhos evangélicos (cf. *Lc* 1, 34-35; *Mt* 1, 23 e *Jo* 1, 13), as primeiras fórmulas de fé e uma passagem de Santo Inácio de Antioquia (cf. *Smirn.* 1, 2: SC 10, 155), confirmam a particular admiração das primeiras comunidades pela virgindade de Maria, intimamente ligada ao mistério da Encarnação.

O Evangelho de João, indicando a presença de Maria no início e no fim da vida pública do Filho, deixa supor entre os primeiros cristãos uma consciência viva do papel exercido por Maria na obra da Redenção, em plena dependência de amor por Cristo.

3. O Concílio Vaticano II, ao ressaltar o carácter particular do culto mariano, afirma: «Exaltada por graça do Senhor e colocada, logo a seguir a seu Filho, acima de todos os anjos e homens, Maria que, como mãe santíssima de Deus, tomou parte nos mistérios de Cristo, é com razão venerada pela Igreja com culto especial» (*LG*, 66).

Ao aludir, depois, à oração mariana do terceiro século «*Sub tuum praesidium*» — «Sob a tua protecção» —, acrescenta que essa peculiaridade emerge desde o início: «Na verdade, a Santíssima Virgem é, desde os tempos mais antigos, honrada com o título de Mãe de Deus, e sob a sua protecção se acolhem os fiéis, em todos os perigos e necessidades» (*ibid*)

4. Esta afirmação encontra confirmação na iconografia e na doutrina dos Padres da Igreja, desde o segundo século. Em Roma, nas catacumbas de Priscila, é possível admirar a primeira representação de Nossa Senhora com

o Menino, enquanto no mesmo tempo São Justino e Santo Ireneu falam de Maria como da nova Eva que, com a fé e a obediência, repara a incredulidade e a desobediência da primeira mulher. Segundo o Bispo de Lião, não era suficiente que Adão fosse resgatado em Cristo, mas «era justo e necessário que Eva fosse restaurada em Maria» (*Dem.*, 33). Ele sublinha desse modo a importância da mulher na obra de salvação e põe como fundamento aquela inseparabilidade entre o culto mariano e o culto atribuído a Jesus, que percorrerá os séculos cristãos.

5. O culto mariano expressou-se inicialmente na invocação de Maria como «*Theotokos*», título que teve confirmação autorizada, depois da crise nestoriana, pelo Concílio de Éfeso que se realizou no ano 431.

A mesma reacção popular à posição ambígua e oscilante de Nestório, que chegou a negar a maternidade divina de Maria, e o sucessivo acolhimento jubiloso das decisões do Sínodo Efésio confirmam a radicação do culto da Virgem entre os cristãos. Todavia, «foi sobretudo a partir do Concílio de Éfeso que o culto do Povo de Deus para com Maria cresceu admiravelmente, na veneração e no amor, na invocação e na imitação...» ([LG](#), 66). Ele expressou-se de modo especial nas festas litúrgicas, entre as quais, desde o início do século V, assumiu particular relevo «*o dia de Maria Theotokos*», celebrado a 15 de Agosto em Jerusalém e que se tornou sucessivamente a festa da «*Dormitio*» ou da Assunção.

Sob a influência do «Protoevangelho de Tiago» foram, além disso, instituídas as festas da Natividade, da Conceição e da Apresentação, que contribuíram de maneira notável para evidenciar alguns importantes aspectos do mistério de Maria.

6. Podemos bem dizer que o culto mariano se desenvolveu até aos nossos dias em admirável continuidade, alternando-se períodos florescentes e períodos críticos que, contudo, tiveram muitas vezes o mérito de promover ainda mais a sua renovação. Após o Concílio Vaticano II, o culto mariano parece destinado a desenvolver-se em harmonia com o aprofundamento do mistério da Igreja e em diálogo com as culturas contemporâneas, para se arraigar sempre mais na fé e na vida do povo de Deus peregrino sobre a terra.

(Quarta-feira, 22 de Outubro de 1997)

1. O Concílio Vaticano II afirma que o culto da Bem-aventurada Virgem, «tal como sempre existiu na Igreja, embora inteiramente singular, difere essencialmente do culto de adoração, que se presta por igual ao Verbo encarnado, ao Pai e ao Espírito Santo, e favorece-o poderosamente» ([LG](#), 66).

Com estas palavras, a Constituição *Lumen gentium* reafirma as características do culto mariano. A veneração dos fiéis para com Maria, embora superior ao culto dirigido aos outros Santos, é entretanto inferior ao culto de adoração reservado a Deus, do qual difere essencialmente. Com o termo «adoração» é indicada a forma de culto que o homem presta a Deus, reconhecendo-O Criador e Senhor do universo. Iluminado pela revelação divina, o cristão adora o Pai «em espírito e verdade» (*Jo* 4, 23). Com o Pai, adora Cristo, Verbo encarnado, exclamando com o apóstolo Tomé: «Meu Senhor e meu Deus!» (*Jo* 20, 28). No mesmo acto de adoração inclui, por fim, o Espírito Santo, que «com o Pai e o Filho é adorado e glorificado» (*DS*, 150), como recorda o Símbolo Niceno-Constantinopolitano.

Os fiéis, quando invocam Maria como «Mãe de Deus» e contemplam nela a mais alta dignidade conferida a uma criatura, não lhe atribuem, porém, um culto igual ao das Pessoas divinas. Há uma distância infinita entre o culto mariano e o que é dirigido à Trindade e ao Verbo encarnado.

Daí resulta que a mesma linguagem com a qual a comunidade cristã se dirige à Virgem, embora por vezes evocando os termos do culto a Deus, assume significado e valor inteiramente diversos. Assim, o amor que os crentes nutrem por Maria difere daquele que se deve a Deus: enquanto o Senhor deve ser amado sobre todas as coisas com todo o coração, com toda a alma e com toda a mente (cf. *Mt* 22, 37), o sentimento que une os cristãos à Virgem repropõe no plano espiritual o afecto dos filhos para com a mãe.

2. Entre o culto mariano e o prestado a Deus há, porém, uma continuidade: com efeito, a honra devida a Maria está ordenada e conduz à adoração da Santíssima Trindade.

O Concílio recorda que a veneração dos cristãos à Virgem, «favorece poderosamente» o culto prestado ao Verbo encarnado, ao Pai e ao Espírito Santo. Acrescenta depois, em perspectiva cristológica, que «as várias formas de piedade para com a Mãe de Deus, aprovadas pela Igreja, dentro dos limites de sã e recta doutrina, segundo os diversos tempos e lugares e de acordo com a índole e o modo de ser dos fiéis, têm a virtude de fazer com que, honrando a mãe, melhor se conheça, ame e glorifique o Filho, por quem tudo existe (cf. *CI* 1, 15-16) e no qual “aprouve a Deus que residisse toda a plenitude” (*CI* 1, 19), e também melhor se cumpram os seus mandamentos» ([LG](#), 66).

Desde os primórdios da Igreja o culto mariano é destinado a promover a adesão fiel a Cristo. Venerar a Mãe de Deus significa afirmar a divindade de Cristo. Com efeito, os Padres do Concílio de Éfeso, ao proclamarem Maria Theotokos, «Mãe de Deus», quiseram confirmar a fé em Cristo, verdadeiro Deus.

A mesma conclusão do relato do primeiro milagre de Jesus, obtido em Caná por intercessão de Maria, evidencia como a sua acção tem por fim a glorificação do Filho. De facto, o Evangelista diz: «Foi este o primeiro milagre de Jesus. Realizou-o em Caná da Galileia. Manifestou a Sua glória e os Seus discípulos acreditaram n’Ele» (*Jo* 2, 11).

3. O culto mariano favorece além disso, em quem o pratica segundo o espírito da Igreja, a adoração do Pai e do Espírito Santo. Com efeito, ao reconhecer o valor da maternidade de Maria, os crentes descobrem nela uma manifestação especial da ternura de Deus Pai.

O mistério da Virgem Mãe põe em evidência a acção do Espírito Santo, que operou no seu seio a concepção do Filho e continuamente guiou a sua vida.

Os títulos de Consoladora, Advogada, Auxiliadora, atribuídos a Maria pela piedade do povo cristão, não ofuscam, mas exaltam a acção do Espírito Consolador e dispõem os crentes a beneficiar dos seus dons.

4. O Concílio recorda, por fim, que o culto mariano é «inteiramente singular» e sublinha a sua diferença a respeito da adoração de Deus e da veneração dos Santos.

Ele possui uma peculiaridade irrepetível porque se refere a uma pessoa singular, devido à sua perfeição pessoal e à sua missão.

Inteiramente excepcionais, com efeito, são os dons conferidos a Maria pelo amor divino, como a santidade imaculada, a maternidade divina, a associação à obra redentora e sobretudo ao sacrifício da Cruz.

O culto mariano exprime o louvor e o reconhecimento da Igreja por esses dons extraordinários. A Ela, que se tornou Mãe da Igreja e Mãe da humanidade, recorre o povo cristão, animado de confiança filial, para solicitar a sua intercessão materna e obter os bens necessários à vida terrena, em vista da bem-aventurança eterna.

69 - Devoção mariana e culto das imagens

(Quarta-feira, 29 de Outubro de 1997)

1. Depois de ter justificado doutrinalmente o culto da Bem-aventurada Virgem, o Concílio Vaticano II exorta todos os fiéis a tornarem-se os seus promotores: «Muito de caso pensado ensina o sagrado Concílio esta doutrina católica, e ao mesmo tempo recomenda a todos os filhos da Igreja que fomentem generosamente o culto da Santíssima Virgem, sobretudo o culto litúrgico, que tenham em grande estima as práticas e exercícios de piedade para com Ela, aprovado no decorrer dos séculos pelo magistério» ([LG](#), 67).

Com esta última afirmação os Padres conciliares, sem chegar a determinações particulares, queriam reafirmar a validade de algumas orações como o Rosário e o *Angelus*, caras à tradição do povo cristão e frequentemente encorajadas pelos Sumos Pontífices, como meios eficazes para alimentar a vida de fé e a devoção à Virgem.

2. O texto conciliar prossegue pedindo aos crentes que «mantenham fielmente tudo aquilo que no passado foi decretado acerca do culto das imagens de Cristo, da Virgem e dos Santos» ([LG](#), 67).

Repropõe assim as decisões do II Concílio de Niceia, que se realizou no ano 787 e confirmou a legitimidade do culto das imagens sagradas, contra

quantos queriam destruí-las, considerando-as inadequadas para representar a divindade (cf. *Redemptoris Mater*, 33).

«Nós definimos — declararam os Padres daquela assembleia conciliar — com todo o rigor e cuidado que, à semelhança da representação da cruz preciosa e vivificante, assim as venerandas e sagradas imagens pintadas quer em mosaico quer em qualquer outro material adaptado, devem ser expostas nas santas igrejas de Deus, nas alaias sagradas, nos paramentos sagrados, nas paredes e mesas, nas casas e ruas; sejam elas a imagem do Senhor Deus e Salvador nosso Jesus Cristo, ou a da imaculada Senhora nossa, a Santa Mãe de Deus, dos santos anjos, de todos os santos e justos» (*DS*, 600).

Evocando essa definição, a *Lumen gentium* quis reafirmar a legitimidade e a validade das imagens sagradas em relação a algumas tendências que têm em vista eliminá-las das igrejas e dos santuários, a fim de concentrar toda a atenção em Cristo.

3. O II Concílio de Niceia não se limita a afirmar a legitimidade das imagens, mas procura ilustrar a sua utilidade para a piedade cristã: «Com efeito, quanto mais frequentemente estas imagens forem contempladas, tanto mais os que as virem serão levados à recordação e ao desejo dos modelos originários e a tributar-lhes, beijando-as, respeito e veneração» (*DS*, 601).

Trata-se de indicações que valem de modo particular para o culto da Virgem. As imagens, os ícones e as estátuas de Nossa Senhora, presentes nas casas, nos lugares públicos e em inúmeras igrejas e capelas, ajudam os fiéis a invocar a sua presença constante e o seu misericordioso patrocínio nas diferentes circunstâncias da vida. Ao tornarem concreta e quase visível a ternura materna da Virgem, elas convidam a dirigir-se a Ela, a suplicar-lhe com confiança e a imitá-la, acolhendo com generosidade a vontade divina.

Nenhuma das imagens conhecidas reproduz o rosto autêntico de Maria, como já reconhecia Santo Agostinho (*De Trinitate* 8, 7); contudo, ajudam-nos a estabelecer relações mais vivas com Ela. Deve ser encorajado, portanto, o uso de expor as imagens de Maria nos lugares de culto e noutros

edifícios, para sentir a sua ajuda nas dificuldades e o apelo a uma vida cada vez mais santa e fiel a Deus.

4. Para promover o correcto uso das sagradas efígies, o Concílio de Niceia recorda que «a honra tributada à imagem, na realidade, pertence àquele que nela é representado; e quem venera a imagem, venera a realidade daquele que nela é reproduzido» (*DS*, 601).

Assim, adorando na imagem de Cristo a Pessoa do Verbo Encarnado, os fiéis realizam um genuíno acto de culto, que nada tem em comum com a idolatria.

De maneira análoga, ao venerar as representações de Maria, o crente realiza um acto destinado em definitivo a honrar a pessoa da Mãe de Jesus.

5. O Vaticano II exorta, porém, os teólogos e os pregadores a evitarem tanto exageros como atitudes de demasiada estreiteza na consideração da dignidade singular da Mãe de Deus. E acrescenta: «Estudando, sob a orientação do magistério, a Sagrada Escritura, os santos Padres e Doutores, e as liturgias da Igreja, expliquem como convém as funções e os privilégios da Santíssima Virgem, os quais dizem todos respeito a Cristo, origem de toda a verdade, santidade e piedade» (*LG*, 67).

A autêntica doutrina mariana é assegurada pela fidelidade à Escritura e à Tradição, assim como aos textos litúrgicos e ao Magistério. A sua característica imprescindível é a referência a Cristo: tudo, de facto, em Maria deriva de Cristo e para Ele está orientado.

6. O Concílio oferece, por fim, aos crentes alguns critérios para viverem de maneira autêntica a sua relação filial com Maria: «E os fiéis lembrem-se de que a verdadeira devoção não consiste numa emoção estéril e passageira, mas nasce da fé, que nos faz reconhecer a grandeza da Mãe de Deus e nos incita a amar filialmente a nossa mãe e a imitar as suas virtudes» (*LG*, 67).

Com estas palavras os Padres conciliares advertem contra a «vã credulidade» e o predomínio do sentimento. Eles têm em vista sobretudo reafirmar que a devoção mariana autêntica, procedendo da fé e do amoroso

reconhecimento da dignidade de Maria, impele ao afecto filial para com ela e suscita o firme propósito de imitar as suas virtudes.

70 - A oração a Maria

(Quarta-feira, 5 de Novembro de 1997)

1. No decorrer dos séculos o culto mariano conheceu um desenvolvimento ininterrupto. Ele viu florescer, ao lado das tradicionais festas litúrgicas dedicadas à Mãe do Senhor, inúmeras expressões de piedade, frequentemente aprovadas e encorajadas pelo Magistério da Igreja.

Muitas devoções e preces marianas constituem um prolongamento da própria liturgia e, às vezes, contribuíram para enriquecer a estrutura, como no caso do Ofício em honra da Bem-aventurada Virgem e de outras pias composições que começaram a fazer parte do Breviário.

A primeira invocação mariana conhecida remonta ao século III e inicia com as palavras: «Sob a tua protecção (*Sub tuum praesidium*) procuramos refúgio, Santa Mãe de Deus...». Contudo, desde o século XIV, a «Ave-Maria» é a oração à Virgem mais comum entre os cristãos.

Ao retomar as primeiras palavras dirigidas pelo Anjo a Maria, introduz os fiéis na contemplação do mistério da Encarnação. A palavra latina «Ave» traduz o vocábulo grego «*xaire*»: constitui um convite à alegria e poderia ser traduzido com o «Alegra-te». O hino oriental «*Akathistos*» reafirma com insistência este «alegra-te». Na Ave-Maria a Virgem é chamada «cheia de graça» e assim reconhecida na perfeição e na beleza da sua alma.

A expressão «o Senhor é convosco» revela a especial relação pessoal entre Deus e Maria, que se situa no grande desígnio da aliança de Deus com a humanidade inteira. Depois, a locução «Bendita sois vós entre as mulheres e bendito é o fruto do vosso ventre, Jesus» afirma a actuação do desígnio divino no corpo virginal da Filha de Sião.

Ao invocarem «Santa Maria, Mãe de Deus», os cristãos pedem Àquela que por privilégio singular é a imaculada Mãe do Senhor: «Rogai por nós

pecadores» e confiam-se a Ela no momento presente e na suprema hora da morte.

2. Também a tradicional oração do «*Angelus*» convida a meditar o mistério da Encarnação, exortando o cristão a tomar Maria como ponto de referência nos diversos momentos da própria jornada, para a imitar na sua disponibilidade a realizar o plano divino da salvação. Esta oração faz-nos como que reviver o grande evento da história da humanidade, a Encarnação, à qual cada «Ave-Maria» faz referência. Aqui estão o valor e o fascínio do «*Angelus*», tantas vezes expresso não só por teólogos e pastores, mas também por poetas e pintores.

Na devoção mariana o Rosário assumiu um lugar de relevo que, através da repetição das «Ave-Marias», leva a contemplar os mistérios da fé. Também esta oração simples, alimentando o amor do povo cristão para com a Mãe de Deus, orienta de maneira mais clara a prece mariana para a sua finalidade: a glorificação de Cristo.

O Papa Paulo VI, bem como os seus Predecessores, especialmente Leão XIII, Pio XII e João XXIII, teve em grande consideração a prática do Rosário e desejou a sua difusão nas famílias. Além disso, na Exortação Apostólica [*Marialis cultus*](#), ilustrou-lhe a doutrina, recordando que se trata de «oração evangélica, centrada no mistério da Encarnação redentora», e reafirmando a sua «orientação profundamente cristológica» (n. 46)

A piedade popular acrescenta ao Rosário com frequência as ladainhas, entre as quais as mais conhecidas são as que se rezam no *Santuário de Loreto* e, por isso, se chamam «*lauretanus*».

Com invocações muito simples, elas ajudam a concentrar-se na pessoa de Maria, para colher a riqueza espiritual derramada n'Ela pelo amor do Pai.

3. Como demonstram a liturgia e a piedade cristãs, a Igreja sempre teve em grande estima o culto para com Maria, considerando-o indissolivelmente ligado à fé em Cristo. Com efeito, ele encontra o seu fundamento no desígnio do Pai, na vontade do Salvador e na acção inspiradora do Paráclito.

Tendo recebido de Cristo a salvação e a graça, a Virgem é chamada a desempenhar um papel relevante na redenção da humanidade. Com a devoção mariana os cristãos reconhecem o valor da presença de Maria no caminho rumo à salvação, recorrendo a Ela para obter todo o género de graças. Eles sabem sobretudo que podem contar com a sua intercessão materna, para receber do Senhor quanto é necessário ao desenvolvimento da vida divina e à obtenção da salvação eterna.

Como atestam os numerosos títulos atribuídos à Virgem e as peregrinações ininterruptas aos santuários marianos, a confiança dos fiéis na Mãe de Jesus impele-os a invocá-la nas necessidades quotidianas.

Eles estão certos de que o seu coração materno não pode permanecer insensível às misérias materiais e espirituais dos seus filhos.

Deste modo a devoção à Mãe de Deus, estimulando à confiança e à espontaneidade, contribui para infundir serenidade na vida espiritual e faz com que os fiéis progridam na via exigente das bem-aventuranças.

4. Queremos, por fim, recordar que a devoção a Maria, dando relevo à dimensão humana da Encarnação, faz descobrir melhor o rosto de um Deus que compartilha as alegrias e os sofrimentos da humanidade, o «*Deus conosco*», que Ela concebeu como homem no seu seio puríssimo, gerado, assistido e seguido com amor inefável desde os dias de Nazaré e de Belém até àqueles da Cruz e da Ressurreição.

71 - A Mãe da unidade e da esperança

(Quarta-feira, 12 de Novembro de 1997)

No início da Audiência geral, João Paulo II dirigiu aos fiéis presentes na Sala Paulo VI as seguintes palavras:

Devido à indisponibilidade da minha voz, deixo a leitura da catequese aos meus colaboradores.

1. Depois de ter ilustrado as relações entre Maria e a Igreja, o Concílio Vaticano II alegra-se em constatar que a Virgem é honrada também pelos

cristãos que não pertencem à comunidade católica. «Muito alegre e consola este Sagrado Concílio saber que não falta, mesmo entre os irmãos separados, quem preste a honra devida à Mãe do Senhor e Salvador...» (*LG*, 69; cf. *Redemptoris Mater*, 29-34). Justamente podemos dizer que a maternidade universal de Maria, mesmo que faça aparecer ainda mais dolorosas as divisões entre os cristãos, constitui um grande sinal de esperança para o caminho ecuménico.

Muitas Comunidades protestantes, por causa de uma particular concepção da graça e da eclesiologia, opuseram-se à doutrina e ao culto mariano, considerando a cooperação de Maria na obra da salvação prejudicial à única mediação de Cristo. Nesta perspectiva, o culto da Mãe faria concorrência, por assim dizer, à honra devida ao Filho.

2. Todavia, em tempos recentes, o aprofundamento do pensamento dos primeiros reformadores pôs em relevo posições mais abertas em relação à doutrina católica. Os escritos de Lutero manifestam, por exemplo, amor e veneração a Maria, exaltada como modelo de todas as virtudes: ele defende a excelsa santidade da Mãe de Deus e, às vezes, afirma o privilégio da Imaculada Conceição, compartilhando com outros Reformadores a fé na Virgindade perpétua de Maria.

O estudo do pensamento de Lutero e de Calvino, e também a análise de alguns textos de cristãos evangélicos, contribuíram para suscitar uma renovada atenção de alguns protestantes e anglicanos a diversos temas da doutrina mariológica. Alguns chegaram mesmo a posições muito próximas às dos católicos, no que se refere aos pontos fundamentais da doutrina sobre Maria, como por exemplo a maternidade divina, a virgindade, a santidade e a maternidade espiritual.

A preocupação de ressaltar o valor da presença da mulher na Igreja favorece o esforço por reconhecer o papel de Maria na história da salvação.

Todos estes dados constituem outros tantos motivos de esperança para o caminho ecuménico. O profundo desejo dos católicos seria de poder compartilhar, com todos os seus irmãos em Cristo, a alegria que deriva da presença de Maria na vida segundo o Espírito.

3. O Concílio recorda, entre os irmãos que «prestam a honra devida à Mãe do Senhor e Salvador», especialmente os Orientais, «que acorrem com fervor e devoção para venerar a Mãe de Deus sempre Virgem» (*LG*, 69).

Como resulta das numerosas manifestações de culto, a veneração por Maria representa um significativo elemento de comunhão entre católicos e ortodoxos.

Contudo, restam algumas divergências acerca dos dogmas da Imaculada Conceição e da Assunção, ainda que inicialmente essas verdades tenham sido ilustradas por alguns teólogos orientais — basta pensar em grandes escritores como Gregório Palamas (†1359), Nicolau Cabasilas († depois de 1396), Jorge Scholarios († depois de 1472).

Todavia essas divergências, talvez mais de formulação que de conteúdo, não devem fazer esquecer a comum fé na maternidade divina de Maria, na sua Virgindade perene, na sua perfeita santidade, na sua intercessão materna junto do Filho. Como recordou o Concílio Vaticano II, o «ardente fervor» e a «alma devota» irmanam ortodoxos e católicos no culto à Mãe de Deus.

4. No final da *Lumen gentium*, o Concílio convida a confiar a unidade dos cristãos a Maria: «Todos os fiéis dirijam súplicas insistentes à Mãe de Deus e Mãe dos homens para que Ela, que assistiu com suas orações aos alvares da Igreja, também agora, exaltada no céu acima de todos os Anjos e Bem-aventurados, interceda junto de Seu Filho, na comunhão de todos os Santos» (*Ibid.*).

Assim como na comunidade primordial a presença de Maria promovia a unanimidade dos corações, que a oração consolidava e tornava visível (cf. *Act* 1, 14), assim também a mais intensa comunhão com Aquela a quem Agostinho chama «mãe da unidade» (*Sermo* 192, 2; *PL* 38, 1013), poderá impelir os cristãos a gozarem o dom tão almejado da unidade ecuménica.

À Virgem Santa dirigem-se as nossas incessantes orações para que, assim como no início sustentou o caminho da comunidade cristã unida na oração e no anúncio do Evangelho, assim hoje com a sua intercessão obtenha a reconciliação e a plena comunhão entre os crentes em Cristo.

Mãe dos homens, Maria conhece bem as necessidades e as aspirações da humanidade. O Concílio pede-Lhe de modo particular que interceda a fim de que «as famílias dos povos, quer se honrem do nome de cristão, quer desconheçam ainda o Salvador, se reúnam em paz e concórdia no único Povo de Deus, para glória da Santíssima e indivisa Trindade» ([LG](#), 69).

A paz, a concórdia e a unidade, objecto da esperança da Igreja e da humanidade, ainda parecem distantes. Contudo, constituem uma dádiva do Espírito a ser pedida incessantemente, pondo-se na escola de Maria e confiando na sua intercessão.

5. Com esse pedido os cristãos compartilham a expectativa d'Aquela que, repleta das virtudes da esperança, sustém a Igreja em caminho rumo ao porvir de Deus.

Tendo alcançado pessoalmente a bem-aventurança por ter «acreditado que teriam cumprimento as coisas que foram ditas da parte do Senhor» (*Lc* 1, 45), a Virgem acompanha os fiéis — e a Igreja inteira — a fim de que, entre as alegrias e as tribulações da vida presente, sejam no mundo os verdadeiros profetas da esperança que não desilude.